

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Tese



**A constituição do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos –
NUME (1994-2014)**

Tatiane Vedoin Viero

Pelotas, 2017

Tatiane Vedoin Viero

**A constituição do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos –
NUME (1994-2014)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Dr. Eduardo Arriada

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

V665c Viero, Tatiane Vedoin

A constituição do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos - NUME (1994-2014) / Tatiane Vedoin Viero ; Eduardo Arriada, orientador. — Pelotas, 2017.

142 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Museu Histórico Universitário. 2. NUME. 3. Memória. 4. Identidade. 5. Cultura material escolar. I. Arriada, Eduardo, orient. II. Título.

CDD : 370

Tatiane Vedoin Viero

**A constituição do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos – NUME
(1994-2014)**

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 18 de dezembro de 2017.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Arriada - UFPel(Orientador)

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral - UFPel

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof^a. Dr^a. Patrícia Weiduschadt - UFPel

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Prof^a. Dr^a. Carla Rodrigues Gastaud - UFPel

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof^a. Dr^a. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin - UNISINOS

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Agradecimentos

Primeiramente à Universidade Federal do Rio Grande - FURG, por ser meu pilar em minha trajetória e realização profissional, por ter me concedido liberação de minhas atividades para que eu pudesse me dedicar integralmente à tese e por fim, por ter me proporcionado um objeto de pesquisa tão instigante.

Ao meu orientador Prof. Dr. Eduardo Arriada, por ter me aceitado como sua orientanda, pela sua atenção e acima de tudo pelos conhecimentos compartilhados.

À banca examinadora por todas as motivações, argumentações e considerações que certamente foram fundamentais na construção desta tese.

Agradeço aos meus familiares, em especial, aos meus pais Nilson e Clédia, à minha irmã Glaucia, por terem sido sempre meus heróis e sempre acreditarem na força e importância da Educação.

Agradeço ao meu amado e companheiro de todos os momentos Galileu, que sempre me motivou, acompanhou e torceu por mim, em minha caminhada tanto profissional quanto acadêmica.

Agradeço ao grupo de pesquisa do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) pelos momentos acadêmicos fecundos. Especialmente às colegas Caroline Braga Michel, Estela Maris Reinhardt Piédras e Renata Brião de Castro, pelo incentivo, apoio, trocas de experiências, compartilhamento de saberes, confidências, leituras de textos e acima de tudo pela amizade. Vocês foram muito importantes em minha jornada acadêmica. Aos professores da linha de pesquisa Filosofia e História da Educação pelos ensinamentos.

Agradeço aos colegas da equipe técnica da Coordenação de Arquivo Geral da FURG pela compreensão e apoio, em especial às colegas e arquivistas Andrea

Gonçalves dos Santos e Karin Christine Schwarzbald, pelo incentivo, auxílio e trocas de ideias.

Aos entrevistados da pesquisa que possibilitaram a elaboração desta tese, pela atenção, compreensão e disponibilidade. Certamente cada um de vocês foi muito importante.

Finalmente, mas não menos importante, a Deus que sempre foi meu refúgio e minha fortaleza, principalmente nos momentos mais árduos, sem o qual nada sou.

“Os lugares de memória são antes de tudo restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993, p.12-13).

Resumo

VIERO, Tatiane Vedoin. **A constituição do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos – NUME (1994-2014)**. 2017. 140f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

Esta tese teve como foco de pesquisa a constituição do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos-NUME da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. O NUME teve sua gênese em 1994, quando da comemoração dos 25 anos de fundação da FURG, através de um Projeto de Extensão que realizou uma exposição com documentos e objetos que contavam a história da instituição. Veio a se constituir em um museu histórico da Universidade em 1999, quando da passagem dos seus 30 anos. Sua criação foi ancorada na motivação de alguns servidores, entre ativos e aposentados. O NUME tem por objetivo preservar a memória e a História da FURG. Desse modo, a tese objetivou analisar tanto a gênese do Núcleo de Memória, como projeto de extensão, quanto seu processo de institucionalização na forma de um museu histórico da Universidade e também investigar como o seu espaço contribui para a memória, a história e a identidade da FURG (1994-2014). A pesquisa compreendeu um *corpus* documental constituído por documentos oficiais da FURG e por entrevistas com os servidores envolvidos na criação do NUME. Os documentos oficiais pesquisados foram: Resoluções, Deliberações, Projetos de Extensão das exposições comemorativas do 25º e 30º aniversário da Universidade, Atas do Conselho Universitário e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2018). As entrevistas realizadas totalizaram sete e foram produzidas com base na metodologia da História Oral. A análise do *corpus* documental possibilitou conferir três categorias: memória, identidade e cultura material escolar. A partir das análises realizadas, constatei a relevância da existência de gatilhos comemorativos, ou seja, datas comemorativas como motivação para a preocupação com a preservação da memória. Em relação aos servidores que criaram o NUME, foi possível constatar a aspiração de compartilhamento dos anos de sua carreira universitária vivida na instituição, bem como o sentimento de anseio de preservar a memória da Universidade para as futuras gerações. Os mesmos possuem laços de identidade com a instituição, o que não ocorre com os mais jovens, pois entre outros motivos o teor simbólico da memória não foi repassado para as gerações mais recentes. A identidade está rigorosamente vinculada à memória, aos objetos, aos documentos, e estes estão relacionados aos lugares de memória que também evocam a identidade individual ou coletiva. O NUME pode ser considerado um exemplo disso. Isso ficou evidente nas narrativas dos entrevistados, quando rememoraram acontecimentos passados

(memória), significando-os com a sua identidade individual com base no grupo a que pertencem. É possível afirmar que, embora haja um discurso, uma intencionalidade de memória na FURG, na prática não há uma política de memória institucional implementada e, desta forma, o museu não cumpre com seu objetivo de criação.

Palavras-chave: Museu Histórico Universitário; NUME; Memória; Identidade; Cultura Material Escolar

Abstract

VIERO, Tatiane Vedoin. **The constitution of the Memory Center Engineer Francisco Martins Bastos – NUME (1994-2014)**. 2017. 140p. Dissertation (Doctoral degree in Education) – Graduate Program in Education, Education College, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2017.

This research was focused on the constitution of the Memory Center Engineer Francisco Martins Bastos – NUME at the Federal University of Rio Grande – FURG. NUME had its genesis in 1994, when celebrating the 25th foundation anniversary of FURG, through an Extension Project that held an exhibition with documents and objects that told the history of the Institution, then becoming an University historical museum in 1999, on the occasion of FURG's 30th anniversary. The creation of NUME was grounded on the motivation by some of the University employees, among active and retired ones. NUME is aimed to preserve the memory and the history of FURG. Therefore, this dissertation aims to analyze both the genesis of the Memory Center as an extension project and its institutionalization process as a historical museum of the University, as well as to investigate how its space contributes to the memory, history and identity of FURG (1994-2014). The research included a documental corpus formed by FURG's official documents and interviews with employees involved in the creation of NUME. The official documents investigated were: Resolutions, Deliberations, Extension Projects of FURG's 25th and 30th anniversary exhibitions, Records of the University Council, and the Institutional Development Plan (2015-2018). Seven interviews were conducted, produced with the Oral History Methodology. The documental corpus analysis enabled the assessment of three categories: memory, identity, and school material culture. Analyses showed relevance of celebratory trigger existence, that is, commemorative dates as motivation towards the concern of memory preservation. Regarding the employees who created NUME, the aspiration for sharing their years of university career lived in the institution was observed, as well as the desire to preserve the University memory for future generations. These employees were found to have identity bonds with the institution, but the same was not noticed with regard to the younger employees, since among other reasons the memory nominal content was not transferred to future generations. Identity is strictly associated with the memory, the objects, the documents, and these are related to the memory spaces that also evoke the individual or collective memory. NUME is an example of this, which was evident in the narratives by the interviewed people, when recalling past events (memory) and meaning these with their individual identity based on the group they belong to. In conclusion, it is possible to say that, although there is a discourse, an intentionality of

memory at FURG, in practice, however, there is no strategy of institutional memory implemented and thus the museum does not fulfill its purpose of creation.

Keywords: University Historical Museum; NUME; Memory; Identity; School Material Culture.

Lista de Figuras

Figura 1	Reprodução do Jornal FURG em Notícia, relatando a reativação do NUME.....	47
Figura 2	Memorando circular 034/99 do Gabinete do Reitor.....	49
Figura 3	Acervo histórico do NUME na sala 19	53
Figura 4	Sala de exposição do NUME.....	54
Figura 5	Sala de exposição do NUME, com mobiliário para recepção dos visitantes.....	54
Figura 6	Sala do mobiliário do NUME, exposição das primeiras faculdades.....	56
Figura 7	Página do Complexo de Museus da FURG.....	59
Figura 8	Primeira sala de armazenamento do Arquivo Geral, no Pavilhão Central do Antigo Campus Cidade.....	78
Figura 9	Documento deteriorado.....	78
Figura 10	Prédio da CAG.....	80
Figura 11	Coruja taxidermizada símbolo da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1961-1969).....	92

Figura 12	<i>Website</i> do Museu Virtual do Ensino de Ciências Fisiológicas da FURG.....	93
Figura 13	Plano museológico do Museu Virtual do Ensino de Ciências Fisiológicas da FURG.....	94

Lista de Quadros

Quadro 1	Relação dos documentos oficiais da Universidade.....	33
Quadro 2	Relação dos entrevistados da pesquisa: cargo/função, área de atuação na FURG, atuação no NUME, situação funcional e ano de ingresso na FURG.....	38
Quadro 3	Eixos norteadores do PDI-FURG (2015-2018).....	81
Quadro 4	Documentos e objetos para a realização de pesquisas em História da Educação.....	95

Lista de abreviaturas e siglas

ANPUH-RS	Associação Nacional de História Seção Rio Grande do Sul
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ARQUIFES	Rede Nacional de Arquivistas das IFES
CAG	Coordenação de Arquivo Geral
CPAD/FURG	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG
CODEP	Câmara de Administração de Atividades do Conselho Departamental
COEPEA	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração
CONSUN	Conselho Universitário
ENARQUIFES	Encontro Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NUME	Núcleo de Memória Eng ^o . Francisco Martins Bastos
PDI/FURG	Plano de Desenvolvimento Institucional da FURG
PROPLAD	Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROACE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
URES	União Rio-grandina de Estudantes Secundaristas

Sumário

1 Introdução.....	17
2 Referencial teórico – metodológico: os bastidores da pesquisa	27
2.1 A narrativa historiográfica em História da Educação: abordagens ancoradas na História Cultural	27
2.2 Percurso metodológico: procedimentos e fontes.....	33
3 Museu Histórico Universitário Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos – NUME: preservando a memória da FURG?.....	42
4 Lugares e políticas de memória: uma construção identitária e o caso da FURG.....	64
4.1 A memória e a identidade nos depoimentos dos entrevistados.....	65
4.2 O NUME e a CAG: a falta de uma política de memória institucionalizada e suas implicações na gestão de acervos.....	74
5 A cultura material escolar e a preservação dos acervos da FURG.....	87
6 Conclusão.....	102

Referências.....	107
Apêndices.....	117
Anexos.....	121

1 Introdução

Esta tese de doutoramento vincula-se à linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, na temática da história e memória de instituições escolares e tem por enfoque a constituição do Museu Histórico Universitário Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos-NUME da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. De acordo com o *International Council of Museums* ICOM¹, os museus podem se classificar² quanto à natureza das coleções; à propriedade; ao âmbito geográfico, à amplitude temática, à propriedade administrativa, e à natureza dos recursos museológicos usados. Para o caso desta pesquisa, gostaria de ressaltar a classificação quanto à natureza das coleções que são identificados como museus de arte, de história natural, etnografia e folclore, histórico, ciências e técnicas, comércio e comunicações, ciências sociais e serviços sociais, agricultura e produtos do solo. Quanto à propriedade, podem ser públicos, privados, associativos, cooperativos, etc³. Assim, a partir dessas classificações/denominações é possível destacar que o NUME é um museu histórico quanto à natureza das suas coleções e universitário quanto à sua propriedade.

Vale salientar ainda, que Para Marques e Silva (2011), os museus universitários são aqueles que estão parcial ou totalmente sob a responsabilidade de uma universidade tanto no que se refere à gestão, à salvaguarda do acervo, aos recursos humanos e ao espaço físico. O museu histórico universitário investigado nesta tese pertence à FURG que foi criada oficialmente em 20 de agosto de 1969⁴.

¹ Página da web <http://icom.museum/>.

² Estou utilizando a classificação das tipologias de museus conforme o ICOM, mas ressalto que há outras classificações.

³ Incluo nesta categoria de classificação os museus escolares e universitários.

⁴ Através do Decreto-lei nº. 774, que autorizou o seu funcionamento como Universidade do Rio Grande (URG). Em 21 de outubro de 1969, foi aprovado o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, como uma entidade mantenedora da URG. Seu primeiro Reitor foi o Professor Adolpho Gundlach Pradel. Pelo Decreto-lei de sua criação, só poderiam se integrar a ela cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Atualmente, denominada Universidade Federal do Rio Grande - FURG, essa instituição de ensino superior possui como missão “Promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade socioambiental” (CATÁLOGO GERAL, 2014, p. 19).

O NUME teve sua gênese em um projeto de extensão de 1994 em decorrência da comemoração dos 25 anos de fundação da universidade. Neste mesmo ano, foi desativado sendo reativado em 1999, quando então foi consolidado e oficializado como um museu histórico da FURG, contendo em seu acervo histórico o arquivístico, o bibliográfico e o museológico. Atualmente, o NUME está vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura-PROEXC. A seguir, apresento no que concerne cada um desses acervos.

O acervo arquivístico constitui-se de documentos de arquivos que fazem parte da sociedade, resultam da atividade humana e podem ser definidos como o conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada. Possuem natureza orgânica em sua acumulação e são conservados para fins de prova e informação (PAES, 2004). Isso significa afirmar que os arquivos acumulam-se de forma natural no decorrer das atividades e funções das pessoas tanto físicas, quanto jurídicas.

É importante destacar que o termo arquivo também se aplica ao móvel de guarda dos documentos e a instituição responsável pela sua gestão, guarda e preservação. Quanto à Arquivologia ou Arquivística, esta é considerada por alguns autores como técnica, como disciplina ou ainda ciência, optei aqui pela definição de Delsalle (1998, apud RICHTER et.al., 2004, p. 64) “a Arquivologia é a ciência que estuda os princípios e os métodos empregados na conservação dos documentos de arquivos, permitindo assegurar direitos, interesses e a memória das pessoas físicas e jurídicas”.

O acervo bibliográfico por sua vez, refere-se a obras como livros, artigos, periódicos, revistas etc.; para Paes (2004, p. 16) “é o conjunto de material, em sua maioria impresso, disposto ordenadamente para estudo, pesquisa e consulta”.

Em relação ao acervo museológico, este se constitui de peças ou objetos relacionados a um determinado tema ou assunto. Seu ajuntamento se dá pela constituição de coleções, ou seja, os objetos “perdem” as funções originais e passam a ser preservados para fins históricos, científicos, artísticos e culturais.

Os centros de documentação possuem atividades próprias da Biblioteconomia, Arquivologia e Informática⁵, seu campo de atuação é maior, a essência deixou de ser o documento para ser a informação. Os centros de documentação têm por finalidade organizar, armazenar, classificar, selecionar e disseminar toda a informação (PAES, 2004).

Sobre a Museologia esta é definida por alguns autores como disciplina ou ciência, mas, em sua maioria é considerada a ciência que administra, organiza, preserva e expõe peças em museus, embora, mais recentemente haja autores que a consideram como a ciência que estuda a relação dos museus com a sociedade. Para Bruno (1997, p. 08 e 09),

Diversos autores aceitam que a Museologia está se estruturando enquanto área do conhecimento, na medida em que procura compreender, teorizar e sistematizar a especificidade da relação entre o Homem (elemento de uma sociedade) e o Objeto (parte de uma coleção e fragmento do patrimônio), em um Cenário (instituição historicamente conhecida). Para tanto, vem sendo ensinada (nas universidades) e aplicada (nos museus) a partir das variáveis: coleta, documentação, conservação, exposição e educação.

Chagas (2002) relata que as instituições de memória, em particular os museus, frequentemente cumprem a função de casas de guarda de tesouros. Mas, quanto à origem da palavra, esta se origina na Grécia com o Templo das Musas, geradas a partir da união de Zeus (identificado com o poder) e Mnemósine (identificada com a memória) assim, os museus estão vinculados à memória e ao poder. A própria função do lembrar e esquecer tem um objetivo na sociedade.

Sobre museus escolares, cabe salientar que estes, são os lugares de preservação da cultura material escolar que vem cada vez mais sendo valorizada como categoria de análise pelos pesquisadores da História da Educação. A cultura material escolar materializa-se através dos artefatos como cadeiras, mesas, materiais escolares, etc. A cultura material escolar relaciona-se com o seu cotidiano, com o seu fazer escolar.

Durante muito tempo os arquivos, os museus e as bibliotecas confundiram-se por terem os mesmos objetivos e finalidades que eram servir como grandes depósitos documentais de qualquer espécie produzidos pelo homem. Entretanto, com o passar dos anos com a evolução histórica da humanidade, atrelados a fatores

⁵ Acrescento também a Museologia.

culturais e tecnológicos, por exemplo, pouco a pouco foram delimitando-se os campos de atuação de cada uma das áreas (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia). Atualmente, todas têm por objetivo a guarda documental, mas seus acervos são distintos e bem definidos (PAES, 2004).

O interesse em realizar esta pesquisa no doutoramento surgiu em decorrência de minha trajetória profissional e acadêmica. Graduei-me em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria em 2005 e, em 2008, comecei a atuar como arquivista na FURG. Até então a universidade não contava com uma unidade de arquivo, embora ao longo de sua história já houvesse o desejo de criá-la⁶, o que ainda não tinha se concretizado por motivo de infraestrutura e de falta de pessoal qualificado para atuar com a gestão documental. Deste modo, somente no ano de 2010 foi oficializada a criação do Arquivo Geral, como unidade vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), através do art. 84 do Regimento Interno da Reitoria⁷, embora o Arquivo Geral já funcionasse desde julho de 2009 em uma sala no antigo Pavilhão Central do Campus Cidade (atual Instituto Federal do Rio Grande do Sul-Campus Rio Grande). Em dezembro de 2012 o Arquivo Geral, por meio de uma reestruturação da universidade passa a denominar-se Coordenação de Arquivo Geral (CAG). Começa então a funcionar em novo prédio no Campus Carreiros da FURG a partir de janeiro de 2014, em um prédio construído de acordo com as normas técnicas para construção de prédios de Arquivo do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

Os arquivos e os museus podem ser considerados como lugares onde emergem os discursos do passado através dos seus acervos. E, é neste sentido, que compreendo que estes espaços não precisam necessariamente, serem vistos como instituições distintas. Da mesma forma, a questão da memória interessa tanto ao arquivista quanto ao museólogo. Para Nora (1993), os museus, os arquivos, as

⁶ No início da década de 1980 a universidade chegou a ter um local para a guarda de certos conjuntos documentais denominado de “Arquivo Retrospectivo”. Mas devido à falta de servidores qualificados em gestão documental e pela necessidade da utilização do espaço para outros fins institucionais o acervo custodiado no Arquivo Retrospectivo foi disperso para outros locais e o mesmo foi desativado. Nessa mesma época houve a realização da microfilmagem de uma parte dos dossiês acadêmicos (pastas de documentos relativos à vida acadêmica).

⁷ O Regimento Interno da Reitoria eventualmente pode sofrer alterações em seus artigos e informações, em decorrência de necessidades institucionais devidamente aprovadas pelo Conselho Universitário.

coleções, são marcos testemunhais de outro tempo, das ilusões de eternidade. As razões fundamentais de um lugar de memória são: parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial. Foi neste sentido que procurei realizar minha pesquisa no NUME, pois, este museu na essência de sua motivação para criação e preservação dos acervos que contam a história da FURG, ainda é pouco conhecido. Esta tese visou suscitar tanto apontamentos relacionados à gestão, à memória e à preservação dos acervos quanto à própria história da criação da FURG, preenchendo assim, possíveis lacunas na sua historiografia que permitirão uma melhor compreensão do tempo presente.

A pergunta de pesquisa que me embasou foi: como e de que forma se deu a motivação e criação primeiramente, da gênese do Núcleo de Memória como projeto de extensão e posteriormente, a sua institucionalização como um museu da Universidade, quais as suas contribuições para a memória, história e identidade da FURG? A quem serve este espaço, como e por quê?

Conforme Nora (1993) a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e está em permanente evolução. Sendo assim, os lugares de memória são criados e perpetuados devido ao sentimento de que não há memória espontânea, são utilizados pela história “são antes de tudo restos” (NORA, 1993, p.12). Dessa forma, considero que a Universidade deve estabelecer uma política de memória e uma interlocução entre os profissionais da Arquivologia, Biblioteconomia, História e Museologia. Destaco que a falta desta acarreta na perda e dispersão dos acervos impactando na preservação da história e memória da educação superior em Rio Grande-RS.

Assim, esta tese teve por objetivo analisar tanto a gênese do Núcleo de Memória, como projeto de extensão, quanto seu processo de institucionalização na forma de um museu histórico da Universidade e também investigar como o seu espaço contribui para a memória, história e identidade da FURG (1994-2014). O período escolhido nesta pesquisa justifica-se pelo fato de em 1994 ser o ano da execução do projeto de extensão que originou o NUME e 2014 ser o fechamento da gestão da presidência do museu que estava à cargo do Professor Oswaldo José de Paula Barbosa. Portanto, este período propiciará o estudo da sua gênese e evolução até o tempo presente, pois para Fiorucci (2011) “a memória viva é constitutiva da história do tempo presente e da própria atualidade corrente, e nesse sentido, pode

apresentar, com a força de sua vivência dos fatos narrados, outra interpretação do passado, concorrendo com o discurso científico” (p.115).

Para o alcance do objetivo geral, procurei especificamente, compreender a criação e trajetória do NUME e os conflitos de memória/esquecimento inerentes neste processo, identificar as disputas de espaços e poder e, analisar através de relações com outros lugares de memória da Universidade a existência ou não de uma política de memória e a suas implicações na preservação de acervos e da cultura material escolar da FURG.

Quanto à tese, é possível afirmar que embora haja um discurso, uma intencionalidade de memória na FURG, na prática constatou-se que não há uma política de memória institucional implementada, e desta forma, o museu não cumpre com seu objetivo de criação. Há uma dispersão das memórias da Universidade (administrativa, acadêmica e científica) em vários espaços, impactando na gestão dos acervos e da própria memória.

Esta pesquisa teve por embasamento teórico-metodológico a História Cultural que vem sendo empregada nos trabalhos articulados à História da Educação. Como paradigma de investigação, a História Cultural é um grande marco para a História da Educação, permitindo aos pesquisadores a construção narrativa, o enfoque de temas, fontes e problemas de pesquisa. Os principais autores que embasaram as análises foram Pierre Nora (1993) com a definição dos lugares de memória, Joël Candau (2012) com os pressupostos de memória e identidade e Paul Ricoeur (2007) com memória e esquecimento.

Em relação aos procedimentos metodológicos de investigação, utilizei a pesquisa documental (CELLARD, 2012), uma vez que analiso os documentos oficiais como atas e deliberações de reuniões do Conselho do NUME, resoluções e deliberações da Universidade, Atas do Conselho Universitário, Plano Político Pedagógico do Curso de Arquivologia da FURG, Regimento Geral e Regimento da Reitoria da Universidade, Jornal Universitário “FURG em Notícia”, o projeto de extensão da exposição dos 25 anos da FURG de 1994 que deu origem ao NUME, livros, teses e artigos sobre o tema pesquisado. Também empreguei a história oral e para tanto, utilizei autores que trouxeram o aporte teórico-metodológico necessário para a investigação (THOMPSON, 1992, AMADO, 1995, THOMSON, 1997,

ALBERTI, 2011). Os entrevistados foram “descobertos” por meio dos documentos analisados na pesquisa, são eles servidores da universidade e fundadores do museu.

Em relação ao estado do conhecimento sobre a temática abordada realizei levantamentos primeiramente, no Banco de Teses da CAPES (que engloba dissertações e teses) referindo-me ao NUME. Localizei uma dissertação de autoria de Josiane Alves da Silveira, intitulada “Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969)” que aborda esta faculdade como a gênese dos cursos de ensino superior voltados para a formação de professores em Rio Grande. O NUME aparece como local de custódia e pesquisa para essa dissertação, ou seja, não é abordado como foco na investigação. Também utilizei os descritores “museu universitário”, onde nenhum registro foi localizado e, “memória universitária” onde foi localizado apenas o registro de uma dissertação de mestrado em Educação defendido em 2012, de autoria de Neire do Rossio Martins intitulada “Memória Universitária: O Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (1980-1995)”, trata-se de uma pesquisa histórica sobre a trajetória de instalação e implantação do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas, problematizando-o como um lugar de memória universitária.

Na continuidade, realizei uma busca com os mesmos descritores por artigos em periódicos na plataforma Scielo e nos anais dos encontros estaduais que são realizados bianualmente pela Associação Nacional de História Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS entre os anos de 2008 e 2014, no grupo de trabalho História da Educação e cultura escolar⁸ onde nenhum resultado foi encontrado. Igualmente, realizei busca na Revista Brasileira de História da Educação (2001-2015) e na Revista História da Educação mantida pela Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe/RS, finalmente, também optei pelo mapeamento da produção nos anais dos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED no GT História da Educação onde não obtive a recuperação de nenhuma produção relacionada aos descritores utilizados.

⁸ A ANPUH Nacional criou o Grupo de Trabalho História da Educação recentemente em reunião realizada no dia 30 de julho de 2015, nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina.

De forma geral, há alguns autores que se ocupam do tema museus universitários sendo eles: Santos (2006) que compreende que a atuação dos museus universitários devem ser parte de uma política universitária sistêmica, resultado de um processo de planejamento estratégico, envolvendo o coletivo dos museus Marques e Silva (2011) que defendem os museus universitários como possuidores de missões e atribuições particulares, frutos das atividades de museus e que, portanto, não podem ser tratados da mesma forma que os outros órgãos institucionais. Ribeiro (2013) aborda os museus universitários das Universidades públicas através da análise da gestão destes museus e dos acervos, relacionando-os com as funções universitárias o ensino, a pesquisa e a extensão. Utiliza como ferramenta de análise, a teoria dos campos de Pierre Bourdieu e, Michelon (2014) que discute a Carta de Rio Grande⁹.

Particularmente em relação ao NUME, objeto de minha investigação, há as seguintes produções: em 2013 foi elaborado o trabalho de conclusão de curso da Flávia Cazeira Vicente do curso de graduação em Arquivologia da FURG, intitulado “NÚCLEO DE MEMÓRIA ENGENHEIRO FRANCISCO MARTINS BASTOS: estudo de uso e usuário sob o olhar da Arquivologia” que pretendeu demonstrar o perfil e as necessidades dos usuários do arquivo do acervo do museu possibilitando planejar ações de difusão, buscando melhorar a qualidade do atendimento e a satisfação dos usuários do NUME. Posteriormente em 2014 o artigo intitulado “O processo de modernização museal do Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos (NUME): trilhando um caminho para a preservação” de autoria de Vanessa Barrozo Teixeira que tem objetivo arrolar algumas atividades museológicas desenvolvidas no museu relatando sucintamente a história da criação do museu. Este artigo foi publicado na revista *Museologia e Patrimônio da UNIRIO*.

Da mesma forma, há outros trabalhos que citam o NUME enquanto um lugar de preservação de acervos, mas não o utilizam como foco de estudo em relação a sua gênese e trajetória exceto o livro intitulado “Memória FURG – NUME: fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos” de autoria

⁹ Trata-se de um documento produzido durante o 8º Fórum Estadual de Museus promovido pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, em 2002, apresenta uma breve reflexão sobre a trajetória dos museus universitários. Os princípios deste documento serviram de base para a atual política para os museus.

da primeira presidente do museu, a professora Aída Luz Bortheyry-Meirelles, com uma abordagem descritiva, mas não realizando a análise que propus para a tese.

A memória da educação de forma geral vem sendo abordada por alguns autores como Bastos (2011), Fischer (2004), Grazziotin (2008), Luciano (2002), Macedo (2005), Stephanou (1998), Souza (2013), Viñao Frago (2011), entre outros. Mas especificamente, sobre a História da Educação e os lugares de memória como museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação, as produções acadêmicas ainda são escassas, o que reforça a importância de investigações nessa área.

Desse modo, esta tese está organizada em quatro capítulos, os quais serão individualmente explicitados. No primeiro capítulo intitulado “Referencial teórico – metodológico: os bastidores da pesquisa”, apresento o referencial teórico-metodológico que foi utilizado na pesquisa, que tem por embasamento teórico, como já mencionado anteriormente, a História Cultural e sua relação com a História da Educação e os procedimentos metodológicos e as fontes pesquisadas. Este capítulo está subdividido em duas seções. Na primeira, abordo a História Cultural enquanto paradigma de investigação em História da Educação, na segunda faço um relato sobre os bastidores do desenvolvimento de minha investigação, através do percurso metodológico desenvolvido e apresentação das fontes.

No segundo capítulo, “Museu Histórico Universitário Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos – NUME: preservando a Memória da FURG?”, procurei elucidar, ainda que brevemente, a fundação da Universidade e posteriormente, aprofundar a criação e trajetória do museu, enfatizando os conflitos de memória/esquecimento inerentes neste processo e a identificação de disputas de espaços e poder.

No terceiro capítulo, “Lugares e políticas de memória: uma construção identitária e o caso da FURG”, analiso os lugares de memória da FURG, especificamente o Museu NUME e a Coordenação de Arquivo Geral. O primeiro, por ser objeto de análise desta tese e a segunda, por salvaguardar a documentação arquivística da Universidade, considerando que uma parcela dessa documentação encontra-se também custodiada no museu. Este capítulo subdivide-se em duas seções. Na primeira, apresento os depoimentos dos entrevistados e as relações

existentes entre eles, em relação à memória e à identidade. Trago alguns autores que discorrem sobre os conceitos de memória e identidade, os quais foram utilizados na análise (CANDAU, 2012; HALBAWACHS, 2003; NORA, 1993; POLLAK, 1992; RICOEUR, 2007). Posteriormente, na segunda seção, abordo os lugares de memória da FURG, o NUME e a CAG, e a falta de uma política de memória na instituição.

No quarto capítulo, “A cultura material escolar e a preservação dos acervos da FURG”, apresento discussões acerca da cultura material escolar, da preservação dos acervos e das afinidades entre as duas áreas de conhecimento: a Museologia e Arquivologia. Para tanto, inicialmente abordo de forma introdutória a questão da cultura escolar e da cultura material escolar. Posteriormente, discorro sobre os acervos escolares, sua preservação e disputas de salvaguarda e sobre as perspectivas e afinidades entre a Arquivologia e a Museologia, elaborando estas reflexões tendo como referência o acervo universitário da FURG.

Dessa maneira, os capítulos evidenciam de forma conexa que a FURG apesar de ter um discurso, uma intencionalidade e espaços físicos, não possui uma política de memória, o que impacta na gestão de seus acervos e na preservação de sua memória institucional.

2 Referencial teórico – metodológico: os bastidores da pesquisa

Neste capítulo, discorro sobre o referencial teórico-metodológico que me embasou no desenvolvimento da tese e também os bastidores da pesquisa (caminho metodológico). Para tanto, na primeira seção trato da História Cultural enquanto paradigma de investigação em História da Educação. Posteriormente, na segunda seção, faço um relato sobre como ocorreu a escolha dos entrevistados, a coleta dos dados, entre outros.

2.1 A narrativa historiográfica em História da Educação: abordagens ancoradas na História Cultural

Os homens sempre procuraram compreender sua natureza e existência, para isso realizaram e ainda realizam perguntas sobre as coisas e o universo. Sócrates utilizou a expressão “conhece-te a ti mesmo” e isto ressalta a importância do homem como problema antropológico desde a época dos gregos, assim, o homem passa a ser o centro das reflexões. O que é o homem? É a pergunta chave, é ela que vai determinar ao longo dos séculos as diferentes idades das ciências humanas.

Mas do que se constitui a ciência? Como os cientistas produzem ciência? O que é um paradigma? Na grande maioria das vezes, a imagem que fazemos do mundo em que vivemos é um resultado produzido pela ciência e/ou conhecimento científico.

Kuhn (2011) estudou a ciência e, mostrou que a imagem que comumente fazemos desta, na verdade não condiz com a realidade. Nos últimos 30 anos, começaram a se vincular expressões como paradigma, comunidade científica, ciência normal, crise, ciência extraordinária e revolução científica, as quais são definições abordadas em seu livro “A estrutura das revoluções científicas”. O autor

salienta nesta obra a ciência é uma ação e um tipo de conhecimento cujos resultados não devem ser aceitos como definitivos e inquestionáveis. A ciência não é somente o resultado crítico da razão humana, ela apresenta dogmatismo, a ciência pode ser dogmática como uma religião, mas ao mesmo tempo ela tem que ser crítica, ela tem que superar o dogma. O conhecimento depende do equilíbrio entre o dogma e a crítica.

A ciência, na percepção de Kuhn (2011), é constituída de ações coletivas¹⁰, onde se constituem as tradições de pesquisa, mas em contrapartida diz que somente quando um cientista rompe com essa coletividade, com a tradição e começa a se fazer seguir, é que cria-se algo novo, ou seja, um novo paradigma. Sobre paradigmas, Kuhn (2011) vinculou à comunidade de investigação, às realizações científicas universalmente reconhecidas, que durante algum tempo fornecem problemas e soluções para uma comunidade científica (ciência normal). O paradigma¹¹ define o modo de falar, pensar e agir do cientista, contém elementos práticos, empíricos, que servem como ferramenta para o mesmo resolver os problemas em sua área de pesquisa.

Podemos também considerar que em alguns casos, pode haver migrações de cientistas de uma comunidade científica para outra. Quando isto ocorre, obviamente, passamos a compartilhar outro paradigma, entendemos que isso acontece, porque, o anterior em que estávamos já não atendia mais as nossas necessidades e a comunidade científica que nos recebe também se beneficiará de nossos conhecimentos, caso contrário, talvez pudéssemos não ser aceitos na mesma.

Sobre a ciência normal, entendo, de acordo com Kuhn (2011), que ela é realizada por uma comunidade científica que segue um paradigma. O principal objetivo da ciência normal é o aperfeiçoamento deste. No entanto, quando a quantidade de anomalias¹² aumentam colocando em dúvida a validade do modelo,

¹⁰ A ação coletiva na ciência, de acordo com a concepção de Kuhn é o que o autor define de comunidades científicas, ou seja, são cientistas que compartilham um mesmo paradigma.

¹¹ Para Kuhn, “paradigmas são as realizações científicas, universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (2011, p. 13).

¹² As anomalias são problemas de um paradigma, que resistem a uma solução, embora Kuhn reconheça que todos os paradigmas, conterão algumas anomalias.

instaura-se uma crise¹³. Considera-se crise, o período que antecede a revolução científica, ela é marcada pela polaridade entre os seguidores do antigo paradigma (que está em questão) e os seguidores do novo, “cada grupo utiliza seu próprio paradigma para argumentar em favor desse mesmo paradigma” (KUHN, 2011, p.127). Este período marcado pela insegurança e instabilidade, Kuhn (2011) denomina de ciência extraordinária ou revolução científica, é nesse momento que surge um novo paradigma e se criam novos conhecimentos. Nas revoluções científicas, “um paradigma mais antigo, é total ou parcialmente, substituído por um novo, incompatível com o paradigma anterior” (KUHN, 2011, p. 125).

Sendo assim, para compreender as ciências humanas, estas arquitetam-se em um primeiro momento nas matemáticas, já no século XVIII elas se arquitetam nas ciências da natureza (principalmente a física) dissociada da metafísica, empírica antes de ser lógica (DOMINGUES, 1991). A história era predominantemente narrativa e foi por volta do século XVIII que alguns historiadores franceses, alemães, italianos, entre outros, começaram a se preocupar com o que denominaram de “história da sociedade”. Uma história que não se limitava somente a guerras e à política, mas, também com leis, moral e costumes, nasce então uma história sociocultural (BURKE, 1991).

No século XIX acontece a constituição de uma nova antropologia: a do homem histórico. Para Descartes, assim como o sol ilumina todas as coisas, é uma mesma razão que conhece todas as coisas. Logo, pretendia-se igualmente que as ciências naturais e as ciências humanas se servissem dos mesmos procedimentos metódicos e instaurassem um mesmo sistema de saber a *máthesis* a fim de conferir uma certa lógica a suas proposições (DOMINGUES, 1991).

Desta forma, a partir do século XIX foram se constituindo as ciências humanas com a pretensão dos mesmos parâmetros que as ciências naturais. Contudo, no decorrer das pesquisas os investigadores perceberam que o modelo vigente da época, o positivismo, não prevalecia sobre as ciências humanas e que outros paradigmas poderiam ser utilizados obtendo-se os mesmos resultados satisfatórios para a investigação do homem. Assim, rompe-se com o positivismo e

¹³ As crises “são uma pré-condição necessária para a emergência de novas teorias” (KUHN, 2011, p. 107).

outros pressupostos epistemológicos são assumidos para dar fundamento ao conhecimento sobre o homem (SEVERINO, 2007).

No século XX começa-se a produzir mais conhecimento com a Alemanha e a França. Sobre a ciência, passa-se a ter o destaque de que ela não pode ser considerada somente como dados mensuráveis. Mas, como podemos então justificar estes dados não mensuráveis? Talvez uma alternativa possível para essa questão seja sob o ponto de vista do objeto que se está estudando, como no caso das ciências humanas, elas possuem o seu método, porém, há uma especificidade nos objetos de estudos. Isto vai levar a outras questões: como se inter-relacionar com as outras ciências? Existe exclusão ou elas se complementam? Pessoalmente acredito que haja complementariedade entre elas, pois, entendo que não há um conhecimento, único e/ou exclusivo para uma determinada ciência e sim uma espécie de “conjunto” destas.

Nos anos de 1930 surge uma tendência historiográfica francesa que se opunha a escola positivista: *Les Annales*¹⁴; corrente inovadora que despreza o acontecimento e insiste na longa duração, muda a sua atenção da vida política para a atividade econômica, despende esforços para aproximar a história das outras ciências humanas (BOURDÉ e MARTIN, 1983).

Sobre a escola dos *Annales*, Burke (1991, p. 08) comenta que ela pode,

[...] ser interpretada em termos da existência de três gerações, mas serve também para ilustrar o processo cíclico comum segundo o qual os rebeldes de hoje serão o *establishment* de amanhã, transformando-se, por sua vez, no alvo dos novos rebeldes. Mesmo assim, algumas de suas preocupações básicas permanecem, pois a revista e os indivíduos a ela associados oferecem o mais sistemático exemplo, neste século, de uma interação fecunda entre a história e as ciências sociais.

Para Burke (2008), a História Cultural foi redescoberta nos anos 1970, uma vez que já era praticada na Alemanha há mais de 200 anos, alguns pesquisadores veem seu objetivo como essencialmente descritivo ou acreditam que assim como a história política, a cultural pode e deve ser apresentada como uma narrativa.

¹⁴ “Lucien Febvre e Marc Bloch foram os líderes do que pode ser denominado Revolução Francesa da Historiografia” (BURKE, 1991, p. 11).

Em relação à História da Educação, esta atualmente, vem alcançando a sua consolidação como campo de conhecimento específico, por meio da realização de eventos, publicação de periódicos científicos e da criação e atuação de grupos de pesquisa. Esta área do conhecimento tem se consagrado como um campo multidisciplinar, agregando pesquisadores oriundos de diferentes áreas científicas que muito podem contribuir com a História da Educação¹⁵.

Devido a existência das mais variadas fontes documentais utilizadas pela História da Educação, esta pesquisa se embasou na História Cultural, muito relevante para os pesquisadores da História da Educação, pois trabalha com uma concepção que não acredita apenas em uma verdade absoluta, mas sim em possíveis interpretações advindas das fontes disponíveis e das questões culturais.

Enquanto paradigma de investigação a História Cultural é um grande marco para a História da Educação, permitindo aos pesquisadores a construção narrativa, o enfoque de temas, fontes e problemas de pesquisa, que outros paradigmas delimitavam como, por exemplo, a história da leitura, a história da cultura escolar. A História Cultural também caracteriza-se por um campo inter e multidisciplinar e, para Pesavento (2003), esse paradigma apresenta mais dúvidas do que certezas e isto não extingue do pesquisador a aventura de tentar capturar a vida e sentimentos dos homens do passado.

Uma pesquisa para ser bem sucedida, necessita da escolha adequada das fontes a serem utilizadas, mas qual será o real significado deste conceito para a História da Educação? Para Ragazzini (2001) as fontes são uma construção do pesquisador, a única forma de contatar o passado e que permite formas de verificação.

O historiador/pesquisador no seu percurso historiográfico utiliza as mais variadas fontes, entre elas, as documentais. Sobre a análise desses materiais, Le Goff (1990) diz que o historiador não deve se distinguir de outros cientistas, ele deve trabalhar em seus documentos assim como o matemático trabalha em seus cálculos, o físico e o químico em suas experiências.

¹⁵ No grupo de pesquisa do qual sou integrante, do PPG em Educação, da Universidade Federal de Pelotas denominado Centro de Estudos e Investigações em História da Educação- CEIHE, além de mim que sou arquivista, temos integrantes museólogos, arquitetos, educadores físicos, pedagogos, entre outros.

Ainda sobre o documento, Le Goff (1990) ressalta que o mesmo não é um material bruto, inocente, mas que exprime o poder da sociedade sobre o passado e o futuro. Eles abrangem a palavra, o gesto, juntamente com a História Cultural, nasceu a história das representações, assumindo formas diversas como a história das ideologias, história das mentalidades que permitem tratar documentos artísticos e literários como documentos históricos de pleno direito, respeitando sua especificidade. “Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida –, que deixa de ser “definitivamente passado”” (LE GOFF, 1990, p. 26).

Sobre a narrativa historiográfica, é possível afirmar que essa se vale dos acontecimentos humanos, onde a história é o próprio acontecido e a narrativa a forma expressada pelo narrador do evento histórico.

Dentro do campo das instituições escolares, a História Cultural permite tratá-las dentro de sua individualidade, ou seja, apesar das regras, dos contextos e das legislações, cada instituição pode assimilá-las de diferentes formas, dentro de sua cultura escolar.

Desta forma, a História Cultural permite aos pesquisadores da História da Educação a delimitação de novos objetos e fontes de pesquisa, ampliando os temas abordados como, por exemplo, os lugares de memória para a educação. Esta corrente historiográfica também se consagrou por permitir a contribuição de outras áreas do conhecimento como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, a Museologia, a Arquivologia, entre outros. Por isso, esta tese se utilizou das áreas científicas da História da Educação, da memória, da Museologia e da Arquivologia, pelo motivo destes campos estarem imbricados em relação ao objeto da tese e contribuírem para o seu entendimento.

Considerando esses diferentes campos a pesquisa teve especificidades metodológicas que foram sendo construídas no decorrer da mesma. São essas questões ou esses aspectos que serão abordadas/os no subcapítulo seguinte.

2.2 Percurso metodológico: procedimentos e fontes

Nesta seção tive por finalidade aprofundar os procedimentos e as fontes que foram empregadas na pesquisa. Em minha investigação utilizei diferentes fontes por entender que essa variedade contribuiria com esse processo, pois “uma pesquisa pode (e, em muitos casos, deve) empregar vários tipos de fontes, como também porque conhecer diferentes olhares sempre abre novos horizontes” (PINSKY, 2011, p. 08). Em relação aos métodos foram utilizados a pesquisa documental e a história oral.

Para Cellard (2012) a pesquisa documental elimina em parte a influência do pesquisador sobre o sujeito e o “documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina” (p. 295). De acordo com o autor a análise documental compreende todos os documentos escritos, manuscritos ou impressos registrados em papel. É preciso fazer uma avaliação crítica das fontes documentais que se constituem basicamente das seguintes etapas: o contexto, o autor ou autores, a autenticidade e a confiabilidade e a natureza do texto. Após essas etapas da avaliação crítica, o pesquisador realiza, então, a análise das fontes.

Em minha tese utilizei documentos oficiais da Universidade, conforme segue no quadro 1:

Quadro 1: Relação dos documentos oficiais da Universidade.

Documentos pesquisados	Período	Meio de acesso
Deliberação 030/83 que dispõe sobre “Normas para arquivamento de documentos”.	1983	http://www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=delibera/codep/03083.html http://www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=delibera/codep/03083.html
Projeto de Extensão “Núcleo de Memória da URG”	1994	Acervo NUME
Projeto de Extensão “Núcleo de Memória	1999	Acervo NUME

Engenheiro Francisco Martins Bastos"		
Resoluções do Conselho Universitário	1994-1999-2002	< http://www.conselho.furg.br/index.php?id=delibera/consun/index.html# >
Resolução 028/2002 do Conselho Universitário de 06 de dezembro de 2002 que dispõe sobre o Regimento do NUME	2002	< http://www.conselho.furg.br/index.php?id=delibera/consun/index.html# >
Deliberação 014/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que dispõe sobre a criação do Curso de Graduação em Arquivologia da FURG	2008	< http://www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=delibera/coepe/01408.htm >
Arquivo histórico do NUME	1999-2011	Acervo do NUME
Atas do Conselho Universitário	1970-1994	< http://www.conselho.furg.br/index.php?id=atas/consun/index.html >
Regimento Interno da Reitoria	2017	< http://www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=regimentos/regimento_reitoria.htm >
Plano de Desenvolvimento Institucional da FURG	2015-2018	< http://www.pdi.furg.br/ >

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Inicialmente, realizei uma primeira leitura dos documentos a fim de selecionar as informações relevantes para a hipótese inicial da tese. Posteriormente, os analisei sob a ótica da análise documental historiográfica, elaborando categorias a saber: memória, identidade e cultura material escolar. Vale salientar que as mesmas foram criadas a partir das próprias informações obtidas nas fontes documentais e nas fontes orais.

Em linhas gerais, saliento que os documentos propiciaram informações importantes, tais como: os objetivos do projeto de extensão que antecedeu o NUME, os nomes dos servidores que participaram da sua criação, mas a metodologia da história oral permitiu um maior aprofundamento das informações documentais e os bastidores desse processo, como: a motivação para a criação do museu, as dificuldades para conseguir um espaço físico, as primeiras reuniões, etc.

Quanto à história oral, esta é considerada uma metodologia de pesquisa surgida em meados do século XX. Consiste de entrevistas gravadas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas do passado e presente. As entrevistas têm o seu contexto de produção nos projetos de pesquisas, que possibilitam quem entrevistar, o que e como perguntar e o destino da fonte produzida (ALBERTI, 2011). Para a referida autora, a história oral permite “histórias dentro da história” ampliando as possibilidades de interpretação do passado. O que ocorreu nesta tese, uma vez que o uso da história oral possibilitou um maior aprofundamento das informações documentais.

As autoras Weiduschadt e Amaral (2016), comentam sobre a concretização da história no campo historiográfico da História da Educação:

Nos últimos anos a discussão em torno da memória e das narrativas orais foram proeminentes no campo historiográfico. No âmbito da História da Educação também houve a disseminação de trabalhos em eventos da área e em publicações em que as fontes orais e a atenção para os conceitos da memória e identidade balizaram a discussão teórica metodológica (WEIDUSCHADT e AMARAL, 2016, p. 1009).

A história oral foi relevante para a elaboração da tese, pois permitiu nesta investigação do tempo presente, coletar memórias e narrativas que a embasou, embora a entrevista seja uma fonte de pesquisa e não a História propriamente dita, quer dizer, ela assim como as outras fontes necessita de interpretação e análise. Pois, o documento textual deixou de ser uma fonte exclusiva do passado, além das entrevistas, faz-se uso de fotografias, desenhos, filmes etc. As entrevistas podem ser úteis para a História de instituições tanto públicas quanto privadas e uma das questões mais relevantes da história oral está em permitir “o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (ALBERTI, p. 165, 2011). Por isso, a

história oral me proporcionou muitas informações relevantes através da memória dos servidores envolvidos, sobre o processo de criação do museu.

Ferreira e Amado (2006) comentam que em relação ao *status* da história oral, que há os defensores que a advogam como técnica, como disciplina e como metodologia. As autoras a advogam como metodologia, pois ela estabelece e ordena procedimentos de trabalho, como os tipos de entrevista e suas implicações na pesquisa. As possibilidades de transcrição das narrativas, suas vantagens e desvantagens, as formas do pesquisador se relacionar com os entrevistados e as influências sobre a sua pesquisa.

Também considero a história oral uma metodologia que através das narrativas evocadas pela memória, nos permite uma maior compreensão dos fatos acontecidos. Mas, cabe destacar que nem toda entrevista pode ser considerada como história oral, pois ela depende de um método científico a ser seguido, do mesmo modo como ocorre com outros métodos de pesquisa. Para Delgado (2010, p. 15)

[...] a história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais.

Para Errante (2000), a história oral expressa a identidade do narrador, e ela se distingue de outras entrevistas porque é mediada pelo contexto da rememoração. É uma experiência vivida, pois os narradores também negociam o seu contexto de rememoração, pois podem sugerir perguntas.

Em relação à memória e à história oral, Grazziotin e Almeida (2012) comentam que ambas podem confundir-se nas pesquisas. Sendo que, a memória constitui-se em documento, e a história oral em metodologia para operacionalização entre a teoria e os dados empíricos, proporcionado assim, outras perspectivas de conhecimento do passado.

Apesar da relevância da história oral como metodologia, considero importante mencionar apenas uma desvantagem, a qual está relacionada à necessidade de pessoas, de memórias, tão logo, permite uma volta limitada ao passado. Nesse

sentido, Thomson (1997) também salienta que ainda há alguns historiadores resistentes ao uso da história oral, pois argumentam que não há confiabilidade nas narrativas, nas memórias, uma vez que a memória para esses críticos não seria confiável como fonte histórica, porque poderia ser distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da idade, pelas tendências pessoais do entrevistador e pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado.

Mas isso também não pode ocorrer com outras fontes incluindo até mesmo as documentais? Quem nos garante que um documento manuscrito, ou um documento oficial, realmente está retratando com fidedignidade os acontecimentos passados? Reforço o que destaca Bosi (1994, p. 1) “[...] a veracidade do narrador não nos preocupa: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da História oficial”.

Ainda em relação à discussão sobre o uso da história oral, Grazziotin e Almeida (2012, p.14) consideram que “há que se compreender, isto sim, a complexidade do trabalho com memórias, sua relatividade e subjetividade, tanto quanto sua capacidade de constituir-se como documentação histórica”. Ou seja, a fonte oral pode ser considerada como documentação histórica pelos pesquisadores. Para Thompson (1992, p. 198) “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”.

A história oral tem a capacidade de ligar o passado, o presente e o futuro, pois propicia trazer ao presente as memórias do passado e projetá-las para o futuro. Para Alberti (2004, p. 42),

Podemos, pois, concluir, com relação a especificidade da história oral: sua grande riqueza está em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado *tomados como dados objetivos*, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre nosso entendimento do passado.

A metodologia da história oral se compõe do entrevistador e do entrevistado. Essa interação deve ser muito cuidadosa, principalmente, nos casos que evocam memórias dolorosas e que muitas vezes a pessoa que está concedendo a entrevista

não gostaria de recordá-las, nestas situações o entrevistador necessita de muita cautela. Complementando, para Thompson (1992, p. 254):

Ser bem sucedido ao entrevistar exige habilidade [...] há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar.

Com base nos dados que obtive por meio da pesquisa documental, comecei a realizar entrevistas, alicerçadas na história oral, com sujeitos que vivenciaram a criação, a história do NUME. Por exemplo, os ex - presidentes do museu, os professores e técnicos que compuseram a Comissão Coordenadora das Festividades Alusivas ao 25º aniversário da FURG, a professora coordenadoras do projeto de extensão de 1994. Alguns nomes foram indicados pelos entrevistados, dos quais alguns optaram por não participar. Posteriormente, senti a necessidade de incluir no *corpus* das entrevistas, a da atual coordenadora da Coordenação do Arquivo Geral da FURG, porque sendo este também um lugar de memória, que custodia grande parte do acervo arquivístico da Universidade e que, também está estabelecendo um diálogo com o NUME, não poderia deixar de incluí-la.

Ao todo, foram realizadas 8 entrevistas, sendo que uma delas, por se tratar de uma docente aposentada que reside atualmente no exterior, foi solicitado pela mesma, que o roteiro de perguntas fosse enviado por correio eletrônico. A mesma fez a devolução das perguntas, porém, não retornou a carta de cessão para o uso das informações. Assim, o *corpus* de análise das narrativas, utilizado na tese compreende 7 entrevistas. A relação de entrevistados e a identificação dos mesmos é apresentada no Quadro 2, exposto a seguir:

Quadro 2: Relação dos entrevistados da pesquisa: Cargo/função, área de atuação na FURG, atuação no NUME, situação funcional e ano de ingresso na FURG.

Nome	Cargo/Função	Área de atuação	Atuação no NUME	Situação Funcional	Ingresso na FURG
Nilza Rita Lourenço da Fontoura	Docente	Letras	Responsável pelo projeto de extensão denominado "Núcleo de Memória da URG"	Aposentada	1965

Oswaldo José de Paula Barbosa	Docente	Medicina-Psiquiatria	Ex-presidente do NUME	Aposentado	1966
Péricles Antonio Fernandes Gonçalves	Docente	Direito	Atual presidente do NUME	Ativo	1975
Mozart Tavares Martins Filho	Técnico Administrativo -	Economista-Função atual Pró-Reitor de Planejamento e Administração	Membro atual do Conselho do NUME e participou da Comissão das Festividades Alusivas ao 25º Aniversário da FURG	Ativo	1975
Darlene Torrada Pereira	Técnico Administrativo -	Assistente Social	Participou da Comissão "Subcomissão do Núcleo de Memória" em comemoração ao 30º Aniversário da FURG, e também participou diretamente dos primeiros anos de criação do museu	Ativo	1991
Daniel Porciúncula Prado	Docente	História	Participou dos primeiros anos de criação do NUME	Ativo	1999
Andrea Gonçalves dos Santos	Técnico Administrativo	Arquivista	Atual chefe da Coordenação de Arquivo Geral da Universidade	Ativo	2009

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Como pode ser observado, dos sete entrevistados um já foi presidente do museu, e outro é o atual. Dois tiveram algum envolvimento ou no projeto ou na comissão que antecederam a criação do museu e um participou dos primeiros anos do mesmo. Por isso, suas narrativas acerca da institucionalização e consolidação do NUME são fundamentais para a pesquisa. A narrativa da chefe da Coordenação do Arquivo Geral da FURG permitiu um olhar técnico por se tratar de uma arquivista e também pelas especificidades de não ter participado da gênese do museu e ser a servidora com ingresso mais recente em relação aos demais entrevistados. Desta forma, a sua narrativa propiciou informações distintas que possibilitaram uma análise detalhada em relação a procedimentos técnicos e administrativos.

As perguntas das entrevistas foram realizadas tendo em vista o objetivo da minha tese. Desse modo, é importante ter claro que ao organizar as questões e objetivos, estes devem estar previamente estabelecidos a fim de se saber o caminho a seguir com a história oral. Ainda assim, muitas vezes o entrevistado tende a se empolgar com as suas lembranças e ir por um caminho que não contenta ao pesquisador. Por isso, a análise da fonte deve ser problematizada e interpretada com cuidado, também cabe ao pesquisador no momento da entrevista interferir o mínimo possível na rememoração do depoente.

Para a realização das entrevistas utilizei um roteiro com perguntas semi-estruturadas (APÊNDICE A), para todos os entrevistados com exceção da chefe da Coordenação do Arquivo Geral (APÊNDICE B). A opção pela entrevista semi-estruturada ocorreu por entender que este tipo de entrevista é a que mais se adequou à tese, pois permitiu uma sequência lógica de informações a serem obtidas não extinguindo a articulação entre o entrevistador e entrevistado, propiciando narrativas mais detalhistas que proporcionaram uma análise mais aprofundada. Foi exatamente o que aconteceu em todas as entrevistas, pois conforme os entrevistados iam relatando-me suas lembranças sobre os fatos, eu podia ir fazendo outras perguntas que possibilitaram o cruzamento com determinadas informações localizadas nas fontes documentais.

Todas as narrativas foram transcritas, retornadas aos entrevistados para revisão, e os mesmos assinaram a carta de cessão para o uso das informações (APÊNDICE C). Foram totalizadas 3 horas e 10 minutos de narrativas, transcritas em

75 páginas. Gostaria de destacar que três servidores aposentados da Universidade foram convidados a colaborar na realização da pesquisa, mas optaram em não participar. Os mesmos foram indicados pelos próprios participantes devido as suas relações ou atividades desempenhadas no museu.

Por isso do uso dessa metodologia em minha tese de doutorado, porque acredito que as perguntas que faço só podem ser respondidas através das reminiscências da memória das narrativas dos sujeitos envolvidos.

Amado (1995, p. 134 - 135) também se reporta ao uso da história oral como fonte:

Penso que entrevistas podem e devem ser utilizadas por historiadores como fontes de informação. Tratadas como qualquer documento histórico, submetidas a contraprovas e análises, fornecem pistas e informações preciosas, muitas inéditas, impossíveis de serem obtidas de outro modo. Pesquisas baseadas em fontes orais, publicadas nos últimos anos, têm demonstrado a importância das fontes orais para a reconstituição de acontecimentos do passado recente.

Sem dúvida, considero que as fontes orais foram a maior contribuição para o alcance do objetivo da tese, pois permitiu o cruzamento com as outras fontes (documentais) e possibilitou através das memórias emergidas trazer histórias não documentadas.

Apresentados os embasamentos teóricos e metodológicos da pesquisa, no próximo capítulo, apresento uma breve narrativa em relação à criação da FURG e mais especificamente, sobre a gênese do NUME e alguns apontamentos analíticos.

3 Museu Histórico Universitário Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos – NUME: preservando a memória da FURG?

Inicialmente, neste capítulo, contextualizo a criação da FURG, pois o museu investigado é vinculado a esta instituição e tem por objetivo a guarda e preservação de acervos que contam a sua história e memória. Logo após, na sequência, tenho como foco a criação e trajetória do NUME.

Até os primeiros anos da década de 1950 a cidade do Rio Grande ainda não detinha nenhum curso superior, o que dificultava a continuidade dos estudos por parte dos riograndinos, embora já houvesse demanda por profissionais capacitados, principalmente na área das engenharias¹⁶. Muitos estudantes se dirigiam para outras cidades para continuarem seus estudos e raramente retornavam a Rio Grande.

Em 08 de julho de 1953 foi instituída a Fundação Cidade do Rio Grande¹⁷, visando dinamizar o projeto de criação da primeira instituição de ensino superior da cidade, a Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande, isto se justificava pelo parque industrial, que já existia na época. Até o ano de 1961, a Escola teve seu funcionamento autorizado, reconhecido e federalizado (VIERO, SANTOS, SCHWARZBOLD, 2010).

A Escola funcionou primeiramente devido à falta de espaço físico, na Bibliotheca Rio-Grandense. Mais tarde, a Fundação Cidade do Rio Grande adquiriu um terreno e realizou a construção do prédio próprio para esta Escola, no local onde atualmente está instalado o Campus Rio Grande do Instituto Federal do Rio Grande – IFRS. A partir disto, novas necessidades já impulsionavam o surgimento de outras unidades de ensino superior, e foram criadas a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas em 22 de julho de 1956; a Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua e a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande em 1960; o Curso de Letras em

¹⁶ Encontrava-se em atuação na cidade desde 07 de setembro de 1937 a Refinaria de Petróleo Ipiranga, atual Refinaria de Petróleo Riograndense S/A. Fonte: <<http://www.refinariariograndense.com.br/refinaria/Pages/refinaria/historia/historia.aspx>>

¹⁷ Nesta época a legislação vigente do Ministério da Educação e Cultura, exigia a existência de uma entidade mantenedora para o funcionamento de cursos superiores.

1964; o Curso de Matemática e a Faculdade de Medicina em 1966 e o Curso de Ciências e Estudos Sociais em 1967.

Logo, ressalto que a FURG foi criada oficialmente em 20 de agosto de 1969, através do Decreto – Lei 774, que autorizou o seu funcionamento como Universidade do Rio Grande-URG. Em 21 de outubro do mesmo ano, foi aprovado o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, como uma entidade mantenedora da URG. Seu primeiro Reitor foi o Professor Adolpho Gundlach Pradel. Pelo Decreto – Lei de sua criação citado acima, só poderiam se integrar a ela, cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Na década de 1970 foram criados os cursos de Oceanologia, e Engenharia Civil. A estrutura organizacional da Universidade foi modificada, passando a existir cinco centros: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Letras e Artes, Centro de Ciências do Mar e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Também foi implantado o Projeto Atlântico, cujo principal objetivo era o desenvolvimento da pesquisa tecnológica na região oceânica sulbrasileira. Na época, a FURG recebeu da Fundação Cidade do Rio Grande o Museu Oceanográfico (SILVA; SANTOS; VIERO, 2009).

Conforme a narrativa do primeiro entrevistado professor Péricles Antonio Fernandes Gonçalves (atual presidente do NUME e Pró-reitor de Extensão e Assuntos Estudantis na época da criação do museu) quanto à história da FURG, trata-se de uma história muito bonita no que diz respeito à relação comunidade riograndina e universidade. Pois a instituição foi muito ansiada pela comunidade, foi a mesma quem pediu pela existência da FURG, que superou todos os entraves iniciais para a sua criação.

A FURG quase não foi criada por razões até mesmo geopolíticas, porque na época praticamente os Estados brasileiros tinham as suas Universidades federais nas capitais, eram poucos os Estados que tinham mais de uma Universidade federal e o Rio Grande do Sul já tinha Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas com a Federal já embrionária (GONÇALVES, ENTREVISTA, 2015).

Como é possível observar a partir da narrativa a FURG seria a quarta Universidade no Estado, por exemplo, comparando com o Rio de Janeiro que tinha somente uma, que era a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Assim, o

Rio Grande do Sul estaria na época em uma situação privilegiada. Diante dessa realidade, houve certa resistência do porquê se criar outra instituição universitária, não havia a ideia de que quanto mais tivesse melhor seria. Isso já tinha acontecido quando da criação da Faculdade de Medicina em Rio Grande, e depois aconteceu com a Universidade, de querer medir distâncias com a cidade vizinha de Pelotas. É como se ocorre neste período uma concorrência entre as duas cidades. Isso também fez com que tivesse que haver uma força redobrada para a ideia da criação, hoje vista fora de propósito, porque argumentavam que era perto (de Pelotas), porque era mais uma etc. O nome que se pretendia na época era Universidade do Litoral. Seria o nome da FURG (GONÇALVES, ENTREVISTA, 2015).

[...] a **URES** foi muito importante, a União Riograndina de Estudantes Secundários que era [...] forte na época que representava os alunos do segundo grau que eram os que desejavam ter uma Universidade e inclusive [...] saiam para a rua com passeatas exigindo a Universidade e inúmeras vezes viajamos a Brasília para solicitar essa criação, a tal ponto de trazermos aqui o Ministro da Educação na época o Ministro Tarso Dutra, que de última análise foi que deu o empurrão e tínhamos também a colaboração de um riograndino que fazia parte do governo nós estamos falando de um período do Regime Militar, e tínhamos um General riograndino que era braço forte digamos assim, e lutou muito pela Universidade também como por outras coisas que Rio Grande teve. Que foi o General Golbery do Couto e Silva então tudo isso quer dizer, toda essa ação conjunta, essa força conjunta, eu me lembro perfeitamente quando eu estava no estádio quando a notícia da criação da Universidade foi dada em meio a uma jornada esportiva que um locutor da Rádio Minuano que era diretor e locutor Paulo Correa estava em meio a um jogo no campo do São Paulo que eu estava, escutando por um rádio de pilha o jogo e ele deu como furo de reportagem a criação da Universidade e aí lembro a reação do estádio como se fosse um **gol**. [...] (GONÇALVES, ENTREVISTA, 2015, GRIFO NOSSO).

A FURG foi criada no ano de 1969, em pleno Regime Militar, e segundo o depoimento do entrevistado acima, o professor Péricles, fica evidente que a participação do riograndino e integrante do governo da época o General Golbery do Couto e Silva foi muito importante na consecução desse objetivo. De acordo com a ata 61/80 do Conselho Universitário foi concedido o título de “Doutor Honoris Causa” ao General Golbery, após a apreciação e votação dos conselheiros presentes, obtendo 30 votos à favor e 3 contrários. Todavia, este General foi um personagem

de grande influência na Ditadura brasileira (1964-1985) e por isso, seja intitulado de o “satânico Dr. Go¹⁸” em um estudo da socióloga Vânia Assunção.

Para Martins (2009, p.16) “parte-se do pressuposto de que a Reforma de 1968 visou fundamentalmente a modernização e expansão das instituições públicas, destacadamente das Universidades federais”. O período de 1945-1965 teve como destaque o crescimento do ensino superior público, ocorreu também nesse momento o processo de federalização de instituições que foram integradas às Universidades federais que estavam sendo criadas (MARTINS, 2009). É neste contexto que é criada a FURG, chamada à época de Universidade do Rio Grande.

Um fator muito relevante que também considero na criação da Universidade foi o papel desempenhado pela comunidade, representada principalmente pelos estudantes secundaristas da cidade por meio da União Rio-grandina de Estudantes Secundaristas a URES. Geralmente, nas publicações e nas narrativas que contam a história da FURG dá-se destaque às pessoas que se empenharam na criação das primeiras escolas e faculdades superiores da cidade como, por exemplo, o Engenheiro Francisco Martins Bastos¹⁹. Claro, que não pretendo de forma alguma desconfigurar a importância destas pessoas que se empenharam na criação destas escolas e faculdades que, vieram a ser a gênese do ensino superior em Rio Grande. Porém, destaco a participação e motivação destes jovens que foram às ruas, que viajaram que idealizaram e viram o sonho da Universidade se concretizar. Estes jovens também foram partícipes deste acontecimento riograndino e pouco são lembrados pela memória da Universidade.

Em relação ao NUME, objeto de estudo desta tese, no ano de 1994, quando da passagem dos 25 anos de fundação da FURG, instituiu-se a “Comissão Coordenadora das Festividades Alusivas ao 25º Aniversário da Universidade Federal do Rio Grande”, ligada ao Gabinete do Reitor e presidida pela professora Irani

¹⁸ Fonte: <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/print.php?id=17028>.

Em 2009 ocorreu um certo desconforto na cidade quando o então prefeito Fabio Branco pretendeu fazer uma homenagem ao General por meio de um busto na praça principal da cidade ocasionando até mesmo um abaixo assinado de pessoas contrárias a tal homenagem memorialística. Contudo, é notório sua participação neste processo tão importante para o desenvolvimento cultural e econômico para Rio Grande que foi a criação da FURG.

¹⁹ O abordarei mais profundamente quando adentrar na história da criação do NUME que leva seu nome em sua homenagem.

Barlem Círia²⁰. No mesmo ano, as professoras Nilza Rita Fontoura e Lília Maria B. Hartmann responsabilizaram-se pela execução do projeto de extensão denominado “Núcleo de Memória da URG”²¹ que nasceu conforme descrito no próprio documento, “da necessidade de se resgatar a memória da universidade”, por ocasião dos seus 25 anos.

O período de execução do projeto acima referido foi de janeiro a junho de 1994. No mesmo ano, o Núcleo de Memória passou a denominar-se “Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos”²², devido à liderança deste engenheiro para a criação da Escola de Engenharia Industrial na década de 1950 que seria a gênese do ensino superior em Rio Grande “que juntamente com o apoio de um grupo pertencente a uma classe social escolarizada, buscou a criação e a consolidação da Escola de Engenharia Industrial” (TEIXEIRA, 2013, p. 16). Francisco Martins Bastos foi o primeiro presidente da Fundação Cidade do Rio Grande (fundada em 1953 e mantenedora da Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande), de 1953 a 1987, e recebeu o título Honorífico concedido pelo Conselho Universitário em 01 de julho de 1971.

Chico Bastos, como também é chamado o engenheiro, chegando até mesmo a intitular uma biografia sua “Chico Bastos: o pescador” (2011) de autoria de Willy Cesar, certamente teve um papel fundamental na criação da Universidade através da Escola de Engenharia Industrial que veio suprir a carência de profissionais na cidade e, principalmente, na atuação da Refinaria Ipiranga. Teixeira (2013, p. 17) destaca que ele foi o responsável pelas articulações políticas, econômicas e sociais que precederam a Escola de Engenharia através do auxílio constante da Refinaria Ipiranga como o “empréstimo” de funcionários para lecionarem na Escola e as boas relações que mantinha com autoridades e políticos da época.

Após a comemoração dos 25 anos da FURG em 1994, o projeto de extensão da exposição histórica, foi interrompido, havendo sido reativado somente em 1999 (FIGURA 1), desta vez pela passagem dos 30 anos de fundação da Universidade. Mais uma vez, institui-se uma nova comissão, denominada “Subcomissão do Núcleo

²⁰ Esta Comissão foi nomeada pela portaria 1313/93 de 09 de dezembro de 1993 do Gabinete do Reitor.

²¹ Universidade do Rio Grande como a FURG era denominada então à época.

²² Ata nº 230 e resolução 012 do Conselho Universitário de 15 de julho de 1994.

de Memória”, coordenada pela professora Aída Luz Borthairy Meirelles por iniciativa da então Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE). Desenvolveram-se atividades dentro de um novo projeto de extensão, concretizando-se como uma atividade permanente de extensão, pesquisa e ensino.



Figura 1 – Reprodução do Jornal FURG em Notícia, relatando a reativação do NUME.

Fonte: Jornal FURG em Notícia, Ano I, nº 4, abril e maio/1999, p. 10 e 11.

Como pode ser evidenciado na reportagem ilustrada acima do jornal da Universidade, é possível ressaltar a questão do “resgate” da história da FURG, tido como uma das principais idealizações do museu, da mesma forma também é possível observar alguns artefatos do acervo e algumas das pessoas envolvidas em sua consolidação.

Um ponto muito relevante a se destacar diz respeito à questão das datas comemorativas. Quando da comemoração dos 25 e posteriormente, 30 anos foi que surgiram os movimentos de ações voltados para a memória na FURG. Porque isso não foi pensado em outros momentos históricos da Universidade? Contudo, essa situação também ocorre em outros lugares, inclusive universitários, cito por exemplo, o Núcleo de Memória da escola de Enfermagem da Universidade Federal da

Bahia²³, que foi criado em 1997 como parte das comemorações dos 50 anos de criação da Escola. Isso demonstra o caráter afetivo de preservação que acompanha a celebração de datas comemorativas. Sobre isto, Neves (2006, p. 1, GRIFOS DO AUTOR) comenta que:

As comemorações são sempre uma ocasião de retomar o vivido, de reler o passado com os olhos do presente e de projetar o futuro. São, como sua etimologia latina o sugere, momentos de *con memorare*, ou seja, de fazer memória **com** aqueles que compartilharam conosco uma dada vivência, **com** os que dividimos a responsabilidade do presente e **para** que aqueles que virão depois de nós possam inovar sem desconhecer os caminhos já trilhados.

Especificamente sobre o NUME da FURG, foi possível perceber por meio das entrevistas realizadas que o seu grupo fundador possuía o desejo de compartilhamento dos anos vividos na instituição, do mesmo modo também tinham o sentimento de anseio de preservar a memória institucional para o futuro dos que virão e dar visibilidade à instituição.

Em 06 de setembro de 1999, o então Reitor Prof. Dr. Carlos Alberto Eiras Garcia expediu um memorando circular solicitando a doação de materiais que documentassem a história da universidade (FIGURA 2) o que demonstra a ausência de uma política de memória na instituição²⁴. Em 17 de dezembro do mesmo ano, o NUME consolida-se como um órgão ligado a PROACE. Em 07 de janeiro de 2000, o museu foi inaugurado na sala 19 do Antigo Campus Cidade, atual Instituto Federal do Rio Grande do Sul-Campus Rio Grande.

²³ Fonte: <http://www.enfermagem.ufba.br/index.php/?/nucleodememoria>

²⁴ Aprofundarei essa questão nos próximos capítulos.



Figura 2 – Memorando circular 034/99 do Gabinete do Reitor.
Fonte: Acervo do NUME.

Em relação a este documento acima expedido, pelo Gabinete do Reitor, é possível verificar logo na parte superior após o cabeçalho a seguinte frase “FURG- 30 anos- você parte desta História”, ou seja, já há evidência no documento oficial sobre o indício comemorativo da instituição. Um ponto também imprescindível a ressaltar é o do teor do mesmo, solicitando que as unidades encaminhassem ao Gabinete todo o material que se reportasse a história da FURG para posterior doação ao Núcleo de Memória. Mas que critérios foram estabelecidos para a seleção desses materiais? Ficaram a cargo de cada unidade? De acordo com as fontes pesquisadas é o que parece ter ocorrido. Então também é possível deduzir

que a memória salvaguardada no museu não é apenas uma memória comemorativa, embora tenha surgido como consequência em datas comemorativas da Universidade, mas sim uma memória que subjetivamente sem critérios ou diretrizes, procurou reconstruir e preservar não só a memória institucional, mas também dos sujeitos pioneiros na criação da FURG. Essa preocupação em homenagear estes pioneiros pode ser verificada pelo próprio nome do museu que presta homenagem ao engenheiro Francisco Martins Bastos. A Resolução 012/94 do Conselho Universitário dispõe sobre as homenagens às pessoas que se destacaram na história da Universidade. Nela constam os espaços físicos da FURG e os seus respectivos nomes (todos de pessoas que se envolveram na criação da FURG) incluindo o próprio NUME.

Outro ponto a destacar é que o NUME nasceu em sua gênese em 1994 e em 1999 como um Núcleo de Memória. E, embora tenha se consolidado como um museu histórico universitário, o mesmo teve essa denominação mantida em seu nome.

Em relação aos espaços, aos lugares de memória, Nora (1993) nos diz que atualmente fala-se tanto em memória porque ela já não mais existe. Ao mesmo tempo, que há sociedades condenadas ao esquecimento.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p.07).

O autor cita as “sociedades-memória” como as que asseguravam a conservação e a transmissão de valores, como a igreja ou escola, família ou Estado. As ideologias-memória que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou que indicavam o que deveria ser retido do passado para a preparação do futuro e a percepção histórica que através da mídia alargou-se fazendo a substituição de uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade por uma película momentânea da atualidade. Quando há rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas sim dentro da história.

Os museus, os arquivos, os cemitérios, as coleções, os monumentos, os santuários, as festas, os aniversários, os tratados, os processos verbais, as associações, são marcos testemunhais de outro tempo, das ilusões de eternidade. Os lugares de memória são criados e perpetuados devido ao sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é necessário manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, redigir atas porque não são operações naturais. Sem a vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. Se vivêssemos as lembranças que eles envolvem, eles não seriam necessários. Se eles não fossem apoderados pela história para utilizá-los, eles não se tornariam lugares de memória desta forma “os lugares de memória são antes de tudo restos” (NORA, 1993, p.12).

No caso do museu universitário da FURG, é possível perceber na narrativa do entrevistado Péricles Gonçalves o engajamento de um determinado grupo de pessoas para a criação e consolidação do NUME: [...] “e o resultado disso foi muito positivo, veio mais coisas do que se imaginava, a exposição²⁵ que ia durar algum tempo, foi prorrogada porque as pessoas se entusiasmaram e daí veio a ideia de se ter um Núcleo de Memória permanente” [...] (GONÇALVES, ENTREVISTA, 2015).

Para Nora (1993) tudo o que é chamado de memória hoje, não é, é história e a necessidade de memória é uma necessidade de história. Hoje a sociedade vive na religião conservadora (de querer conservar tudo) e no produtivismo arquivístico, o que conservamos é o estoque material do que é possível lembrar. Quando desaparece a memória tradicional precisamos acumular, conservar imagens, documentos, testemunhos, discursos e vestígios. As razões fundamentais de um lugar de memória são as de: parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial. Um lugar material como um depósito de arquivo só será um lugar de memória se a ele for investido um teor simbólico.

Sobre os espaços físicos referentes aos períodos pré - criação e primeiros anos do museu, os entrevistados narram que houve algumas dificuldades em relação a esses espaços. Segundo a narrativa de Péricles Gonçalves,

[...] no início houve um problema de espaço, de local, houve um período, em que tudo que tinha sido doado, para aquela exposição, que deu origem a

²⁵ Essa exposição a qual o professor Péricles Gonçalves faz menção, era a exposição comemorativa aos 25 anos da FURG.

ideia do NUME ficou praticamente amontoado, na sala 19 [...] ficaram amontoados sem organização e sem consequentemente, acesso. Se perdeu um pouco o motivo pelo qual e aí se começou a ter a preocupação com relação ao futuro, ao destino das peças, isso poderia se deteriorar. Aí nesse momento, se começou a pensar de novo num local, na época mais uma comissão se formou para tentar conseguir isso, não deu certo. Aí deu uma causalidade de eu que já estava praticamente afastado de tudo que era função, cargo, enfim, mas houve um, uma situação atípica dentro da universidade num determinado momento, em que a equipe de cúpula da universidade foi toda trocada, e o reitor que ficou responsável digamos por essa fase, resolveu trocando a equipe trazer para as Pró-Reitorias as pessoas que já tinham alguma experiência na área. Quer dizer que já tivessem participado. Como eu fui o primeiro superintendente de extensão, e tinha feito toda a implantação do sistema de extensão dentro da Universidade, lembraram de mim e eu assumindo a Pró-Reitoria que na época chamava-se Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, a PROACE, hoje dividida em Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria Estudantil, a extensão ficou comigo também e aí aquela sala que era onde estava praticamente amontoado o acervo eu transformei no primeiro local definitivo do NUME. Para organizar o NUME como tal (GONÇALVES, ENTREVISTA, 2015).

É relevante salientar que esses movimentos em prol da preservação da memória universitária na FURG, sempre foram alavancados por comissões, comemorações, ou seja, não há normativas, diretrizes, uma política para a perpetuação da memória. Por isso, da necessidade desses movimentos e projetos institucionais. Quando há uma política de memória institucional esses movimentos não se tornam tão necessários. Houveram outros entrevistados que narraram a dificuldade para obtenção de espaços físicos para a salvaguarda da materialidade da memória como arquivos, museus e bibliotecas, assim como também a dificuldade institucional para os espaços de memória quando estão no início de sua trajetória.

A entrevistada Darlene Pereira narra que inicialmente o grupo fundador do museu se reunia em uma sala pequena da Biblioteca do antigo Campus Cidade. Que o grupo se encontrava e contavam histórias.

Mas a gente se divertia um levava café, outro levava o lanche e contavam muitas e belas histórias, isso ia nos encantando, ia fazendo com que a gente fosse se apaixonando mais ainda pela FURG. [...] E deu para perceber a importância do papel social da FURG desde a sua criação. Ali deu para perceber o quanto ela nasceu vinculada às demandas da cidade, com os cursos de engenharia, pela Ipiranga, por essa questão do desenvolvimento o papel da Universidade no desenvolvimento da cidade. A Filosofia, as outras áreas todas, o Direito, foram nascendo. E quando depois, por um tempo a gente se descolou da comunidade, e na minha dissertação também eu fazia essa crítica e chamava atenção para a necessidade da Universidade voltar-se novamente para comunidade. E a memória não era uma coisa que estava pronta, a gente foi batalhando para ter isso. Aí então conseguimos aquela sala 19. [...] E a nossa defesa na

época, a discussão era garantir um espaço representativo para o Núcleo. A professora Aída que muito trabalhou para isso, ela foi sempre extremamente dedicada, ela é médica, mas ela tinha tudo para ser historiadora (*risos*). Acho que vem da cultura também. (PEREIRA, ENTREVISTA, 2017).

Fica evidente pelas narrativas que essa situação ocorrida na FURG também acontece na maioria das vezes em outras instituições, pois o espaço físico para os lugares de memória, nem sempre são obtidos facilmente. O NUME teve alguns entraves em relação a esses espaços, primeiramente acarretando em dificuldades de armazenamento e posteriormente na organização. Na figura exposta abaixo é possível visualizar a sala 19 do antigo Campus Cidade, a primeira sala realmente destinada ao museu (FIGURA 3), com poucos mobiliários para acondicionamento e processamento das peças.



Figura 3 – Acervo histórico do NUME na sala 19.
Fonte: Acervo do NUME.

Em 20 de agosto de 2001, o NUME instalou-se em nova sede (sede atual), nesse espaço havia funcionado a Reitoria da FURG dos anos 80 a 2001, também no Campus Cidade (atual Campus Rio Grande do IFRS). A sala principal e atual de exposições do NUME pode ser observada a seguir (FIGURA 4):



Figura 4 – Sala de exposição do NUME.
Fonte: Acervo particular da autora.

Como pode ser observado, a sala possui mobiliários com vitrines para as exposições, ambiente com luminosidade adequada. No mesmo espaço encontra-se mobiliário para recepção dos visitantes, assinalado em vermelho à esquerda (FIGURA 5):



Figura 5 – Sala de exposição do NUME, com mobiliário para recepção dos visitantes.
Fonte: Acervo particular da autora.

A próxima figura (FIGURA 6) mostra a sala de exposição referente às primeiras faculdades isoladas que deram origem a FURG. É possível observar alguns mobiliários como uma mesa de reuniões rodeada por cadeiras, armário com portas envidraçadas, placas de metal alusivas em uma parede e o símbolo da Escola de Engenharia Industrial da década de 1950, o qual está circulado em vermelho.



Figura 6– Sala do mobiliário do NUME, exposição das primeiras faculdades.
Fonte: Acervo particular da autora.

Esse espaço nem sempre foi assim, ele passou por reforma e aquisição de mobiliários em consequência do NUME ter sido contemplado com recursos financeiros externos de um edital para museus, como narra a entrevistada Darlene Pereira²⁶.

Nós viramos um final de semana trabalhando. A Elaine e eu e, a professora Aida, escrevendo esse projeto para o NUME. Fomos aprovados, o que possibilitou a reestruturação do Núcleo e sua transformação em Museu. [...] teve recurso para contratar pessoal especializado. [...] O mobiliário adequado, mas foi para mim uma mega experiência acostumada a trabalhar com projetos, mas dentro dessa área, eu nunca tinha trabalhado. Não era o meu trabalho, o meu trabalho é com gente (*risos*), então foi um mega desafio assim e a gente conseguiu, sempre contava isso como uma grande

²⁶ Edital de Modernização de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN.

vitória. [...] porque isso foi o que mudou, porque senão a Universidade não ia ter recurso suficiente para dar conta (PEREIRA, ENTREVISTA, 2017).

A entrevistada narra que com os recursos financeiros obtidos através da contemplação do museu no edital, foi possível também a contratação de pessoal especializado da área de Conservação e Restauro. A universidade na mesma época, também viabilizou a atuação de uma museóloga²⁷. A equipe atuou por um determinado período, por volta de 2010 a 2012. Atualmente, a equipe que trabalha no museu é composta por um assistente em administração que exerce atividades administrativas inerentes a rotina de funcionamento do mesmo, um estagiário geralmente do curso de Arquivologia e o presidente do museu no momento atual ocupado pelo entrevistado Péricles Gonçalves, professor de Direito. Isto é, o NUME não possui nenhum museólogo na sua equipe. Caso contrário do que podemos observar no Museu Oceanográfico Prof. Eliezer Rios, também pertencente à Universidade, que possui um museólogo.

De acordo com a Deliberação 014/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que dispõe sobre a criação do Curso de Graduação em Arquivologia da FURG²⁸, este curso foi criado primeiramente, por decisão da área de Biblioteconomia e posteriormente, pelo Departamento de Biblioteconomia e História, com a finalidade de consolidar a área de Ciência da Informação na FURG. Também foi pensado a criação do curso de Museologia, que acabou não sendo criado conforme registrado no próprio documento.

Avaliamos que o programa REUNI enseja esta oportunidade, convergindo com as aspirações do corpo docente do Departamento. Salientamos que os educandos do curso de Biblioteconomia convocaram uma assembleia, da qual participamos, para discutir a proposta. Também levamos em consideração aspectos relacionados ao mercado de trabalho e às ofertas de cursos já disponíveis, em especial nas IFES sediadas no Estado. Por esta razão, em particular, **abrimos mão de propor, neste momento, a criação do curso de graduação em Museologia, ainda que reconheçamos a existência desta aspiração por uma parcela dos docentes, discentes e de segmentos da comunidade.** Registre-se que, quando esta possibilidade foi examinada pelo Colegiado do Departamento, em 9 de maio

²⁷ Houve a atuação de uma museóloga entre os anos de 2010 a 2012 como voluntária, sendo que neste último ano, em alguns momentos, esta mesma profissional foi contratada pela FURG para prestar assessoria técnica e oferecer um curso básico de capacitação museológica.

²⁸ Disponível em:

<http://www.arquivologia.furg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=177:coepe&catid=1:curso>

de 2006, a UFPel, nossa co-irmã, não apenas já criara o mencionado curso, como já havia, inclusive, publicado edital de vestibular para ingresso da primeira turma. **Mesmo assim, retomamos discussões com interlocutores internos, em especial, com os dirigentes do Museu Oceanográfico (e do Complexo de Museus da FURG) e NUME, sendo que recolhemos uma avaliação contrária à inclusão do curso de Museologia na proposta atual que a Universidade vinha construindo para o REUNI. Seria temerário propor tal curso sem contarmos com o efetivo engajamento de nosso próprio Complexo de Museus (DELIBERAÇÃO 014/2008 DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, GRIFO NOSSO).**

São muitas as análises possíveis com base nesse trecho do documento referido. Porém, vou me deter na questão de que embora uma parcela da comunidade acadêmica e riograndina fosse favorável a criação do curso de Museologia na Universidade, uma parcela importante e justamente a que mais deveria ter o interesse foi contrária! Incluindo o próprio NUME! Isso diverge da prática de uma gestão de memória, pois o curso possibilitaria no mínimo discentes para realizarem o estágio no museu, cargo este que hoje, na maioria das vezes, são ocupados por acadêmicos da Arquivologia que além de não serem profissionais, possuem um conhecimento limitado sobre a especificidade dos acervos museológicos. Isso sem dúvida acarreta uma perda ao Museu, e no que tange ao tratamento da documentação arquivística, pois esta difere muito da museológica, sem mencionar que o funcionamento do curso de Museologia possibilitaria a realização de projetos e/ou assessoria por parte do corpo docente do curso junto ao museu.

Então é possível aferir que há tensões de poder nesses espaços de memória, como já mencionado no caso do Museu Oceanográfico há a atuação de um museólogo. Vale questionar, então, porque justamente as pessoas envolvidas, atuantes nesses lugares de memória foram contrários à criação do curso de Museologia na Universidade? No trecho apresentado anteriormente do documento fica explícito essa tensão de poder. A atuação de um museólogo na equipe do NUME, por meio de um cargo efetivo, de uma assessoria ou estágio, só viria a acrescentar, pois são muitas as suas contribuições tais como, no processamento técnico do acervo, expografia, plano museológico, entre outras. Possuir um museu sem o trabalho efetivo de um museólogo é como ter uma instituição arquivística,

bibliográfica, sem a presença de um arquivista ou, um bibliotecário, respectivamente. O espaço até existe, mas torna-se deficitário em muitos aspectos.

Outro ponto que trago em relação a essas tensões de poder sobre esses espaços de memória na FURG, que as reforça, está presente na narrativa do aposentado e ex-presidente do NUME Oswaldo José de Paula Barbosa. Este entrevistado ingressou na Faculdade de Medicina, como professor de Psicologia Médica e Psiquiatria em março de 1966 (anterior à criação da FURG). Mesmo aposentado, ainda, ministra aulas de Psicopatologia no curso de Pós-Graduação em Dependência Química, como voluntário. É o professor em atividade mais antigo do Curso de Medicina. Quando questionado sobre o seu envolvimento na criação do NUME, ele rememora:

Pequeno, pequeno infelizmente, **não me convidaram, não me falaram** eu só vim a ser convidado pelo professor Péricles Gonçalves, e pela professora Darlene. O professor Péricles assumiu num tempo a presidência e um belo dia eu o recebi e a Darlene era pró-reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis, mas também de Cultura era tudo junto. [...] então eu fui com muita honra convidado por essas duas pessoas, **eu nunca fui lembrado até sentia uma certa inveja eu digo, gozado não estão me levando a sério, não estão se lembrando de mim**, e então com muita honra eu fui lembrado e presidi o NUME (BARBOSA, ENTREVISTA, 2015, GRIFO NOSSO).

O fragmento apresentado demonstra existência de conflitos inerentes e tensões na própria criação do NUME. A partir do mesmo vale questionar: como um lugar que é criado com a proposta de preservar e compartilhar a memória de uma instituição, desde as primeiras faculdades isoladas que antecederam a criação da FURG, como por exemplo, a Faculdade de Medicina, os pioneiros dessa história, não considera, ou seja, não “lembram” do primeiro professor da Medicina?!

A Universidade possui um complexo de museus vinculado a PROEXC e regulamentado pelo Regimento Interno da Reitoria no artigo 65, tem significativamente contribuído por meio de exposições permanentes e itinerantes no que tange ao mundo oceânico, pois a FURG tem por Filosofia e Política aprovada pelo Conselho Universitário através da Resolução 014/87 a vocação institucional voltada para o Ecossistema Costeiro, que orienta as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Porém, o NUME não faz parte deste complexo e tampouco dos museus de Rio Grande conforme a narrativa do professor Oswaldo José de Paula Barbosa.

Abaixo apresento na Figura 7 a página atual do Complexo de Museus, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, onde não há menção ao NUME e tampouco na própria página da Pró-Reitoria. Lugares de memória necessitam de divulgação, como dar visibilidade e legitimidade dessa forma?

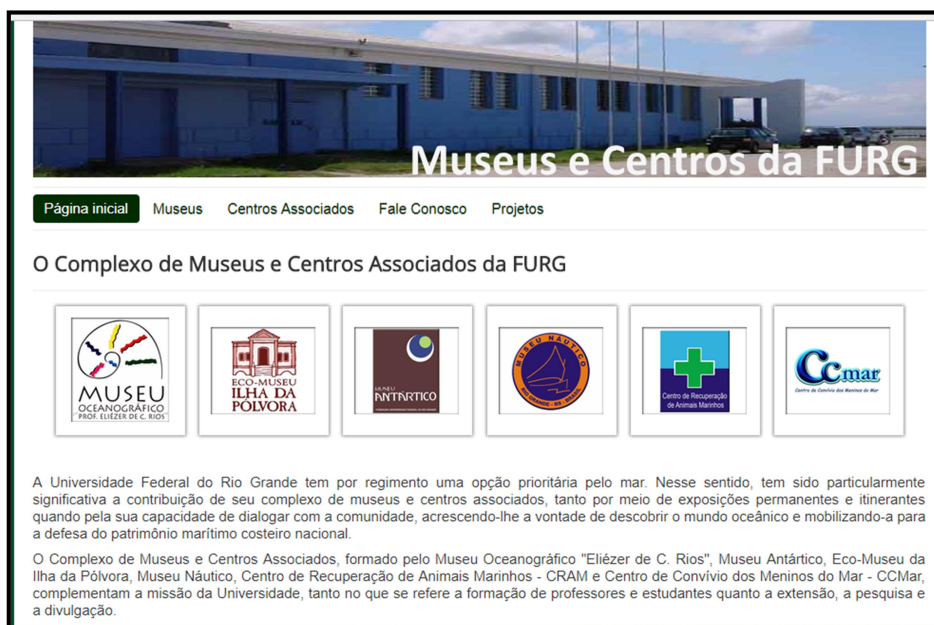


Figura 7– Página do Complexo de Museus da FURG.
Fonte: < <http://www.museu.furg.br/>>. Acesso em 14 set. 2017.

Destaco que de acordo com o artigo 65 do Regimento Interno da Reitoria complexo de Museus da FURG “é constituído por todos os museus da Universidade e tem por missão o desenvolvimento da ação museológica, educativa, social, cultural, científica e ambiental”.

A FURG possui dentre outros, o Museu Oceanográfico “Prof. Eliézer de Carvalho Rios”²⁹ em seu complexo de museus. O Museu Oceanográfico deu origem a este complexo museal da Universidade, tendo sido fundado em 8 de setembro de 1953, seu acervo compreende a vida e a dinâmica dos oceanos, apresentada em painéis, maquetes, aquários, e equipamentos utilizados em pesquisas oceanográficas. Sua coleção possui várias espécies de moluscos. Esta coleção científica foi organizada pelo professor Eliézer. O curso de Oceanologia da FURG foi criado em 1970 e é considerado um dos melhores do país. Assim, a memória científica relacionada a este curso (não somente a este, mas sim a todos, neste caso

²⁹ Eliézer de Carvalho Rios foi um dos primeiros professores de Oceanologia da FURG.

estou me reportando a Oceanologia devido a existência do Museu Oceanográfico) também abarca e integra a história da própria Universidade. Em relação aos outros cursos de graduação e pós-graduação da FURG assim como acontece com as Escolas e Faculdades que antecederam a criação da Universidade o que se preserva é o que restou e/ou doou-se para o NUME. Então as questões que ficam por hora são: qual a memória que a Universidade está preservando através do acervo do NUME, a memória administrativa, a escolar, a científica, a dos pioneiros na criação da Universidade? Que história se preserva?

No ano de 2009 criou-se no Instituto de Ciências Biológicas da FURG o projeto de extensão denominado de “Museu Virtual do Ensino de Ciências Fisiológicas da FURG” atualmente, estabelecido como um museu virtual e que tem por objetivo geral “fazer o registro histórico das práticas de ciências fisiológicas até então realizadas, descrevendo a evolução destas e documentando-as através de fotografia e da criação de um Museu Virtual” ³⁰.

Cotejando a data de criação deste museu (2009) e a do NUME (1999) problematizo se não estaria realmente havendo uma descentralização da memória da FURG? Não estariam estes lugares de memória em conflito quanto aos seus objetivos?

Nesse sentido, o entrevistado Oswaldo José de Paula Barbosa narrou em sua entrevista uma preocupação com a criação de núcleos de memória separados dentro da Universidade. O mesmo citou a existência de um núcleo na Faculdade de Medicina. Em sua opinião, essa questão é muito ruim, pois tudo deveria ser centralizado no NUME, segundo ele “enfraquecer o NUME não serve para ninguém” (BARBOSA, ENTREVISTA, 2015).

Seguindo a cronologia da história do NUME, vale destacar que em 06 de dezembro de 2002 o museu teve seu regimento aprovado pelo Conselho Universitário (ANEXO A). Neste mesmo ano, foi cadastrado no Sistema Estadual de Museus/SEM e no Guia de Museus/RS e, posteriormente, em 2006, no Sistema Nacional de Museus e no Ano Ibero-americano de Museus – Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento em 2007.

Conforme o seu Regimento, O NUME tem por objetivo “resgatar, preservar e divulgar a história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, construindo

³⁰ Fonte: <http://www.muvie.furg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=119&Itemid=66>

uma visão coerente do desenvolvimento da Instituição.” (RESOLUÇÃO 028 do CONSELHO UNIVERSITÁRIO de 2002). No projeto de extensão de 1994 gênese do NUME, os objetivos eram de:

formar um banco de dados sobre a história da URG envolvendo informações: fotográficas, orais e áudio-visuais; encontrar um local permanente para exposição do material coletado, incentivar a pesquisa histórica como forma de avaliar a caminhada e projetar ações globais e retomar o projeto – URG – uma memória a ser preservada³¹ (PROJETO DE EXTENSÃO “NÚCLEO DE MEMÓRIA DA URG”, 1994, p. 01).

Desta forma, pode-se notar a “evolução” e até as conquistas que tal projeto proporcionou ao longo do tempo, principalmente em relação ao espaço físico e a consolidação do mesmo como um museu histórico. Porém, como já mencionado o museu ainda não possui profissional técnico da área de acervos, ou seja, arquivista, bibliotecário, tampouco museólogo. E a que tudo indica apesar de vários aspectos positivos, ainda não conquistou legitimidade institucional.

Nas edições do jornal universitário “FURG em Notícias” ano 04, nº 30, pág. 08 de abril de 2002 e ano 04, nº 33, pág. 08, julho e agosto de 2002, foram homenageados pelo NUME ex-professores e reitores da FURG respectivamente.

O NUME, ao longo de sua existência, além de materiais de divulgação do próprio Museu como folders, cartazes e banners, já elaborou também os seguintes livros didáticos: “Os museus: espaços de ensino, pesquisa, arte, cultura e lazer” para o público adulto e “Um dia no museu” para o público infantil. Ademais, o Museu já realizou diversas publicações sobre a história institucional da FURG, mesas-redondas e gravação de entrevistas, igualmente sobre a história da Universidade.

Sobre o acervo atual do Museu, sua tipologia compreende “a história universitária e produção acadêmica da comunidade universitária” (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p. 221). A abrangência do acervo reúne:

Informações relevantes e materiais (projetos, relatórios, teses publicações, mapas, jornais, fotos, quadros, placas, objetos de uso pessoal, equipamentos e móveis) que documentam a história da FURG desde as primeiras faculdades na década de 50 até os dias atuais, ressaltando o ser e o fazer das lideranças que possibilitaram que a universidade se tornasse uma realidade bem como a interação universidade-comunidade (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p. 222).

³¹ Foi respeitada a grafia da época.

O acervo do museu se constitui de doações de membros da comunidade universitária e da comunidade geral, neste ato o doador preenche uma ficha de doação. Posteriormente a este procedimento, o material é enviado para o próximo passo o registro e tombamento museológico. E finalmente, à reserva técnica do acervo, ficando o NUME responsável pela sua custódia e preservação.

O museu histórico universitário NUME propicia espaços de ensino, pesquisa e extensão, por meio de estágios voluntários aos acadêmicos da FURG, e também a possibilidade de elaboração de monografias, dissertações e teses. O museu realiza exposições permanentes, transitórias e itinerantes e participa de exposições e das atividades da Semana dos Museus, em maio, da Semana Universitária, em agosto, da Semana do próprio NUME, em dezembro, e da Feira do Livro da FURG, todos os anos.

O NUME se configura também em um espaço de capacitação de acadêmicos e servidores, tendo sido realizado duas edições do Curso de Preservação de Acervos, ministrados pela museóloga Vanessa Barrozo Teixeira.

Sobre o NUME, como visto também anteriormente, o mesmo nasce como um projeto de extensão para recuperar a memória da FURG pela passagem de seus 25 anos e é desativado voltando novamente em 1999 como museu vinculado a extinta Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) atual Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC). Mas, como em 1999 ainda não havia o Arquivo Geral, muitos documentos arquivísticos acabaram sendo enviados ao NUME e atualmente, devido a esse motivo, há a dispersão de fundos documentais tanto no museu quanto na Coordenação de Arquivo Geral³². Quando da pesquisa historiográfica isto pode acarretar problemas ao pesquisador. Em alguns momentos aconteceu de uma ex-funcionária do museu ir até o arquivo e averiguar a documentação, chegando a dizer “isso me interessa”, mas, o que realmente interessa, o que faz escolher um documento e não outro? Será que pelo seu objetivo compete ao museu a guarda dos arquivos permanentes da FURG³³? O NUME é um

³² Fundo documental: “abarca documentos gerados/recebidos por entidades físicas ou jurídicas necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justifiquem a sua existência mesma, descartando-se assim, a caracterização de coleção (documentos reunidos por razões científicas, artísticas, de entretenimento ou quaisquer outras que não as administrativas” (BELLOTTO, 2006, p. 129 e 130).

³³ São os arquivos que após uma análise criteriosa de avaliação são julgados como possuindo valor secundário ou histórico, por isso, também chamados de arquivos históricos, onde são disponibilizados aos pesquisadores.

lugar de qual memória? Constrói que identidades? Então a grande questão que fica é qual a memória que se está preservando?! Desta forma, na sequência do próximo capítulo passo a discutir especificamente, as questões mencionadas acima e as categorias de análise memória e identidade, com base nas narrativas dos entrevistados.

4 Lugares e políticas de memória: uma construção identitária e o caso da FURG

Neste capítulo me proponho analisar sobre os lugares de memória da FURG, especificamente o Museu NUME e a Coordenação de Arquivo Geral. O primeiro, por ser objeto de análise desta tese e a segunda, por salvaguardar a documentação arquivística da Universidade, considerando que uma parcela dessa documentação encontra-se também custodiada no museu. Também procuro proceder a análise das narrativas do *corpus* da pesquisa sobre o que dissertam em relação à memória e a identidade.

A memória na Grécia Antiga era representada pela deusa Mnemosyne que se junta a Zeus e dá origem as musas, de onde se origina a palavra museu. Assim, a memória acompanha a humanidade desde os primórdios, durante muito tempo ela foi associada ao coração, devido ao sentimento.

Considero importante destacar que “o museu e a memória são inseparáveis em sua essência” (SCHOENARDIE, 2016, p. 47). Vivemos hoje em uma sociedade enfraquecida de memória, que vive pela busca de lugares que a permitam a sua perpetuação. Contudo, não nos é possível a guarda de todos os objetos e documentos. Assim, torna-se necessário a realização de escolhas/seleções, que de certa forma acarretam muitas vezes em conflitos de poder. Ressalto que os objetos e documentos podem ser considerados como suportes da memória.

Os arquivos surgiram de, acordo com Richter et al (2004), devido a necessidade do homem em registrar suas ações para gerações futuras. Na Antiguidade haviam arquivos secretos no Egito, onde era delegado aos sacerdotes a incumbência de zelar pelos mesmos e somente pessoas autorizadas podiam consulta-los. Na Idade Média as instituições religiosas controlavam a cultura, o saber era concentrado nos mosteiros. Na Idade Moderna na Europa os arquivos eram considerados um conjunto de armas para servir aos monarcas, foi onde se deu a centralização arquivística e a constituição dos arquivos centrais de Estado,

considerados secretos e misteriosos para o povo, não havia acesso, a autorização para consulta era concedida a poucas pessoas.

Para Schoenardie (2016) os museus tiveram a sua origem com os gabinetes de curiosidades, que nada mais eram do que coleções na sua maioria científicas, onde somente as pessoas letradas, os cientistas, tinham acesso. Foi a partir do século XVIII, que surgem os primeiros museus como o Britânico e o de História Natural de Londres.

Foi no século XIX e início do XX, que a Neurologia começou a se atentar para a memória enquanto uma faculdade humana. Porém, foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945) que por meio de seus estudos passa a encará-la também como uma reconstrução e fenômeno social, uma reconstrução do passado.

Halbwachs trouxe grandes contribuições para esse campo, mas cito principalmente a relação entre a memória coletiva e os quadros sociais da memória. Importante destacar que cada indivíduo recorda e narra de uma forma diferente o mesmo fato, ou seja, a relevância da memória individual. Cada memória individual pode ser considerada como um ponto de vista da memória coletiva. A memória individual trata da combinação das memórias dos diferentes grupos em que o indivíduo participa, como a família, a escola, etc. Também há a importância do tempo e espaço para a recuperação da memória que se desenvolve num quadro social (HALBAWACHS, 2003).

Na sequência estarei discutindo sobre as narrativas dos entrevistados em relação às categorias de análise memória e identidade. Posteriormente, sobre os lugares de memória, no caso da FURG o NUME e a CAG, e a falta de uma política de memória na instituição.

4.1 A memória e a identidade nos depoimentos dos entrevistados

Nesta seção, apresento mais detalhadamente os depoimentos dos entrevistados e as possíveis conexões existentes entre eles, em relação à memória

e à identidade. Trago, alguns autores que discorrem sobre os conceitos de memória e identidade, os quais foram utilizados na análise de minha pesquisa.

Sobre a memória coletiva ela reuni a memória do grupo e cada elemento deste que se identifica com ela. Esta memória pertence ao conjunto de pessoas mediante as relações que se estabelecem no interior dele. Assim, as lembranças estão carregadas das memórias do grupo que nos cerca, mesmo que não estejamos em sua presença, as nossas formas de lembrar e ver o que nos cerca se formam a partir do entrelaçamento das experiências (HALBAWACHS, 2003).

Para Colacrai (2010) a memória é uma representação simbólica. A memória e o esquecimento podem ser manipulados, ou seja, muitas vezes se escolhe o que lembrar ou o que esquecer. A memória constrói vínculos entre os indivíduos. Isto pôde ser observado nas narrativas dos entrevistados na pesquisa, a existência de um vínculo de cooperação e pertencimento.

De acordo com Candau (2012) a memória é uma construção social. Este autor fala da protomemória, que seria uma memória de baixo nível, procedural, automatizada. A memória coletiva é para ele uma retórica holista e para isso então, criou o conceito de metamemória para entender essa memória coletiva e fugir das retóricas holistas. A memória coletiva para esse autor trata-se de uma posse eventual de uma memória evocativa ou da pretensão de uma metamemória, ela não pode ser considerada uma faculdade, pois só a memória individual é que pode ser atestada neste caso. A memória coletiva pode ser considerada como uma representação, um estado de metamemória, ou seja, quando membros pertencentes a um grupo explanam uma produção em relação a uma memória aparentemente comum aos membros do grupo. Retomando, isso vai ao encontro com o que diz Halbwachs (2003) onde a memória coletiva seriam as lembranças, a memória comum, a todos os membros do grupo e a memória individual seria apenas um ponto nesse grupo.

A era da memória como reconstrução social data por volta dos anos 40 onde se tem os primeiros arquivos orais sobre o Holocausto, por exemplo. Considero relevante destacar a diferença entre memória e história, e sobre isso, resalto o que diz Nora (1993) que salienta que,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções (NORA, 1993, p. 09).

Nesse sentido, tanto a memória quanto o esquecimento podem ser manipulados, ou seja, se pode escolher o que lembrar e o que esquecer, muitas vezes as pessoas optam por esquecer momentos dolorosos, momentos traumáticos e outras vezes o que estava esquecido pode retornar subitamente na memória. A memória e o esquecimento não devem ser, portanto, considerados antagônicos, na verdade se complementam.

O entrevistado Daniel Porciúncula Prado salienta a importância em relação à memória, de se ter cuidado para não cair em uma memória exaltativa. Retomando NORA (1993), o que conservamos é o estoque material do que é impossível lembrar. Quando desaparece a memória tradicional precisamos acumular, conservar imagens, documentos, testemunhos, discursos e vestígios. Um lugar material como um depósito de arquivo só será um lugar de memória se a ele for investido um teor simbólico. No caso do NUME, é possível observar um forte teor simbólico de pertencimento por parte das gerações pioneiras da criação e primeiras décadas da FURG. Alguns dos entrevistados começaram sua caminhada na Universidade na década de 60 (anterior até mesmo à criação da FURG, iniciando suas atividades ainda nas faculdades e escolas isoladas) e 70 (primeira década de funcionamento da FURG). Por isso, também é possível notar na maioria das entrevistas um relato de uma memória afetiva.

Essa memória afetiva pode estar relacionada não só à fundação da Universidade, ao início da carreira profissional como também ao grupo de trabalho e às relações estabelecidas entre o mesmo.

O entrevistado Péricles Gonçalves, relata a sua preocupação com a falta de engajamento das gerações atuais da Universidade em relação à preservação da história e memória institucional:

[...] eu tenho impressão de que as gerações presentes, as gerações mais novas precisam se entrosar para que possa ser levado avante isso. Que

daqui a pouco nós não estaremos mais aqui. A gente nunca pode imaginar que vai ficar eternamente nas coisas [...] Espero poder me desvencilhar bem daqui, mas sempre pensando e insistindo para que outras pessoas mais novas que ficarão na FURG [...] precisam se inteirar para levar avante, porque se não se tem gosto, e esse foi o problema do início, as pessoas não tinham o alcance, porque eram pessoas que pela sua história de vida não tinham noção para poder chegar, entender o que significava isso. Isso depois é que a vida ensinou, a pessoa vai amadurecendo, vai se dando conta, vai se intelectualizando, até sobre alguns aspectos e aí adere, mas foi coisa custosa foi de “água mole em pedra dura” assim *risos* (GONÇALVES, ENTREVISTA, 2015).

O entrevistado está se referindo sobre o seu retorno à presidência do NUME e a sua preocupação na perpetuação da memória institucional. É possível perceber fortemente, o aspecto identitário de pertencimento ao “grupo universitário FURG”³⁴, onde os mais antigos de carreira universitária se preocupariam em manter um lugar de memória, sendo, neste caso, o NUME. Os mais novos na carreira não, por não terem vivenciado a criação e trajetória da universidade ou ainda por falta de conhecimento e transmissão simbólica da memória. Esse conhecimento e transmissão simbólica ficam prejudicados quando não existe como no caso da FURG uma política de memória institucional.

Novamente a questão da identidade ao grupo universitário FURG aparece na narrativa da professora Nilza Fontoura “todos nós participávamos de tudo. Não é!? Dentro do possível. Porque a gente o que distingue o profissional de antigamente com o de hoje, eu acho que era o comprometimento. Era dar sempre o melhor de si [...]” (FONTOURA, ENTREVISTA, 2016). Para a entrevistada, atualmente as pessoas não tem se interessado tanto pela questão da memória, em específico pelo museu, por não ser um trabalho remunerado e que isso era diferente no tempo em que ela atuou junto à universidade, onde todos se envolviam e colaboravam, independente de haver remuneração.

A entrevistada Andrea Gonçalves dos Santos relata também em seu depoimento, que as gerações atuais de servidores da Universidade, não se identificam com a instituição:

Eu acredito que essa questão de preservação na FURG ela está muito atrelada com esse sentimento de pertencimento. E lamentavelmente esse pertencimento, não está digamos assim no sangue novo aqui da FURG. E o que eu vejo muito é o pessoal que já tem três décadas de casa, quase chegando a quatro, pessoal que se aposenta e que, por exemplo, participa das reuniões do NUME, nós que trabalhamos na parte de Arquivologia, de

³⁴ Denominação por mim dada.

Conservação, Restauração e Museologia, a parte de História, nós estamos muito com esse sentimento de pertencimento, de cuidado, de preservação, de acesso, de direito e dessa relevância que para nós tem a instituição. É, porque, é característica da nossa profissão. Mas, eu acredito que essa preservação, esse sentimento aquele que muitas vezes a gente ouviu quando a gente entrou e tomou posse do vestir a camiseta, que a gente muitas vezes brinca a mãe FURG, e esse sentimento de que a FURG é uma segunda casa, é muito mais para nós que trabalhamos nesse segmento e para os que têm muitas décadas aqui na casa. Porque para o pessoal que entra agora, ou que está a menos de 10 anos, eles não tem ou pelo menos que eu percebo não tem esse mesmo sentimento. Para eles a FURG é um local de trabalho e se aparecer um concurso que pague mais, eles vão lá bom porque está pagando mais. É, digamos assim, é obviamente, tem as exceções, mas muitas vezes eu tenho visto isso aí, é umas simples queixa do dia a dia que eles não veem digamos assim, [...] as oportunidades que a FURG tem para oferecer. Então, eu acredito que essa parte da preservação, do cuidado, do pertencimento, do pensar que é um patrimônio seja documental, arquivístico, museológico, bibliográfico, ou até mesmo capital humano, eu acho que é muito mais latente digamos assim nos pioneiros, nas primeiras pessoas que foi com sangue, suor e lágrima que edificou a FURG, do que o pessoal agora que entrou na FURG. Até porque tem crescido muito desde que nós entramos, [...] então antes quando o pessoal tinha um volume populacional aqui de servidor pequeno era muito mais fácil de trabalhar esses conceitos e sentimentos. E agora como cresceu muito, eu acho que se perdeu bastante (SANTOS, ENTREVISTA, 2017).

A identidade pode ser compreendida como algo construído dentro de um determinado momento histórico. Assim, as pessoas que se envolveram na criação NUME, possuem laços de identidade com a instituição, a FURG, mas os mais jovens não³⁵, porque isso, entre outros motivos, não foi repassado para estas gerações mais recentes, ressalto novamente, por falta de uma política de memória na Universidade.

O entrevistado Mozart Tavares Martins Filho, quando questionado sobre a sua opinião sobre a preservação da memória e história da FURG, rememora: “eu acho que a história é tudo na vida da gente não só no trabalho. Mas quem conhece a história, inclusive aprende a respeitar mais e vamos dizer assim e **se identificar mais com o local onde trabalha**” (MARTINS FILHO, ENTREVISTA, 2017, GRIFO NOSSO). Neste momento, mais uma vez a identidade aparece representada como um elemento importante para quem integra o grupo universitário FURG. O sentimento de identificação e pertencimento.

³⁵ Tendo como base as narrativas dos entrevistados, pois esta questão da identidade dos servidores ingressantes mais recentes, pode ser melhor aprofundada e ser objeto de novas pesquisas e análises.

Para Candau (2012) a memória individual, a memória coletiva e a identidade, se mesclam no processo de empoderamento e significação dos sujeitos envolvidos, reconstruindo eventos, acontecimentos que fizeram e fazem parte da história social de um grupo, de um povo, de uma instituição etc, neste caso da fundação e trajetória da FURG. A identidade está estritamente ligada à memória, aos objetos, aos documentos, aos monumentos, e estes estão relacionados aos lugares de memória que também evocam a identidade individual ou coletiva, o NUME pode ser considerado um exemplo disso. É muito evidente nas narrativas dos entrevistados da pesquisa, quando relatam acontecimentos passados (memória) significando-os com a sua identidade individual com base no grupo que pertencem (no caso a instituição FURG).

Sobre essa relação entre a memória e a identidade Candau (2012) diz que a memória e a identidade “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (p. 16). Ainda de acordo com Candau (2012) é a memória que alimenta a identidade e esta memória é feita de lembranças e esquecimentos. A memória e a identidade estão subsumidas ao termo representações, sendo a memória um estado e a identidade uma faculdade. A identidade é uma construção social que está vinculada a suas heranças culturais ou de outra natureza, é representada em termos essencialistas, não pode haver identidade sem memória.

Candau (2012) também faz menção a identidade individual e a identidade coletiva. Em relação à identidade coletiva,

A identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma representação. Exemplos não faltam para mostrar que, de maneira constantemente renovada, os indivíduos percebem-se – imaginam-se, como diria Benedict Anderson – membros de um grupo e produzem diversas representações quanto à origem, história e natureza desse grupo (p. 25 e 26).

A entrevistada Darlene Torrada Pereira, rememora em seu depoimento em relação ao início do NUME,

Mas a gente se divertia um levava café, outro levava o lanche e **contavam muitas e belas histórias, isso ia nos encantando, ia fazendo com que a gente fosse se apaixonando mais ainda pela FURG**. E para mim, também na época me ajudou muito no mestrado, porque eu consegui por ali resgatar essa história da FURG, no mestrado eu trabalhei essa questão do papel social da Universidade. E deu para perceber a importância do papel social da FURG desde a sua criação. Ali deu para perceber o quanto ela

nasceu vinculada às demandas da cidade, com os cursos de engenharia, pela Ipiranga, por essa questão do desenvolvimento o papel da Universidade no desenvolvimento da cidade. A Filosofia, as outras áreas todas, o Direito, foram nascendo. E quando depois, por um tempo a gente se descolou da comunidade, e na minha dissertação também eu fazia essa crítica e chamava atenção para a necessidade da universidade voltar-se novamente para comunidade. **E a memória não era uma coisa que estava pronta, a gente foi batalhando para ter isso** (PEREIRA, ENTREVISTA, 2017, GRIFO NOSSO).

Através desta narrativa, é possível perceber que os servidores mais antigos, muitos deles já aposentados na época da criação do NUME, iam contando suas memórias para os mais novos, no caso, cito a própria entrevistada. É crível dizer que isso proporcionou a criação laços, vínculos de identidade na entrevistada, embora que não tenha participado da criação e primeiras décadas da FURG. Os relatos orais possuem essa capacidade de transmissão.

Importante destacar, que quando questionados a propósito da sua opinião sobre a memória e história da FURG, dos 7 entrevistados, 5 começaram suas narrativas utilizando a palavra “fundamental³⁶”, e todos a consideram muito importante.

Ricoeur (2007) fala dos usos e abusos da memória. O exercício da memória seria o seu uso, que comporta a possibilidade do abuso, por exemplo, uma memória impedida como no caso de um conflito onde haverá um vencedor e um perdedor. Há também a memória manipulada que caracteriza-se por questões ideológicas, abusos como resultados da manipulação do esquecimento, uma memória instrumentalizada e finalmente, a memória obrigada, o dever de memória. Quanto à memória individual e coletiva o autor destaca três pontos de atribuição da memória: a si, aos próximos e aos outros. Na narrativa da professora Nilza Fontoura, isso pode ser observado no momento em que ela rememora os acontecimentos passados no grupo, como se comportavam nas atividades em conjunto, o sentimento de pertencimento no coletivo.

Assmann (2011) alega que não existe uma essência da memória. Os indivíduos possuem recordações, assim como também o coletivo, quer dizer as

³⁶ Que pode ser utilizado como fundamento; utilizado como alicerce ou base: questão fundamental. Que pode iniciar (alguma coisa); que origina. Fonte: < <https://www.dicio.com.br/fundamental/> >.

recordações possuem definições culturais, variam com o tempo e a cultura, ela destaca a memória dos mortos, o que implica um pouco no que diz Nora (1993) quanto ao desaparecimento da memória. Isto só aconteceria em algumas formas de recordar. Para a autora tanto a memória quanto a história são formas de recordação.

Pollack (1992) faz referência à memória coletiva, como a evocação de um acontecimento que teve lugar na vida de um grupo e que se considerava e ainda considera no momento em que é lembrado, do ponto de vista desse grupo. Porém, a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças, contudo, nada prova que as noções e imagens extraídas dos meios sociais que fazemos parte e que intervêm na memória, não cubram como acontece com uma tela de cinema uma lembrança individual, mesmo quando não a percebemos.

Halbwachs (2003) defendia em relação às lembranças que essas eram ligadas pela história no momento em que fossem deixando de existir ou que os grupos que as amparavam também deixassem de existir. Já Nora (1993) entende que a memória já não existiria mais, porque se tornou subsumida pelo discurso da história.

Para Pollak (1992) a memória possui alguns elementos constitutivos, sendo os acontecimentos vividos individualmente pela pessoa e os acontecimentos “vividos por tabela”, que são os acontecimentos vividos pelo grupo pela coletividade a qual a pessoa sente pertencer. Ressalto neste caso a criação da FURG como um acontecimento coletivo vivenciado pelo grupo de entrevistados.

O entrevistado Daniel Porciúncula Prado, em seu depoimento destaca a sua preocupação com as memórias exaltativas, mais precisamente, com as biografias históricas, que tendem a exaltar figuras públicas, etc.

[...] o que eu estou te dizendo assim serve de maneira geral para todo mundo, para todos os centros de memória, para todos os memoriais, para todos os centros de documentação, eu olho para a memória como um historiador, outros profissionais podem olhar para a memória sobre outro aspecto, muitas vezes até um aspecto afetivo, que também faz parte, que não tem nada de errado. Eu olho, procuro olhar como historiador. [...] Por exemplo, assim durante certo tempo [...] se fez muitas biografias, biografias das pessoas, dos vultos históricos e eram extremamente exaltativas, construção de uma memória favorecendo figuras políticas, por exemplo, isso não é história para nós. Hoje existe todo um novo olhar da historiografia sob as biografias históricas, as biografias históricas não devem ser para exaltar as pessoas, aquela ideia, por exemplo, dos bustos nas praças, eu

sempre brinco que aquilo ali é o positivismo³⁷ plasmado em bronze tem que ter, tem que ter, mas tem que problematizar aquilo ali. [...] não para ficar exaltando ditador, por exemplo, não para ficar exaltando então, ditador, fascista, que a história do Brasil é repleta desses exemplos, que viraram nome de rua, nome de cidade, nome de praça, então se construiu um olhar de memória exaltativa o que não tem nada a ver com a história que a gente discute, que a gente problematiza, estou colocando esses exemplos para dizer para ti que os memoriais, os centros de memória tem que ter esse cuidado também [...] de não cair nesse olhar positivista, exaltativo de figuras, como faz para não fazer dessa maneira? Não sei, não tenho a receita, mas a gente tem que ter esse cuidado, ao mesmo tempo tem que ter um tremendo respeito com as pessoas que se envolvem nas construções dos memoriais, eu não estou falando do NOME especificamente, porque eu não sei mais como funciona [...] que na minha opinião pode ser um erro de exaltar as figuras do passado (PRADO, ENTREVISTA, 2016).

O entrevistado Oswaldo José de Paula Barbosa em relação à preservação da memória da FURG, narra que, “**é fundamental minha filha!** Nós estamos atrasados” (BARBOSA, ENTREVISTA, 2015, GRIFO NOSSO). O entrevistado cita uma viagem que realizou à Pernambuco e ao Rio Grande do Norte, em Pernambuco visitou o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano fundado em 1862, onde o entrevistado se referiu a Faculdade de Direito e um polo médico.

“[...] então eles me deram livros e mais livros mostrando cada faculdade daquela, a Universidade tem um núcleo de memória, tem seu museu, tem sua a história a sua memória, aí fui para Natal. A mesma coisa com dose maior ainda porque eu sou descendente do fundador da cidade, descendente de Jerônimo de Albuquerque Maranhão que foi um herói brasileiro que fundou Natal e quando expulsou os franceses do Maranhão ele acrescentou Maranhão e eu estou fazendo um livro sobre a minha descendência e fui lá justamente saber como era o que estava faltando. [...] Então lá se leva a sério essa coisa [...]” (BARBOSA, ENTREVISTA, 2015).

Para Oswaldo José de Paula Barbosa a Universidade está muito atrasada no quesito de preservação da sua memória e história. Ele faz essa comparação com Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde o entrevistado considera que estão muito mais adiantados do que a FURG.

³⁷ Tem como seu principal representante Auguste Comte que no século XIX se liberta das crenças religiosas, aderindo às ideias racionalistas. Publicou obras que tratam da formação das ciências e evolução das sociedades. Comte também é considerado como o profeta da “religião da humanidade” e “inventor” da Sociologia. Tinha por objetivo uma ciência da sociedade, a física social que seria semelhante à física, mais amplamente às ciências naturais. A batizou de Sociologia e a definiu como “a verdadeira ciência da natureza humana [...] e o ponto capital da filosofia positiva” (BOURDÉ e MARTIN, 1983, p. 51).

Sobre a constituição do acervo do museu, é importante destacar a relação sentimental, de amor com os objetos doados para o museu, como exemplo, o entrevistado acima narra quando questionado se partia da motivação, da intenção, das próprias pessoas que doavam os objetos, documentos para o museu “Algumas coisas a gente pedia, mas muita gente chegava orgulhoso [...] olha aqui o currículo do meu pai, olha aqui as notas que ele tirou na faculdade” (BARBOSA, ENTREVISTA, 2015). Não será o NUME um lugar de várias memórias? Como, da FURG, das pessoas envolvidas em sua fundação, das primeiras faculdades que a antecedeu, da comunidade riograndina? As pessoas possuem esse sentimento de afeto que necessitam perpetuar nos lugares de memória, pois assim se sentem importantes e eternizadas.

A memória alimenta a identidade, que a fortalece tanto no individual, quanto no coletivo, elas estão intimamente ligadas. A identidade em relação ao individual pode ser considerada um estado, uma representação da noção que este indivíduo tem de quem ele é ou do que pertence. Levando-se em conta ao grupo a expressão identidade não cabe, pois ela não pode designar rigorosamente uma recorrência, não pode duas pessoas terem a mesma noção de identidade individual. Elas não podem ser iguais. Assim, a expressão é utilizada para designar um sentido menos restrito, porém semelhante. Se ela for usada rigorosamente, a identidade coletiva pode ser tida como uma representação.

Na próxima seção, estarei abordando o Núcleo de Memória e a Coordenação de Arquivo Geral da FURG, através de seus acervos, suas relações e implicações.

4.2 O NUME e a CAG: a falta de uma política de memória institucionalizada e suas implicações na gestão de acervos

A gênese e a consolidação do NUME já foram detalhadamente abordadas no capítulo 2, desta tese. Assim, neste momento não me deterei em interpela-la novamente. Quanto a CAG realizei um breve relato na introdução, motivo pelo qual a partir de agora a abordarei mais profundamente em relação à suas funções e

trajetória. Posteriormente, apresento a relação estabelecida entre esses dois lugares de memória da Universidade.

A criação de uma unidade administrativa com incumbência de Arquivo Geral na FURG, só começou a ser realmente gestada, a partir da contratação da primeira arquivista em 2008. Sobre isso Schwarzbald (2015, p.14) comenta que:

Apesar de a FURG existir desde 1969 foi apenas com a adesão da Instituição ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que se criou a unidade Arquivo Geral, atualmente denominada Coordenação de Arquivo Geral (CAG), vinculada a Pró-Reitora de Planejamento e Administração (PROPLAD).

Em 2010 a Universidade já contava com 3 arquivistas em seu quadro de pessoal. Porém, é relevante ressaltar que houve outros momentos anteriores da história da instituição que ocorreram alguns movimentos ligados ao desejo da criação de uma unidade que se responsabilizasse pela gestão documental ³⁸ da FURG.

No decorrer de sua história, a Universidade já teve o intento e a necessidade da implantação de uma unidade de Arquivo, que gerisse e custodiasse seu acervo arquivístico. Desta forma, ainda na década de 1970, iniciou as atividades de microfilmagem, de uma parte de seu acervo como alguns documentos de alunos. Na década de 1980, mais precisamente em 1983, iniciou o funcionamento do denominado Arquivo Retrospectivo, que tinha como principal função a “transferência, o recolhimento e a custódia da documentação, mas, por falta de pessoal técnico especializado e infra-estrutura, este arquivo acabou sendo desativado, em 1991, permanecendo ainda a necessidade do mesmo na instituição” (SCHWARZBOLD e VIERO, 2012, p. 598).

³⁸ “O programa de gestão documental deverá definir normas e procedimentos técnicos referentes à produção, tramitação, classificação, avaliação, uso e arquivamento dos documentos durante todo o seu ciclo de vida (idade corrente, idade intermediária e idade permanente), com a definição de seus prazos de guarda e de sua destinação final, requisitos necessários inclusive, para o desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão de informações. [...] Ao fazer gestão documental não estamos nos preocupando somente em atender aos interesses imediatos do organismo produtor, de seus clientes ou usuários, mas estamos nos assegurando que os documentos indispensáveis à reconstituição do passado sejam definitivamente preservados. Aliado ao direito à informação está o direito à memória” (Bernardes e Delatorre, 2008, p.07)

Foi realizada a análise de diversos pareceres do Conselho Federal de Educação, em relação às leis e decretos, e desta forma a Câmara de Administração de Atividades do Conselho Departamental - CODEP, acabou concluindo que devido à inexistência de normas, leis ou diretrizes específicas para a eliminação de documentos arquivísticos incorporada às práticas ou sugestões que não correspondiam à realidade da Universidade, essas questões só poderiam ser solucionadas com criação de um setor de arquivo, juntamente com serviços de microfilmagem com o objetivo de reduzir a massa documental acumulada³⁹.

O “arquivo retrospectivo” era um arquivo com características de arquivo intermediário e permanente, onde eram encaminhados documentos que geraram normas para a administração da instituição, documentos que caracterizavam as mudanças na estrutura da instituição ou do seu quadro de pessoal docente, técnico ou administrativo, a passagem do aluno pela instituição e que influenciou na sua aprovação, as atas de presença das provas, etc (SCHWARZBOLD e VIERO, 2012, p. 600).

Ainda em 1983 o CODEP aprova a Resolução 030/83 (ANEXO B) que dispõe sobre "Normas para arquivamento de documentos". Esta Resolução estabelecia os documentos que deveriam ser encaminhados ao Arquivo Retrospectivo e os que poderiam ser eliminados. Esta Resolução encontra-se em pleno vigor até os dias atuais. É importante destacar, que nesses mais de 30 anos, este documento não contempla mais a realidade da produção arquivística da instituição e, muitas legislações e diretrizes federais que devem ser seguidas em termos de arquivos, já foram promulgadas. Ou seja, este documento encontra-se totalmente desatualizado e contrário à legislação pertinente.

No ano de 2005 foi criada a Comissão Permanente de Gestão de Arquivos da FURG através da portaria nº 1.337/2005. Esta comissão tinha como atribuições propor a criação e a estruturação do Arquivo Central da Universidade e manter atualizada a legislação interna sobre arquivamento de documentos. Em 2008, sua composição e atribuições foram modificadas pela Portaria nº 112, de 29 de janeiro de 2008, que teria como atribuição atualizar a legislação interna respeitando a legislação federal emanada do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e a Subcomissão do Sistema de Gestão de documentos de Arquivo da Administração

³⁹ Em Arquivologia utiliza-se a expressão massa documental acumulada para se referir a documentos arquivísticos que não passaram por processamento técnico específico.

Pública Federal do Ministério da Educação - SIGA-MEC e elaborar a minuta de deliberação para substituir a resolução nº 030/83.

Posteriormente, em 2009, esta comissão é substituída pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG (CPAD/FURG) que foi criada pela portaria da PROPLAD nº 2.715/2009. Esta comissão tem por atribuições:

a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito da FURG, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor secundário, assim como também, o encaminhamento das propostas resultantes do processo de avaliação na instituição para o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, conforme a Legislação Federal (SCHWARZBOLD e VIERO, 2012, p. 601).

No âmbito institucional, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG (CPAD/FURG) cumpre com o disposto no art. 18 do Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.159/1991:

Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor (BRASIL, Lei 8.159, art. 18, 1991).

No processo de avaliação, tanto a comissão de avaliação de documentos como as tabelas de temporalidade são imprescindíveis. Sob o ponto de vista gerencial, não é possível desenvolver um processo de avaliação adequado sem a participação de uma comissão de avaliação atuante. Sob o ponto de vista técnico, a tabela de temporalidade permite distinguir as informações essenciais das supérfluas, garantindo a preservação, recuperação e o acesso das informações e também tornam a avaliação um procedimento organizado e seguro (SCHELLENBERG, 2006).

Embora na prática o Arquivo Geral tenha começado o seu funcionamento em julho de 2009, este só foi criado de fato, em 2010 através do atual artigo 84 do Regimento Interno da Reitoria e da portaria 2109/2010 do Gabinete do Reitor. O

Arquivo começou o seu funcionamento em uma sala no prédio do Pavilhão Central do Antigo Campus Cidade (FIGURA 8). É possível ver que esta primeira sala, quando do início de seu funcionamento não contava ainda com prateleiras. Inicialmente, contando em sua equipe com 3 arquivistas, estas iniciaram pela realização de um diagnóstico documental na Universidade, onde se constatou uma grande massa documental acumulada, dispersão de conjuntos documentais, muitos documentos deteriorados por agentes biológicos (FIGURA 9), e ausência de um fluxo documental.



Figura 8– Primeira sala de armazenamento do Arquivo Geral, no Pavilhão Central do Antigo Campus Cidade, 2009.

Fonte: Acervo particular da autora.



Figura 9– Documento deteriorado.

Fonte: Acervo particular da autora.

Em 05 de dezembro de 2012, por meio do Ato Executivo 38/2012 do Gabinete do Reitor, o Arquivo Geral passa a Coordenação de Arquivo Geral. Cabe destacar que toda unidade criada na Universidade, necessita ter o seu funcionamento regulamentado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração – COEPEA, um órgão superior deliberativo da Universidade em matéria administrativa, didático científica, tecnológica e cultural. O artigo 90 do Regimento Interno da Reitoria diz que “O Arquivo Geral da Universidade terá suas atividades e dinâmica de funcionamento regulamentadas pelo COEPEA”. Ressalto que desde a sua criação, a atual Coordenação de Arquivo Geral, ainda não teve suas atribuições regulamentadas e aprovadas, que permita implantar na Universidade um Sistema de Arquivo – SIARQ, que garanta a eficiência da gestão de documentos.

Destaco que estas atribuições já foram elaboradas pela equipe técnica da CAG e está aguardando há alguns anos, o encaminhamento para análise do COEPEA pela chefia imediata superior. E sobre isso a coordenadora da CAG relatou que:

[...] as pessoas aqui não sabem sobre o nosso patrimônio documental arquivístico. O Arquivo Geral ele não tem atribuições ainda definidas pelo COEPEA. Nós não somos responsáveis por nada! Nós temos nossa responsabilidade ética, moral, como nós temos o nosso código de ética de arquivistas. Que isso aí nenhuma de nós abre mão. Porém, nós não somos responsáveis pela gestão documental do patrimônio arquivístico da FURG (SANTOS, ENTREVISTA, 2017).

Sem a devida aprovação das atribuições da CAG pela esfera competente da FURG, muitas ações de nível estratégico como a revogação da resolução 030/83 citada anteriormente, por exemplo, não podem ser executadas. Neste aspecto o museu NUME está mais adiantado do que a CAG, uma vez que já possui o seu regimento aprovado desde 2002.

Em 2013 a CAG teve o seu prédio próprio atual finalizado no *Campus Carreiros*, onde possui uma sala para pesquisa, uma administrativa, duas para armazenamento do acervo, uma para processamento técnico, uma para recepção dos documentos, uma sala para treinamento, além de um laboratório para conservação e restauração e uma sala que será destinada para um laboratório de digitalização e microfilmagem. O serviço de protocolo da Universidade embora

pertença hierarquicamente, a outra Pró-Reitoria⁴⁰ está fisicamente funcionando no mesmo prédio da CAG (FIGURA 10). Saliento que o serviço de Protocolo institucional é a unidade responsável por grande parte da tramitação documental e este não possui nenhum vínculo e/ou relacionamento de trabalho com a CAG.



Figura 10– Prédio da CAG.

Fonte: Imagem do acervo particular da autora.

Atualmente a CAG conta em sua equipe com 7 Técnico-Administrativos em Educação, sendo destes 6 no cargo de arquivistas e um no de técnico em restauração. De forma operacional, a CAG desde a sua criação já elaborou o diagnóstico do acervo arquivístico da FURG, como já mencionado, projetos de extensão com a atuação de bolsistas graduandos do Curso de Arquivologia, que visavam a conservação preventiva do acervo, cursos de capacitação em noções de arquivo para os servidores da Universidade de forma presencial e à distância⁴¹. Além de ter recebido em seu espaço físico, vários conjuntos de documentos arquivísticos da FURG, para armazenamento e classificação e avaliação documental⁴².

⁴⁰ Importante destacar que a CAG pertence à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração-PROPLAD e o Protocolo à Pró-Reitoria de Infraestrutura-PROINFRA.

⁴¹ Sobre os cursos de capacitação, para maiores informações ver Schwarzbald (2015).

⁴² Me refiro à conjuntos documentais arquivísticos, pelo motivo de que a instituição ainda não conta com um quadro de fundos institucional elaborado pela equipe técnica da CAG. Em 2012 a coordenadora da CAG conclui o Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, onde elaborou

A CAG tem por finalidade prática, pois como já mencionado, ainda não teve suas atribuições aprovadas pelo COEPEA, a guarda e a gestão do acervo arquivístico da FURG. Atualmente, há vários conjuntos documentais intermediários⁴³ e permanentes/históricos⁴⁴ custodiados. A data baliza do acervo corresponde de 1953-2014. Entre eles destaco os históricos como os documentos das primeiras Faculdades e Escolas que deram origem à FURG, e plantas de prédios da Universidade, portarias da Reitoria (1970-2011), atas do Conselho Universitário (décadas de 1970, 1980 e 1990), dossiês acadêmicos (1960-2014), documentos administrativos da Pró-Reitoria de Graduação (1990-2013), documentos administrativos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (2002-2011), acordos e convênios do Gabinete do Reitor (décadas de 1990 a 2000). Estes documentos totalizam aproximadamente, 2.000 caixas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI (2015-2018) da FURG, exprime os objetivos e estratégias sistematizadas nas áreas institucionais, “entrelaçadas e indissociáveis, a partir das quais devem ser definidos os planos de ação anuais com discussão e envolvimento de todas as unidades e aprovação do COEPEA”⁴⁵. O PDI está constituído de 46 objetivos e 234 estratégias, distribuídas em 12 eixos norteadores, conforme pode ser visualizado no Quadro 3, exposto a seguir.

Quadro 3: Eixos norteadores do PDI-FURG (2015-2018).

Eixos norteadores
I. Ensino de Graduação

um guia de fundos, correspondente aos fundos fechados das Faculdades e Escolas que deram origem à FURG (1953-1969), que segundo a própria encontra-se desatualizado. Fantinel (2017) em sua dissertação do mesmo curso anteriormente citado, elaborou um quadro de fundos da FURG, dos fundos abertos. Segundo a autora esse quadro foi apresentado à CAG e aprovado como referência para estudos futuros. Discutirei mais profundamente essa questão e também sobre a classificação e avaliação de documentos arquivísticos, no próximo capítulo.

⁴³ Documentos intermediários são aqueles que já não são consultados frequentemente e por isso não precisam ficar próximos ao órgão produtor e estão aguardando a sua destinação final (eliminação ou guarda permanente).

⁴⁴ Documentos permanentes ou históricos são aqueles que já cumpriram com a finalidade pela qual foram criados e por conter valor secundário/histórico, são conservados no arquivo permanente.

⁴⁵ Disponível em <<http://www.pdi.furg.br/index.php>>. Acesso em 25 set. 2017.

II. Ensino de Pós-Graduação
III. Pesquisa
IV. Inovação Tecnológica
V. Extensão
VI. Cultura
VII. Assuntos Estudantis
VIII. Gestão de Pessoas
IX. Infraestrutura
X. Gestão Ambiental
XI. Gestão da Informação
XII. Gestão Institucional

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do PDI-FURG (2015-2018).

Em relação à memória institucional, esta aparece de forma implícita no eixo VI Cultura, no objetivo 3, de preservar o patrimônio cultural sob responsabilidade da Universidade, estratégias que o contempla:

1. Resguardar os bens de natureza material e imaterial relacionados à história da Universidade; 2. Estimular a divulgação integrada de acervos dos museus e núcleos da Universidade; 3. Elaborar o plano de preservação do patrimônio e memória da Universidade; 4. Resguardar os acervos dos quais a Universidade é fiel depositária (PDI, 2015-2018, p. 42).

Destaco que assim fica evidenciado que a Universidade ainda não possui realmente uma política de acervos, tampouco uma política de memória. E porque este objetivo e estratégias estão contemplados no eixo Cultura, e não no eixo XII da gestão institucional? A gestão da memória não deveria ser uma preocupação institucional? Acredito, particularmente que sim. E quando é mencionado os acervos dos quais a Universidade é depositária, caberia ser identificados estes acervos, inclusive o arquivístico que também é detentor da memória institucional. Estou

discutindo tipologias de acervos distintos, que pertencem a diferentes Pró-Reitorias, mas que se referem à memória da FURG.

Ressalto ainda, a existência do eixo XI Gestão da Informação, que contempla:

os objetivos e estratégias elencados para promover a qualidade das diferentes atividades desenvolvidas pela Universidade, referentes ao acesso à informação, à qualificação do sistema de informação de bibliotecas, aos diferentes meios de comunicação e ao aprimoramento dos serviços informatizados da Universidade em todos os seus campi (PDI, 2015-2018, p.55).

É possível notar que este eixo, menciona o acesso à informação, os meios de comunicação, o sistema de informação de bibliotecas e o aprimoramento dos serviços informatizados da instituição. Porém, destaco não haver nada específico em relação à informação arquivística. Como é possível estabelecer uma gestão da informação institucional sem estratégias e objetivos referentes também à informação arquivística? Saliendo que a informação arquivística da Universidade transita pelos sistemas informatizados, mas também por suportes físicos, como principalmente o papel. E esse eixo não os contempla. Ficando evidente uma falta de gestão institucional desses acervos.

No Programa Institucional Transversal de Excelência da Informação do PDI, nº 20, o mesmo tem por finalidade “qualificar os sistemas, os serviços de acesso, a segurança, a confiabilidade e a agilidade da informação” (PDI, 2015-2018, p. 65). Os responsáveis por esse programa são Gabinete Executivo da Reitoria e Núcleo de Tecnologia da Informação. Ou seja, a CAG não é mencionada em nenhum momento.

A gestão de acervos é primordial para a preservação da memória institucional. Pois, ela permite todo o controle dos acervos, desde sua produção até a sua destinação final. Da mesma forma garante medidas de entrada destes acervos nos seus respectivos lugares de memória, sobre isso, a coordenadora da CAG mencionou que,

Internamente nós temos normas de acesso para o pesquisador, **mas nada institucionalmente porque nós não temos aquela política geral, guarda chuva que vai nos proteger. Nós não temos verba específica para nenhuma dessas coisas, nós não ocupamos lugares em certas comissões e grupos de trabalho que nós poderíamos. [...] nós poderíamos colaborar com uma política de acervos arquivísticos**

nossa parte, e chamar também a outras pessoas que estejam com acervos, nós teríamos voto e voz. [...] nós estamos no nível operacional, basicamente o operacional, mas no estratégico de planejamento, de estratégias, de consolidação, ainda não. (SANTOS, ENTREVISTA, 2017, GRIFO NOSSO).

Esta falta de política de memória acaba por impactando também financeiramente as ações desses lugares de memória. Da mesma forma reflete nas decisões estratégicas da instituição. Destaco que externamente por ser uma instituição pública federal a FURG está subordinada à Política Nacional de Arquivos, representada nesse caso, principalmente pela lei 8.159/1991, mas é preciso haver internamente uma gestão, uma política, pois caso contrário a preservação da memória universitária fica como já foi possível constatar muito prejudicada.

Como já mencionado anteriormente, a CAG desde a sua criação em 2010 já executou muitas ações que visaram a preservação do patrimônio arquivístico da FURG, mas muito ainda se precisa avançar. Em relação à parte do acervo arquivístico que atualmente ainda encontra-se custodiado no NUME, a coordenadora da CAG quando questionada depôs que:

O pessoal até entender o nosso *modus operandi*, nossa metodologia, nosso objeto de estudo, todas as partes de estratégia, de como fazer, o pessoal ele estava pensando que a gente ia fazer outra coisa. Então foram vários anos, o presidente anterior ele digamos assim, nos acolhia muito bem, mas **era eles lá e nós aqui, mesmo nós estando no mesmo espaço físico. Então a gente percebeu que naquele momento, não era o momento da gente estabelecer uma conversa sobre acervo.** E desde que assumi a Coordenação, eu pensei intimamente que primeiro a gente deveria digamos assim, fazer mais, mostrar para os outros o que a gente tinha feito e devagar o nosso boca a boca, o nosso *marketing* ia chegar até eles. **A gente não ia digamos assim, entrar diretamente mesmo que a gente sabia que tinha acervo arquivístico lá dentro e é nossa responsabilidade, mas a gente não queria digamos assim invadir o território deles.** [...] E resultou que no *Campus*, várias vezes a gente se encontrou com o professor Pérciles. E sabendo que ele estava no NUME, a gente convidou se não me engano ele fez uma gravação sobre o acervo nosso, a gente explicou, mostrou como que nós organizamos, **ele achou muito boa a ideia.** A gente já visitou eles uma ou duas vezes, explicamos o projeto que nós estávamos desenvolvendo da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua, com o *software* AtoM [...] a gente decidiu sentar para explicar realmente **o que é um documento arquivístico e qual era a nossa pretensão.** Do jeito que ele estava sendo o documento deles custodiado por eles, tratados digamos assim de uma forma um tanto quanto do jeito museológico, ele não tinha toda a capacidade de pesquisa que o documento ele pode atingir. [...] Claudio Paz em uma pesquisa que ele tinha feito aqui em uns documentos, ele disse que no NUME ele não conseguiria fazer porque ele estava todo desmembrado, o objeto ele é considerado com unidade e aqui a gente respeita a organicidade, [...] mas que nosso desejo era tratar toda a documentação

arquivística, dar uma ênfase e um cuidado maior no documento de caráter permanente. Que nós podíamos começar com as primeiras faculdades e nós íamos tratar digamos assim, de forma arquivística todo o acervo. [...] **o pessoal viu de bons olhos fazer toda essa unificação dos acervos** (SANTOS, ENTREVISTA, 2017, GRIFO NOSSO).

Com base neste trecho do depoimento da coordenadora da CAG, é possível destacar que por não haver uma gestão de acervos e tampouco, uma política de memória na Universidade, todo esse trabalho diga-se de relação com o NUME, levou um certo tempo para começar a acontecer. Primeiro, foi necessário a equipe da CAG se fazer conhecer na instituição, também houve diferença de uma gestão para outra do museu, implicando diretamente nas ações que poderiam ser desenvolvidas. Do mesmo modo, foi preciso estabelecer e manter uma relação de respeito com o museu, e realizar uma sensibilização junto ao atual presidente.

Ressalto, que o documento arquivístico possui característica inerentes ao seu contexto de produção e processamento, que diverge do documento na ótica da museologia. Isto vai refletir na sua gestão e disponibilização para o pesquisador.

A coordenadora da CAG mencionou ainda que, o museu está realizando um projeto onde a cada ano durante a realização da Feira do Livro da FURG, está se realizando uma retrospectiva de cada década da história da Universidade. Por isso, ficou acertado entre os dois lugares,

combinamos que nós faríamos o seguinte: primeiro nós faríamos um grupo de trabalho para estabelecer num primeiro momento um rascunho dos quadros de arranjo e identificar os acervos, o que que era o fundo aberto da FURG e o que que era os fundos fechados, [...] A gente teve que parar porque o pessoal do NUME estava preparando esse material, mas nós conseguimos que [...] **nos entregasse 31 caixas do acervo do NUME que eles não utilizariam mais para nós**. Qual é a nossa contrapartida, nós nos comprometemos caso eles quisessem fazer algum tipo de pesquisa, exposição, nós poderíamos emprestar todo o material que eles necessitem. Eles poderão ver todo o acervo quando este estiver pronto no AtoM, cada vez que um acervo, por exemplo, uma faculdade estiver pronta nós iremos avisar eles. Eles vão digitalizar todas as fotografias e eles vão ficar com uma cópia até para nos ajudar com a identificação, **e a gente também ajuda eles na parte da conservação, da conservação preventiva**. Tanto que a nossa técnica em restauração [...] já tem visitado lá para colaborar com eles na parte física do acervo tridimensional. [...], **a parte mais difícil que eu achava que a gente nunca ia conseguir, foi quando chegou a uns meses atrás que nós já recebemos material do NUME** e que a gente depois vamos conferir o que nós temos e a medida que eles fizerem essa retrospectiva da década, e quando o pessoal estiver pronto e digamos assim, identificado tudo eles vão repassar para a gente, eles vão nos mandar (SANTOS, ENTREVISTA, 2017, GRIFO NOSSO).

Destaco que tudo foi realizado com base em tratativas e acordos entre os dois lugares, ou seja, não se teve nada consolidado à nível institucional. Muito dependente da intenção das equipes e chefias. Saliento também que são ações iniciais, que muito ainda precisa ser realizado quando houver a aprovação das atribuições da CAG pelo COEPEA.

No âmbito institucional uma política de memória ancorada na sua preservação é importante, pois não é somente com um lugar determinado para isso que realmente garantirá a sua preservação. Como diz Nora (1993) é preciso que a um depósito de arquivo seja investido um teor simbólico e que este, seja transmitido às gerações. Caso contrário torna-se realmente um lugar de depósito, de estratégias operacionais como está ocorrendo atualmente com a CAG. É preciso o empoderamento destes lugares, o que é possível alcançar com uma política de memória, desde que seja realmente voltada para a memória.

No Brasil as políticas de memória por vezes assumem um caráter de “dever de memória” (FERREIRA, 2011). Acredito que temos que ter política não para um dever de memória, mas sim para que a preservamos gradualmente e que não seja necessário a criação de tantos lugares por não a termos.

Acredito como foi possível constatar, que a FURG esteja começando a se atentar verdadeiramente para essa questão de uma política voltada para a sua memória. No entanto, são apenas tratativas iniciais e que não contemplam todos os seus acervos e a sua memória.

No próximo capítulo estarei discutindo a cultura material escolar na FURG, por meio de seus acervos.

5 A cultura material escolar e a preservação dos acervos da FURG

Neste capítulo apresento discussões acerca da categoria de análise da cultura material escolar, da preservação dos acervos e das afinidades entre as duas áreas de conhecimento: a Museologia e Arquivologia. Para tanto, inicialmente abordo brevemente de forma introdutória a questão da cultura escolar e da cultura material escolar. Posteriormente, discorro sobre os acervos escolares, sua preservação e disputas de salvaguarda e sobre as perspectivas e afinidades entre a Arquivologia e a Museologia, elaborando estas reflexões tendo como referência o acervo universitário da FURG.

Sobre a cultura a definição do termo passou ao longo dos anos por algumas mudanças. Este se referia primeiramente às artes e às ciências, posteriormente, à música folclórica, medicina popular e assim por diante, sendo agora também uma ampla gama de artefatos como imagens, ferramentas, casas, conversas, leituras, jogos. Chauí (2010, p. 314) ressalta que na verdade não existe a cultura, e sim culturas:

Pois os sistemas de proibição e permissão, as instituições sociais, religiosas, políticas, os valores, as crenças, os comportamentos variam de formação social e podem variar numa mesma sociedade no decorrer do tempo. A esse sentido amplo podemos acrescentar um outro, restrito, proveniente do antigo sentido de cultivo do espírito: a cultura como criação de obras da sensibilidade e da imaginação – as obras de arte – e como criação de obras da inteligência e da reflexão – as obras de pensamento, isto é, a ciência e a filosofia.

Desta forma, o mesmo ocorre com a cultura escolar. Não existe apenas uma cultura, mas sim várias. Cada escola possui suas particularidades, suas práticas. A cultura escolar de uma instituição educativa perpassa também pelos seus acervos escolares, incluindo os universitários. Estes constituem a materialidade desta, através dos artefatos como cadeiras, mesas, materiais escolares, etc. A cultura escolar relaciona-se com o seu cotidiano, com as suas práticas escolares. Para Julia (2001, p. 10) a cultura escolar caracteriza-se pelo:

Conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Da mesma forma para Pessanha, Daniel e Menegasso (2004) o termo cultura escolar não é fácil de ser delimitado, pois consideram que na escola foram historicamente sendo construídas normas e práticas definidoras de conhecimentos que seriam ensinados e dos valores e comportamentos que seriam inculcados.

Para Julia (2001), é preciso investigar as relações conflituosas ou pacíficas que a escola mantém em cada período de sua história. O mesmo vale para as instituições de ensino superior. No caso da FURG esta, perpassou por diferentes períodos históricos ao longo de sua trajetória, sendo assim, atravessada por diferentes práticas pedagógicas decorrentes de diferentes normas e legislações, disciplinas e manuais distintos. Ou seja, a cultura escolar da FURG atualmente, já não é mais a mesma das décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990. É nesse sentido, que entram em cena os arquivos, as bibliotecas, os centros de documentação e os museus escolares/universitários. Felgueiras (2005), quando se refere à materialidade da cultura escolar abarca as noções de recordação, memória e passado, elas estruturam e limitam as percepções que as pessoas possuem da realidade vivida, desejada e justificada.

Para Oliveira (2014) a pesquisa nos acervos escolares proporciona o estudo de diversos aspectos que constituem a cultura escolar. A autora também destaca a relevância da preservação destes acervos, já que muitas instituições ainda não estão atentas a esta questão.

A preservação de acervos é indispensável aos lugares de memória como os arquivos, bibliotecas e museus. Guimarães (2012) conceitua preservação como sendo:

O conceito de Preservação tem sido, na maioria das vezes, relacionado a uma ação global que vai permear todas as outras atividades necessárias ao retardar e prolongar a sua vida útil. É conhecida também, como ação “*guarda-chuva*”, que se destina a salvaguardar e proporcionar a permanência aos diferentes suportes que contêm qualquer tipo de informação. Incluem todas as medidas de gerenciamento administrativo-financeiro, que visam o estabelecimento de políticas e planos de preservação; melhorar o local de guarda das coleções; o aprimoramento do quadro de funcionários e das técnicas para combater a deterioração dos suportes (GUIMARÃES, 2012, p. 79).

Sobre os acervos e coleções é impossível podermos preservar tudo. Primeiro, por não termos capacidade física para tal e segundo porque não podemos ter todos os recursos financeiros e de pessoal técnico para tanto. Assim, para Guimarães (2012) existem três pontos importantes que devem basear o programa de preservação, sendo eles: a missão da instituição deve ser bem definida; estabelecimento de uma política para as coleções que determinará o que se preservar; e por último a definição da política de preservação que engloba conhecimento técnico-científico e recursos financeiros. No caso do acervo arquivístico da FURG, com a implantação do Arquivo Geral, a construção do seu prédio e a contratação de pessoal técnico (arquivistas), foi dado início a algumas ações de preservação. A seleção documental⁴⁶ do que será eliminado ou preservado é definido pela CPAD/FURG e pelas normativas e legislações emanadas do Arquivo Nacional. Quanto ao acervo museológico, o entrevistado e ex-presidente do NUME Oswaldo José de Paula Barbosa em seu depoimento relatou que “sempre pedi as autoridades universitárias um museólogo” (BARBOSA, ENTREVISTA, 2015). Quanto às doações se houve algum descarte o entrevistado rememora que “havia uma avaliação da dona Elaine⁴⁷ e eu, a gente chegou a trazer membros das comissões, dona Elaine trabalhou maravilhosamente sempre e aí a gente selecionava o que eu não vi muito, se houve foi o mínimo, foi o descarte, que é fundamental” (BARBOSA, ENTREVISTA, 2015).

De acordo com o Regimento do NUME, o mesmo possui duas comissões, sendo elas: a Executiva e a Consultora. Em ambas não constam como atribuições a seleção dos materiais, porém conforme a narrativa do ex-presidente Oswaldo Barbosa, em algumas ocasiões esses membros foram consultados sobre essa questão. Estas comissões possuem como integrantes, membros do NUME incluindo servidores ativos e aposentados, acadêmicos e representantes da comunidade em geral. O museu não possui assim, uma comissão de acervos constituída especificamente para esse fim. Quanto ao Plano Museológico definido pelo artigo 44

⁴⁶ Os documentos arquivísticos são encaminhados à CAG geralmente, por falta de espaço físico nos locais de sua produção, pois ainda não há um calendário de transferência e recolhimento.

⁴⁷ Dona Elaine é uma funcionária aposentada que exerceu voluntariamente por um determinado período a função de secretária no NUME.

do Estatuto de Museus de 14 de janeiro de 2009, que diz que “é dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico” foi realizado contato via correio eletrônico com o atual presidente professor Péricles Gonçalves e infelizmente, não obtive retorno.

Em relação ainda à preservação dos acervos documentais Bonato (2005) menciona que muitas escolas preservam os diários oficiais por entenderem de se tratar de documentos oficiais e não preservam, por exemplo, os diários de classe e cadernos dos alunos tão relevantes para pesquisas em História da Educação.

As instituições escolares são estruturas complexas, de universos específicos, onde aparecem muitas características e contradições do sistema educativo. Estas instituições apresentam uma identidade própria, carregada de história, assumindo o arquivo desta forma um papel fundamental na construção da memória e da identidade da escola (MOGARRO, 2005). Assim também acontecem com os objetos e mobiliários que servem como pontes evocadoras de memória e possuem forte ligação com a questão identitária. São muitas as possibilidades no caso do museu do que está por trás dos objetos doados, dessa materialidade, da musealização dos objetos e documentos. Como já citado, a pessoa que doa o histórico escolar da faculdade de seu pai, a coruja taxidermizada⁴⁸, os uniformes, as flâmulas das primeiras faculdades que antecederam a FURG. Muitos documentos e objetos foram doados por servidores que já estavam aposentados, estes materiais se encontravam em suas residências e não mais na Universidade, porque tinham receio que poderiam ser extraviados e quando viram que houve a criação de um espaço que surge justamente, com o propósito contrário a isso, que nasce com o intuito de preservação, eles os destinam ao museu, conforme se pode observar na narrativa abaixo em relação à constituição do acervo do museu.

[...] muito é de doações de pessoas [...] muitos tinham documentos e acervos históricos, de fotos, enfim em casa, [...] guardavam isso justamente por não ter um local onde deixar, que lhes dessem segurança. No momento que a gente criou o NUME, então muitas pessoas que tinham esse acervos, colocaram a disposição, até porque tinham confiança que aquela parte da história seria preservada. Também o próprio papel do NUME foi quando da sua criação resgatar dentro da própria universidade documentos históricos que estavam não digo perdidos, mas estavam em vários locais separados (MARTINS FILHO, ENTREVISTA, 2017).

⁴⁸ Esta coruja é símbolo da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1961-1969).

Fica evidenciada na narrativa acima, também a questão da dispersão do acervo universitário que ocorria na FURG justamente pela falta de pessoal técnico, de um lugar de memória e de rotinas e cuidados de gestão e preservação. É importante destacar que para preservar é preciso selecionar e possuir um programa de aquisição de acervo, pois assim se evita muitos empecilhos em relação à gestão deste.

Para Santos (2009) “a memória tem sido vinculada à lembrança de um passado original, no entanto, ela pode ser compreendida a partir da reconstrução contínua de significados simbólicos atribuídos a objetos desvinculados de seu contexto de origem” (p. 115). A autora comenta ainda que,

Os museus dão a impressão de que preservam o passado. No entanto, longe de preservarem um significado eterno inerente a objetos, eles atribuem novos significados a objetos que foram retirados do tempo e do espaço em que foram originalmente produzidos. [...]. Objetos não são sagrados, nem detêm significados próprios e imutáveis. São os indivíduos que atribuem significado aos objetos. Os museus são agências classificadoras; eles reordenam os objetos que selecionam, segundo critérios próprios. Os objetos, ao serem deslocados para os museus, perdem o contato com os contextos que os originaram e, com isso, também a convivência cotidiana com aqueles que poderiam associá-los a uma experiência anterior. Ao perderem os vínculos com seus contextos de origem, os objetos tornam-se elementos de uma nova escrita (SANTOS, 2009, p. 117).

Ou seja, os artefatos ao se incorporarem aos acervos dos museus perdem a sua finalidade inicial de uso para assumirem uma nova finalidade a de objetos museológicos e servirem como ponte de memória. Para Padilha (2014) em relação ao processo de musealização, qualquer peça tem potencial para se tornar um objeto museológico. Será a análise feita pela instituição no momento da aquisição que a determinará, “assim, o objeto passa a ser descrito sob duas circunstâncias: sua vida útil antes de fazer parte do museu e depois, quando ganha novos usos e sentidos dentro do espaço de salvaguarda” (PADILHA, 2014, p. 20).

Por isso, a um mesmo artefato/peça pode ser atribuído diferentes significados simbólicos, por exemplo, no caso do NUME, a coruja taxidermizada (FIGURA 11) terá um significado simbólico para um ex-aluno e/ou ex-professor da Faculdade Católica de Filosofia e outro, para outra pessoa que não tenha tido nenhum envolvimento com tal Faculdade.



Figura 11– Coruja taxidermizada símbolo da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande (1961-1969).

Fonte: acervo particular da autora (2015).

Benito (2011) utiliza o termo memória escolar para se referir as histórias de vida dos sujeitos e das representações coletivas que compõem os quadros de referência da comunidade. A primeira coisa que as pessoas costumam rememorar em relação à sua escolaridade são os cenários em que esta foi realizada, é neste momento que se destaca a importância dos espaços, dos prédios escolares na formação dos primeiros padrões do esquema corporal das pessoas e das práticas sociais essencial na construção da memória biográfica. A memória também é avaliadora. O autor menciona as imagens dos rituais de passagem, como imagens do batismo, entrada na escola, serviço militar, casamento, como acontecimentos vividos que afetaram as suas vidas. No caso do NUME cito como exemplo, as fotografias dos trotes dos calouros quando do seu ingresso na instituição. Para as pessoas que vivenciaram esses acontecimentos, essas imagens evocam nelas gatilhos de memória biográfica.

Tanto no processo de criação dos lugares de memória, quanto na aquisição/entrada dos objetos nas instituições, ocorrem conflitos de memória e poder. No caso da FURG, cria-se um museu histórico universitário o NUME com o objetivo principal de “resgatar, preservar e divulgar a história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, construindo uma visão coerente do desenvolvimento da Instituição” (REGIMENTO DO NÚCLEO DE MEMÓRIA “ENG. FRANCISCO MARTINS BASTOS”, ART. 2º, 2002). E posterior a sua criação

começam a surgir conforme a narrativa do ex-presidente Oswaldo Babosa, outros lugares de memória com finalidades muito semelhantes ao NUME. O entrevistado citou a existência de um Núcleo de Memória na Faculdade de Medicina, e outro museu em um departamento da Universidade, o já mencionado Museu Virtual do Ensino de Ciências Fisiológicas da FURG, apresentado na Figura 12 exposta abaixo:



Figura 12– *Website* do Museu Virtual do Ensino de Ciências Fisiológicas da FURG.
Fonte: <<http://www.muvie.furg.br/>> acesso em 2 nov. 2017

Em determinados aspectos o Museu Virtual exposto acima se encontra mais estruturado do que o NUME. Cito, por exemplo, seu *website* o qual possui informações relevantes sobre o museu como, seu histórico, seu acervo, sua equipe⁴⁹, atividades e projetos atuais desenvolvidos, enquanto que o NUME atualmente nem possui um *website*. Na Figura 13 exibida a seguir, é possível encontrar informações sobre o plano museológico do museu virtual:

⁴⁹ A coordenadora do projeto do museu virtual é docente com formação em Ciências Biológicas, o museu também conta com bolsistas de graduação em sua equipe (conforme informações do próprio *website*).



Figura 13– Plano museológico do Museu Virtual de Ensino de Ciências Fisiológicas da FURG.
Fonte: <<http://www.muvie.furg.br/index.php/historia/plano-museologico>> acesso em 2 nov. 2017

Embora o museu virtual não conte em sua equipe com um museólogo, o mesmo pelo menos já conta com algumas informações sobre o plano museológico conforme foi possível observar na Figura acima. É outro ponto importante que o difere do NUME. Mas, apesar dessas questões apontadas, algumas perguntas ainda permanecem como: se já existe um lugar com o propósito de preservar a memória e a história da Universidade, porque criar outros lugares, embora virtuais, dispersos? O acervo das ciências fisiológicas não estaria já preservado no NUME? Isto por si só, já evidencia um conflito de memória e poder. Para Araújo e Santos (2007) “há várias formas de lidar com o passado e todas elas envolvem interesse, poder e exclusões” (p. 95).

Outro ponto a ser citado, refere-se à programação da comemoração do Dia do Servidor na Universidade agora no ano de 2017 (ANEXO C), que contempla entre várias atividades visitas ao Museu Oceanográfico e ao Eco Museu da Picada,

cujas atividades são de responsabilidade da PROEXC, destaco que se trata da Pró-Reitoria responsável pelo Complexo de Museus da FURG, inclusive o NUME, e não há atividade programada de visita ao Núcleo de Memória. Ressalto que não sou contra essas atividades, apenas gera estranheza o fato de o NUME não estar também contemplado na programação. Ou seja, ficam evidentes os conflitos que permeiam a questão da memória na Universidade.

Embora a existência desses conflitos em relação à memória, a existência dos arquivos, bibliotecas, museus, e demais instituições de memória escolares e/ou universitárias são relevantes em quanto guardiões da materialidade. Na FURG, tanto a CAG quanto o NUME, já possibilitaram várias pesquisas acadêmicas, entre elas, destaco as da área da História da Educação, principalmente no que se refere aos estudos da cultura escolar. Os acervos escolares são o patrimônio histórico-educativo das instituições. No Quadro 4 abaixo, exponho alguns exemplos de documentos e objetos do acervo da FURG, que podem ser utilizados em pesquisas da História da Educação:

Quadro 4: Documentos e objetos para a realização de pesquisas em História da Educação

Documentos/objetos	Pesquisas
Histórico escolar	disciplinas escolares (índice de frequência e aprovação/reprovação dos alunos, etc.)
Atas do Conselho Universitário	Cultura escolar (decisões sobre o funcionamento da Universidade, sobre contratação de pessoal, calendário acadêmico, mudanças organizacionais, etc.)
Jornal da FURG	Cultura escolar e história da instituição escolar (acontecimentos e projetos organizados pela Universidade)
Mobiliários e materiais utilizados em aulas	Cultura material escolar e disciplinas escolar (compreensão do espaço

	escolar e da disciplina)
Mobiliários da Reitoria	História da instituição e cultura material escolar

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Zaia (2005) destaca uma questão importante em relação ao tratamento e preservação dos acervos escolares,

Ao reunir documentos do arquivo, livros, peças do mobiliário e, em um momento posterior, organizar base de dados referenciais da documentação acumulada é fundamental ter clareza das diferenças de tratamento de cada um dos materiais recolhidos dentro da escola, atentando para as práticas específicas de cada uma das áreas envolvidas quer seja de biblioteca, museu, arquivo ou centro de documentação (ZAIA, 2005, p. 160).

Ou seja, é muito relevante o papel de cada profissional no que tange a preservação de cada acervo específico como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Essa aproximação e interlocução é estratégica em muitos casos de acervos que abrangem essas tipologias. Zaia (2005) ainda acrescenta essa necessidade de diálogo em relação aos procedimentos de conservação, organização e divulgação do acervo escolar. Por isso, da importância do estabelecimento de um diálogo e até mesmo de ações conjuntas entre o NUME e a CAG, esta última conta em sua equipe com uma técnica em restauração que segundo a narrativa da coordenadora Andrea Gonçalves dos Santos, está realizando atividades esporádicas no museu.

Durante a realização do 4º Fórum Regional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior do Norte e Nordeste-ARQUIFES⁵⁰, ocorrido entre os dias 17 a 19 de maio de 2017 em Salvador, foi elaborada a Carta de Salvador. Este Fórum possuiu 5 grupos de trabalho, entre eles, o “GT 3: POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS: a implantação de Memorial nas IFES⁵¹”. Cada GT deliberou encaminhamentos para serem discutidos durante a realização do 5º

⁵⁰ “Com o propósito de definir os modelos de colaboração entre os arquivistas das regiões Norte e Nordeste e as estratégias de atuação na implantação da política de arquivos nas IFES” (CARTA DE SALVADOR, 2017, p. 04).

⁵¹ IFES: Instituições Federais de Ensino Superior.

Encontro Nacional dos Arquivistas das Instituições Federais de Ensino-ENARQUIFES⁵², realizado na FURG entre os dias 16 a 19 de outubro do corrente ano.

Os encaminhamentos de acordo com a Carta de Salvador, do GT 3 foram:

Recomendar aos gestores das IFES que os Memoriais Institucionais estejam subordinados aos Gabinetes; Recomendar aos gestores das IFES que ao implantar Memorial que seja com equipe multidisciplinar como o caso de sucesso da UFC – Universidade Federal do Ceará; Recomendar a rede Arquifes que nos próximos fóruns e encontros seja inserido a temática de Memoriais nas IFES; Recomendar a elaboração de um instrumento de trabalho sobre critérios para avaliação de documentos de Memorial (CARTA DE SALVADOR, 2017, p.07).

Estes encaminhamentos deveriam ter sido discutidos pelos participantes do 5º ENARQUIFES, porém como a pessoa responsável não pode se fazer presente no encontro, não houveram tais discussões, mas sim ocorreu no final do evento a decisão de que esse GT seja incluído permanentemente no ENARQUIFES e foi denominado como GT Arquivos Permanentes e Memoriais. Trata-se de ações iniciais que estão se atentando para a relevância dessa temática nas IFES.

Dentre os encaminhamentos da Carta de Salvador, destaco a recomendação para os memoriais estarem subordinados aos Gabinetes, o que facilitaria a gestão destes por razões práticas de políticas, também a questão da equipe multidisciplinar já comentada, o que vem a reforçar essa questão por mim defendida e também os critérios para avaliação dos documentos destes memoriais.

Cabe também destacar que os acervos escolares não se constituem somente de arquivos, mas também de objetos que da mesma forma proporcionam estudos sobre a cultura material escolar.

Sobre os acervos escolares podemos considerar, ainda, que se tratam de todos os documentos, objetos, materiais, bens móveis e imóveis que compõem o cotidiano do fazer escolar, como, por exemplo, os documentos arquivísticos, os museológicos, os bibliográficos, os móveis e os prédios escolares. Neste sentido, ressaltamos a importância da articulação entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a História e a Museologia no que concerne ao tratamento técnico destes (VIERO, et al., 2017, p.35).

⁵² O Encontro Nacional de Arquivistas das IFES – ENARQUIFES é o principal evento promovido pelos arquivistas e técnicos em arquivo das Universidades e Institutos Federais. O evento, que já faz parte da agenda da Arquivologia brasileira, ocorre desde o ano de 2009 e vem se consolidando como espaço privilegiado para as discussões sobre a atuação dos Arquivistas e demais profissionais que atuam na gestão documental e nos arquivos das Instituições Federais de Ensino. Ocorre bianualmente. Fonte: <https://5enarquifes.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>. Acesso em 19 out. 2017.

Ainda há certo impasse teórico em relação à custódia desses acervos se devem ficar sob responsabilidade do arquivo ou do museu. O certo atualmente, é que sejam preservados e disponibilizados para as pesquisas e que sempre quando possível haja um diálogo entre as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Reforço a importância desta interlocução em relação ao acervo do NUME por se tratar de um acervo híbrido, pois cada um necessita de um processamento técnico independente e o mesmo se atribui aos métodos de conservação e preservação. Isto propiciará uma gestão eficiente do acervo.

Os arquivos universitários são fontes de memória social, pois, além de retratarem a memória das instituições, também asseguram a história da sociedade através dos estudos, pesquisas e atividades de extensão, que são por elas desenvolvidas, gerando impacto direto para a comunidade. Todos os documentos de arquivo devem ser geridos conforme as normas, legislação e técnicas arquivísticas e isso não poderia ser diferente aos arquivos universitários, que necessitam de uma gestão arquivística efetiva, que garanta o seu uso (corrente e intermediário) e preservação de sua memória (permanente). “Os arquivos universitários são originados pelas instituições públicas e privadas no decorrer de suas funções, atividades, tanto no recebimento, quanto na criação” (VIERO, 2010, p. 26).

Para Martins (1992), compete às universidades, como produtoras e difusoras do conhecimento, cuidar de sua documentação histórica. Existem algumas iniciativas promissoras e deve-se estimular o desenvolvimento de uma mentalidade de preservação da memória nacional, neste e em outros campos é impossível conservar todos os documentos. Portanto, deve-se tentar preservar os documentos que se prevê como de possível utilidade para a pesquisa histórica. Contudo, isso não é uma decisão técnica que possa ser orientada por regras, apenas uma pessoa com formação histórica adequada pode evitar erros graves.

Ainda de acordo com Martins (1992) as universidades não são constituídas apenas por professores e pesquisadores, há outros sujeitos nestas instituições que também desempenham atividades que podem resultar na produção de diferentes documentos que interessam aos historiadores. Os acadêmicos são, normalmente, ignorados quando se pensa em arquivos universitários. Certamente as

universidades conservam a documentação oficial relativa à vida acadêmica como: notas e outros documentos.

Mas se o ensino desenvolve-se tendo por preocupação central a formação dos estudantes, deveria ser importante lembrar que os alunos também realizam estudos, assistem aos cursos, fazem anotações sobre as aulas e leituras, realizam trabalhos escolares e provas, desenvolvem trabalhos de iniciação científica, participam de grupos de pesquisa, elaboram teses, apresentam seminários, interagem entre si, escrevem cartas, diários, participam de órgãos da universidade, possuem uma vida estudantil. Normalmente, não se dá atenção a isso. Era tradição nas antigas universidades européias a conservação dos cadernos dos seus alunos e, através desses cadernos, o historiador obtém valiosas informações. É claro que não se pode guardar tudo o que vários milhares de estudantes produzem durante os seus anos universitários. Mas nada guardar é uma falha gritante. **Esse trabalho pode ser desenvolvido se, em cada universidade, houver um órgão ativo – o arquivo central ou um órgão centralizador de arquivos – que motive a comunidade e organize o trabalho a ser realizado com a colaboração de todos.** Além de organizar todo o sistema universitário de arquivos e dispor das informações sobre os mesmos (pela informatização), cabe ao Arquivo Central ou órgão semelhante desenvolver estratégias para que seja documentado aquilo que não é comumente documentado, como já se indicou acima (MARTINS, 1992, p. 16, GRIFO NOSSO).

Cabe salientar a relevância do arquivo geral ou central para as instituições universitárias. No Brasil há Universidades Públicas que possuem um órgão centralizador de seus arquivos há décadas, outras o criaram recentemente em sua estrutura como o caso da FURG e enquanto outras ainda nem o possuem, tampouco arquivista no seu quadro de pessoal. O mesmo ocorre com outras instituições memoriais voltadas para a memória institucional.

É relevante destacar que um órgão centralizador de arquivos em uma Universidade, assim como ocorre também com outras instituições é fundamental para sua gestão e preservação. Os arquivos universitários são os testemunhos da vida funcional e acadêmica da instituição. São as comprovações das atividades meio e fim universitárias. Para Bellotto (2014) os arquivos são conservados primeiramente para o cumprimento de suas razões administrativas e/ou jurídicos-legais, podendo ser eliminados se seu valor se restringir ao primário relacionado ao motivo de sua produção ou preservado se possuir valor permanente constituindo os arquivos históricos/permanentes. A função destes arquivos constituídos pelos documentos remanescentes das eliminações criteriosas é de garantir a memória para efeitos de pesquisa histórica ou de transmissão cultural.

As Universidades, tal como outras instituições públicas e privadas, devem implantar seus programas de gestão de documentos. Assim, serão sistematizados os procedimentos administrativos para que se alcance o controle da produção documental, sua utilização, seus prazos de vida e sua destinação (a eliminação, a conservação temporária ou a guarda permanente) (BELLOTTO, 2014, p. 75).

Os arquivos históricos são os que se constituem em fonte para os pesquisadores, no caso dos universitários principalmente, para os pesquisadores em História da Educação. É importante que haja nesses arquivos instrumentos de pesquisa como guias, catálogos, inventários etc., para auxiliar os pesquisadores em sua busca. Em relação específica à FURG já foram elaborados alguns estudos e instrumentos em caráter acadêmico de parte do acervo que encontra-se custodiado na CAG.

Os arquivos são constituídos por fundos, que possuem organicidade em sua produção e que não devem ser dispersos. Essa é a principal característica dos documentos arquivísticos, sendo o que os difere basicamente dos demais documentos e demanda tratamento técnico específico. Isto repercute em toda a gestão documental e principalmente no acesso aos documentos. Sobre isso para Barleta (2005):

Enquanto o arquivo trata documentos acumulados naturalmente, segundo as atividades e funções de uma instituição, o museu abrigará coleções criadas artificialmente, sendo elas produtos da cultura material humana ou da natureza. O museu em sua trajetória histórica caracterizou-se por ser um espaço físico no qual objetos são expostos como suportes para estudos, para demonstrações e para disseminar o conhecimento. Apesar de ocorrer ao longo do tempo variações do conceito quanto à natureza de objeto museológico, o mesmo não acontece com a razão de sua existência, ou seja, as coleções (BARLETA, 2005, p. 105).

Ressalto que arquivos são acumulados naturalmente em decorrência de suas funções/atividades e, objetos museológicos são incorporados às coleções artificialmente, de acordo com a missão, a finalidade da instituição museológica. O arquivo possui caráter de prova e histórico e o museu possui características artísticas, educacionais, científicas e de conhecimento.

Retomando a cultura material escolar enquanto fonte pode ser entendida como a tradução em objetos empíricos, formas de pensar e atuação na educação (FELGUEIRAS, 2011). Assim, engloba os documentos, os objetos, os prédios escolares.

Neste sentido, os acervos escolares portadores da cultura material escolar são fundamentais para a memória e devem possuir a devida atenção por parte da instituição mantenedora. Podemos pensar qual o lugar da CAG e do NUME? São fundamentais embora com toda a falta de uma política dos seus acervos, pois estão promovendo a integridade física destes acervos. Propiciam pesquisas sobre o funcionamento da Universidade e suas atividades. Cabe destacar que no decorrer da história da FURG, muitos documentos foram extraviados e/ou eliminados causando perdas irreparáveis em alguns conjuntos de documentos.

[...] nós temos várias referências, de várias pessoas que em todo momento quando digamos assim entram no Arquivo, [...] perguntam sobre os acervos. E a gente tem prazer de mostrar. Olha isso aqui foi o que sobrou. Digamos assim, de tudo que a gente conseguiu, [...] resgatar. Mas o pessoal, eles tu sente no tom de voz, nos olhos, por exemplo, o professor Bernardeli que foi durante muito tempo superintendente, ele estava lá na parte dos registros acadêmicos, ele a outra vez falou assim quando viu o acervo da Escola de Engenharia “isso aqui não é nem 5% do que a gente tinha na Escola de Engenharia”. E não, não é porque se perdeu quase tudo, o que a gente conseguiu salvar e arrecadar foi isso [...] digamos assim o pessoal achava que não valia a pena. E foi isso aí ele mesmo falou. Isso aqui não é quase nada de tudo digamos assim, a cultura e o acervo que a Escola de Engenharia chegou a ter (SANTOS, ENTREVISTA, 2017).

Por isso, é preciso que haja na FURG uma política estruturada na preservação de seus acervos. Pois, apesar da existência da CAG e do NUME eles por si só não são suficientes para a garantia de sua preservação. Embora, já tenham evitado mais perdas.

Uma coisa importante que faz tempo que a gente está lutando e que nós estamos observando e que até agora acredito que seja uma inquietação da administração superior, [...] a relevância de ter uma política institucional de preservação de acervos. Esses acervos múltiplos, o arquivístico, o bibliográfico, o museológico, eu acho que todos esses aí precisam estar dentro de uma política. Tanto na parte de aquisição, de entrada desses acervos, como que vai ser, sob que responsabilidade [...] (SANTOS, ENTREVISTA, 2017).

Retomando, sem dúvida a existência de um lugar físico adequado para a custódia dos acervos, é um passo inicial no processo de preservação destes. Porém, é necessário que estes lugares de memória possuam uma política e ambos precisam estar entrelaçados para uma efetiva gestão, caso contrário teremos a preservação de uma memória esfacelada.

6 Conclusão

Esta tese teve por objetivo analisar tanto a gênese do Núcleo de Memória, como projeto de extensão, quanto seu processo de institucionalização na forma de um museu histórico da Universidade e também investigar como o seu espaço contribui para a memória, história e identidade da FURG (1994-2014). A História Cultural como referencial teórico-metodológico viabilizou a efetivação da pesquisa tanto em relação ao tema, quanto em relação ao uso das fontes. A realização das entrevistas com os servidores envolvidos na criação do NUME foi muito importante, pois propiciou evidenciar os bastidores de todo o processo.

Foi possível compreender a preocupação de um grupo de servidores com a preservação da memória e história da Universidade. Da mesma forma, a dificuldade de espaço físico, de falta de pessoal qualificado e de uma política institucionalizada. O NUME pode ser entendido como um lugar de memória pela definição de Nora (1993), pois se realmente houvesse uma memória preservada na FURG o mesmo não teria a necessidade de ter sido criado nos moldes que foi. Nora (1993) nos diz que atualmente fala-se tanto em memória porque ela já não mais existe. Por isso, criamos arquivos, museus. Estes lugares têm por objetivo bloquear o trabalho do esquecimento e materializar o imaterial. O Núcleo de Memória da FURG vai ao encontro dessa assertiva, uma vez que através de seu acervo procura materializar a memória da instituição.

A partir das análises realizadas constatei a relevância da existência das datas comemorativas, ou seja, datas de celebração como gatilhos para a preocupação com a preservação da memória. O simbolismo que as datas comemorativas ditas como “redondas” possuem de motivação para celebrações, exposições etc. No caso da FURG, o gatilho que originou o NUME iniciou-se na comemoração dos seus 25 anos, interrompendo-se após essa comemoração e ressurgindo novamente na celebração dos 30 anos.

Ressalto que a constituição do NUME enquanto um museu histórico universitário, um lugar de memória, foi possível devido à motivação e ao empenho por parte de alguns servidores da Universidade. E que, como geralmente acontece nesses processos, o museu também é atravessado por conflitos de memória/esquecimento, quando, por exemplo, opta por certos objetos/documentos para exposições, quando o entrevistado da pesquisa narra que não foi chamado para colaborar. Outros pontos importantes identificados foram a dificuldade dos espaços físicos no início da sua criação e a falta de pessoal técnico, que o acomete até os dias atuais.

A pesquisa possibilitou perceber em relação ao grupo fundador do NUME, a aspiração de compartilhamento dos anos de sua carreira universitária vivida na instituição, e também o sentimento de anseio de preservar a memória da Universidade para as futuras gerações. Contudo, destaco que os acervos são apenas a materialidade da memória que necessita de sua imaterialidade, ou seja, das memórias individuais e coletivas para se concretizar. Da mesma maneira, de uma política que estabeleça parâmetros para seus acervos. Caso contrário corre-se o risco de incorrer como diz Nora (1993) de os lugares de memória serem restos. Em relação aos dados da pesquisa, o museu ainda não conquistou legitimidade institucional.

Também destaco que os movimentos em prol da preservação da memória universitária da FURG, sempre estiveram impulsionados por comissões, comemorações, ou seja, há uma ausência de normativas, diretrizes, um caminho natural para a gestão e consolidação da memória. Quando há uma política de memória institucional esses movimentos não se tornam tão necessários, porque tudo acaba por fluir espontaneamente.

Retomando Nora (1993), um lugar material como um depósito de arquivo só será um lugar de memória se a ele for investido um teor simbólico. No caso do NUME, é possível notar um teor simbólico de pertencimento das gerações pioneiras da criação e primeiras décadas da FURG. Alguns dos entrevistados iniciaram suas atividades profissionais na Universidade na década de 60 e 70. Por isso, foi possível observar na maioria das entrevistas um relato de uma memória afetiva.

Os servidores que se envolveram na criação do NUME possuem laços de identidade com a instituição, mas nota-se que os mais jovens não, porque entre outros motivos, não foi repassado esse teor simbólico da memória para estas gerações mais recentes. A identidade está rigorosamente vinculada à memória, aos objetos, aos documentos, e estes, estão relacionados aos lugares de memória que também evocam a identidade individual ou coletiva, o NUME pode ser considerado um exemplo disso. Ficou evidente nas narrativas dos entrevistados, quando rememoraram acontecimentos passados (memória) significando-os com a sua identidade individual com base no grupo que pertencem.

Sobre o acervo arquivístico foi crível compreender que ao longo de sua história, a Universidade já teve a intenção além da necessidade da implantação de uma unidade de Arquivo Central, que só começou a se tornar possível a partir da contratação da primeira arquivista em 2008. O Arquivo da Universidade, da mesma forma que o NUME, também teve problemas de espaço físico no início, pois o local destinado era improvisado e não comportava toda a documentação que já era então encaminhada ao mesmo. Atualmente, a Coordenação de Arquivo Geral está no aguardo do encaminhamento e aprovação de suas atribuições de funcionamento junto ao Conselho competente da Universidade. Com esta aprovação será possível a implantação de um sistema de arquivos na FURG. Esta aprovação também poderá influenciar o serviço de Protocolo da FURG que presentemente encontra-se vinculado à outra Pró-Reitoria e não possui nenhum vínculo técnico com a CAG. Logo, ressalto que o serviço de Protocolo é responsável pelo fluxo e tramitação da documentação na Universidade.

Destaco que a gestão de acervos é primordial para a preservação da memória institucional, uma vez que ela permite todo o controle dos acervos, desde sua produção até a sua destinação final. Igualmente, propicia medidas de entrada destes acervos nos seus respectivos lugares de memória. Constatei que a falta de política de memória também impacta financeiramente nas ações tanto do NUME, quanto do Arquivo. Ao mesmo tempo em que reflete nas tomadas de decisões, é preciso haver internamente uma gestão, uma política, pois caso contrário a preservação da memória universitária fica como já foi possível constatar muito prejudicada.

A falta de uma política de memória na FURG dificultou a aproximação e relação do NUME com a CAG, pois levou certo tempo para começarem as primeiras tratativas. Primeiramente, foi preciso que a equipe da CAG se fizesse conhecer na instituição, e também houve diferença de uma gestão para outra do museu, implicando diretamente nas ações que poderiam ser desenvolvidas. Destaco que o documento arquivístico possui características inerentes ao seu contexto de produção e processamento técnico, que diverge do documento na ótica da Museologia. Isto vai refletir na sua gestão e principalmente, na disponibilização para o pesquisador.

Saliento que um espaço físico para custódia é muito importante, sem dúvida, mas é necessário muito mais para se ter realmente uma preservação. É preciso que todo um conjunto de questões estejam atreladas, tais como: diretrizes e normas, ou seja, uma política consolidada e efetiva, o que conforme a pesquisa constatou ainda não há na FURG. Também se faz relevante o papel de cada profissional no que tange a preservação de cada acervo específico como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

Por isso, sugiro a relevância de a FURG pensar em uma política estruturada na gestão e preservação de seus acervos. Pois, apesar da existência da CAG e do NUME eles enquanto espaços físicos, somente não são suficientes para a garantia de sua preservação. Embora, ambos já tenham evitado muitos extravios desde suas criações. Entretanto, a CAG apesar de bem mais recente que o NUME encontra-se mais desenvolvida por já ter conquistado um prédio próprio, e uma equipe técnica considerável. Não é possível preservar todos os documentos e coleções, por isso também recomendo que seja pensando uma comissão de acervos para o NUME, tendo em vista que a CAG já possui uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

Ressalto que em relação à historiografia da educação superior em Rio Grande é preciso recorrer basicamente aos seus acervos (arquivísticos e museológicos) e à História Oral. Em relação aos acervos é preciso traçar estratégias de organização e preservação que venham a garantir o fazer do pesquisador. Uma vez que, do modo que foram tratados ao longo do tempo (falta de organização, eliminações indevidas, falta de conhecimento técnico) acabaram por produzir

lacunas que jamais poderão ser recuperadas. Enfim, é preciso a elaboração de condições para a produção do conhecimento histórico na educação.

Por fim, afirmo que embora haja um discurso, uma intencionalidade de memória na Universidade, na prática constatou-se que não há uma política de memória institucional implementada, e desta forma, o museu não cumpre com seu objetivo de criação. Há uma dispersão das memórias da Universidade (administrativa, acadêmica e científica) em vários espaços, impactando na gestão dos acervos e da própria memória.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.

_____. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. In: História, São Paulo: 1995. (p.125-136).

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 79, p.95-111, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. São Paulo, Editora da Unicamp, 2011, p. 317-366.

BARLETTA, Jacy Machado. Arquivos ou museus: Qual o lugar dos acervos escolares?. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 5, n. 10, p.101-122, Jul/Dez. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/170>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

BASTOS, M. H. C. (Org.); STEPHANOU, Maria (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil séculos XVI-XVIII**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1. 215p

BARBOSA, Oswaldo José de Paula. Depoimento [agos. 2015]. Entrevistadora: Tatiane Vedoin Viero, 2015, Rio Grande. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BENITO, Agustín Escolano. MÁS ALLÁ DEL ESPASMO DEL PRESENTE. LA ESCUELA COMO MEMORIA. In: **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p.10-30, jan./abr. 2011. Quadrimestral. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/20099>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. Os arquivos e a gestão documental. In: BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão**

Documental Aplicada. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. p. 7-10. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 5, n. 10, p.193-220, Jul/Dez. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/175/183>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

BORTHEIRY-MEIRELLES, Aída Luz. **Memória FURG – NUME:** fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos. Organizado por Aída Luz Borthairy Meirelles. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 488 p.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Tradução de Ana Rabaça. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.

BRASIL. Decreto nº 774, de 20 de agosto de 1969. **Autoriza o funcionamento da Universidade do Rio Grande do Sul, RS, e dá outras providências.** Brasília, Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=62702>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> acesso em 12 jun. 2017.

_____. **Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/LEI%2011.904-2009?OpenDocument> acesso em 20 jul. 2017.

BRUNO, Cristina. MUSEOLOGIA E MUSEUS: como implantar as novas tendências. In: **Cadernos de Sociomuseologia.** Portugal, v. 10, n. 10, p.07-11, 1997. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/296/205>>. Acesso em: 27 maio 2014.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989).** Tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____, Peter. **Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica.** Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos.SP: UNESP, 2017.

CARTA DE SALVADOR. **4º Fórum Regional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior do Norte e Nordeste 4º ARQUIFES - NORTE / NORDESTE.** Salvador: 2017. Disponível em: <<http://4arquifesnne.blogspot.com.br/p/carta-de-salvador.html>>. Acesso em: 19 out. 2017.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** Tradução Maria Leticia Ferreira. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CATÁLOGO GERAL. Universidade Federal do Rio Grande –FURG: 2013. V.17. 272 p. Disponível em <<http://www4.furg.br/paginaFURG/arquivos/menu/000000362.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean, et.al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução de Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p.295-316.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia.** Portugal, n. 19, p.35-67, 2002. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:E5doeRdWM3sJ:tercud.u lusofona.pt/index.php/pt/documentos-on-line/category/12-2002?download=29:chagas-m-santos-m-2002-pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 27 maio 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** Ática: São Paulo, 2010.

COLACRAI, Pablo. Releyendo a Maurice Halbwachs. Una revisión del concepto de memoria colectiva” en **La Trama de la Comunicación**, Volumen 14, 2010

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOMINGUES, Ivan. **O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas.** São Paulo: Loyola, 1991.

ERRANTE, **Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar** in História da educação, Asphe, n. 8, setembro de 2000.

FANTINEL, Elisângela Gorete. **ARQUIVO UNIVERSITÁRIO: PRESERVAÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG.** 2017. 661 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora**, São Paulo, n. 10, p.102-118, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/4500/3477>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coordenadoras). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **PRO- -Posições** – Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/SP, Dossiê: Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus, v. 16, n. 1 (46), p. 87-102, jan.-abr. 2005.

_____. Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. In: **Rev. Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 67-92, jan./abr. 2011.

FONTOURA, Nilza Rita Lourenço da. Depoimento [nov. 2016]. Entrevistadora: Tatiane Vedoin Viero, 2016, Rio Grande. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências e Afins, 2012. p. 3-200.

GONÇALVES, Péricles Antonio Fernandes. Depoimento [mar. 2015]. Entrevistadora: Tatiane Vedoin Viero, 2015, Rio Grande. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução do original francês 2 ed. por Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 01, p.09-43, 2001. Semestral. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LUCIANO, F. L. **A Profissionalização docente catarinense: um resgate da memória do século XIX.** In: Reunião anual da ANPED, 25. Anais ... Caxambu, 2002. Disponível em

<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2F25reuniao.anped.org.br%2Fexcedentes25%2Ffabialili%2Falucianot02.rtf&ei=AiaGU56TDMSbqAbEoIHABA&usg=AFQjCNENIVlcwvjvROElkCZMD3H-amjOICA&bvm=bv.67720277,d.b2k>> acesso em 18 maio 2014

MACEDO, Marly. Das reminiscências das memórias de professoras primárias às suas histórias. In: **Reunião Anual da ANPED, 28. Anais ... Caxambu, 2005**. Disponível em <

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2F28reuniao.anped.org.br%2Ftextos%2FGT02%2FGT02-1568--Int.rtf&ei=8imGU_L8JliOqAaWtoDQBg&usg=AFQjCNEWuWQcJBVmAHISar eNv_YVrirGPg&bvm=bv.67720277,d.b2k> Acesso em 09 maio 2014.

MARQUES, Roberta Smania; SILVA, Rejâne Maria Lira da. O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA.

Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.63-84, 2011. Semestral. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/149/151>. Acesso em: 03 jan. 2015.

MARTINS, Roberto de Andrade. O Sistema de Arquivos da Universidade e a memória científica. **Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 27 – 48.

MARTINS, Carlos Benedito. A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A ABERTURA PARA O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p.15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>>. Acesso em: 05 out. 2015.

MARTINS FILHO, Mozart Tavares. Depoimento [mai. 2017]. Entrevistadora: Tatiane Vedoin Viero, 2017, Rio Grande. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

MICHELON, Francisca Ferreira. Museus Universitários: uma política para estes lugares de conhecimento. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 19, n. 2, p.165-168, 2014. Disponível em:
<<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/download/4945/3816>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 5, n. 2, p.75-99, dez. 2005. Semestral. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/169>. Acesso em: 14 nov. 2014.

NEVES, Margarida de Souza. **Memória e História da Pós-Graduação na PUC-RIO**. 2006. 10 p. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/> acesso em 13 set. 2017.

NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (Org.). **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, 1993. p. 07-28. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Acervos escolares e história das instituições educacionais: o caso da Escola Estadual General Osório/RS. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 154-174, jan./jun. 2014.

PADILHA, Renata Cardozo. **DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E GESTÃO DE ACERVO**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção estudos museológicos, v.2). Disponível em:<[http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_175328Docum entacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf](http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_175328Docum%20entacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2017.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PEREIRA, Darlene Torrada. Depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Tatiane Vedoin Viero, 2017, Rio Grande. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges e MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**. n 27, pp. 57-69. Set /Out /Nov /Dez 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a04.pdf>> acesso em 20 set. 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

POLLAK, Michael. MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro:v. 5; n. 10.1992. p. 200-212. Disponível em: < http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.

PRADO, Daniel Porciúncula. Depoimento [nov. 2016]. Entrevistadora: Tatiane Vedoin Viero, 2016, Rio Grande. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? In: **Educar**: Curitiba, n. 18, p.13-28, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a03.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et. al. Campinas: Unicamp, 2007.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. **Introdução à Arquivologia**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. MUSEUS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS:: ENTRE O CAMPO CIENTÍFICO, O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 4, p.88-102, maio/jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/9630>>. Acesso em: 07 out. 2015.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. POLÍTICAS DA MEMÓRIA NA CRIAÇÃO DOS MUSEUS BRASILEIROS. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 19, n. 19, jun. 2009. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt./index.php/cadernosociomuseologia/article/view/369>>. Acesso em: 16 out. 2017.

SANTOS, Andrea Gonçalves dos. **DESCREVENDO O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA FURG: FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA**. 2012. 274 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11005/SANTOS%2C%20ANDREA%20GONCALVES%20DOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Tatiane Vedoin Viero, 2017, Rio Grande. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museus Universitários Brasileiros: novas perspectivas. In: **IV ENCONTRO DO FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS UNIVERSITÁRIOS E II SIMPÓSIO DE MUSEOLOGIA NA UFM “MUSEUS UNIVERSITÁRIOS – CIÊNCIA, CULTURA E PROMOÇÃO SOCIAL**. 2006, Belo Horizonte. **Texto apresentado**. Belo Horizonte: 2006. Disponível em: <<https://mktuff.wikispaces.com/file/view/Museu+universitario.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHOENARDIE, Fernanda Wisniewski. **MEMÓRIA EM AÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO MUSEU, DA PRESERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA MEMÓRIA NO ESPAÇO ESCOLAR**. In: **História Unicap**, v. 3, n. 6, jul./dez. de 2016. Disponível em <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/897>. Acesso em 20 ago. 2017.

SCHWARZBOLD, Karin Christine. **A CAPACITAÇÃO EM EaD COMO FORMA DE PRESERVAR O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_arquivos/39/TDE-2015-11-17T093652Z-6765/Publico/SCHWARZBOLD, KARIN CHRISTINE.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

SCHWARZBOLD, Karin Christine; VIERO, Tatiane Vedoin. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NO ACERVO DOCUMENTAL DA FURG COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL. In: XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA-ANPUH-RS, 11., 2012, Rio Grande. **Anais do XI Encontro Estadual de História-ANPUH-RS: História, memória e patrimônio**. Rio Grande: Anpuh-rs, 2012. p. 597 - 607. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1344899033_ARQUIVO_TatianeViero_ANPUH_2012.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Josiane Alves da. **FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE RIO GRANDE: OS PRIMEIROS ANOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR DA CIDADE (1960-1969)**. 2012 . 182 f. Mestrado Acadêmico em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SILVA, Rita de Cássia Portela da; SANTOS, Andrea Gonçalves dos; VIERO, Tatiane Vedoin. Políticas Arquivísticas para Implantação de um Sistema de Arquivos e Gestão Documental na Universidade Federal de Rio Grande (FURG). In: Viii Congreso De Archivología Del Mercosur, 7., 2009, Montevideo. **Actas del VIII Congreso de Archivología del MERCOSUR**. Montevideo: ANABAD BOLITIN, 2009. p. 1428 - 1442.

SOUZA, Rosa Fátima de. Vestígios da cultura material escolar: Apresentação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 7, n. 2, p.11-14, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/127>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

SOUZA, José Edimar de. **ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA EM LOMBA GRANDE/RS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: memórias das aulas públicas isoladas**. In: Reunião Anual da ANPED, 36. Anais ...Goiânia, 2013. Disponível em <http://www.36reuniao.anped.org.br/pdfs_posteres_aprovados/gt02_posteres_aprovados/gt02_2566_texto.pdf> Acesso em 09 maio 2014.

STEPHANOU, Maria. **Problematizações em torno do tema memória e história da educação**. Pelotas, História da Educação, v. 2, n. 4, p.131-141, set. 1998.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. **Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961)**. 2013. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/123456789/1619/1/Vanessa Barrozo Teixeira_Dissertacao.pdf](http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/123456789/1619/1/Vanessa%20Barrozo%20Teixeira_Dissertacao.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2015.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, 15, abr. 1997 p. 51-84 disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216/8224>> acesso em 14 mai. 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG. **Regimento Interno da Reitoria**. Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Disponível em <http://www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=regimentos/regimento_reitoria.htm> acesso em 24 set. 2017.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional**. Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Disponível em <<http://www.pdi.furg.br/index.php/pdi20112014>> acesso em 25 set. 2017.

VIERO, Tatiane Vedoin. **Necessidades de informação e acesso dos usuários de arquivos nas Universidades Federais do rs**. 2010. 59 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação Gestão em Arquivos, Departamento de Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, São João do Polêsine, 2010.

VIERO, Tatiane Vedoin; SANTOS, Andrea Gonçalves dos; SCHWARZBOLD, Karin Christine. Preservação da memória institucional da FURG a partir de medidas de conservação preventiva dos dossiês acadêmicos. In: XIII CICLO DE CONFERÊNCIAS HISTÓRICAS, 13., 2010, Rio Grande. **Anais do XIII CICLO DE CONFERÊNCIAS HISTÓRICAS**. Rio Grande: Furg, 2010. p. 321 - 330.

VIERO, Tatiane Vedoin et al. Acervos escolares: possibilidades e aproximações entre a Arquivologia e a Museologia. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.33-53, ago. 2017. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/582/584>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

_____. O uso dos arquivos universitários como fonte de pesquisa para estudos em história da educação. **História da Educação e Culturas do Pampa: diálogos entre Brasil e Uruguai: anais do 19º Encontro da Associação dos Pesquisadores em História da Educação**, 06 a 08 de novembro de 2013, Pelotas: UFPEL; ASPHE, 2013.

WEIDUSCHADT, Patrícia; AMARAL, Giana Lange do. **Memórias escolares: narrativas de professores leigos no contexto rural das Escolas Étnicas do**

município de Pelotas, RS (1940-1960). Cadernos de História da Educação. V. 15, n. 3, p. 1006-1030, set-dez. 2016. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38545>> Acesso em: 28 jul. 2017.

ZAIA, Iomar Barbosa. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 5, n. 10, p.153-174, Jul/Dez. 2005. Semestral. Disponível em:
<<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/172>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

Apêndices

Apêndice A- Roteiro para entrevista

- 1- Qual o seu nome completo, cargo que ocupa e/ou ocupava na FURG e quando foi seu ingresso?
- 2- Qual foi o seu envolvimento na criação do Núcleo de Memória da FURG?
- 3- Você sabe como e de quem surgiu a ideia de um espaço para a preservação da história e memória da FURG (iniciativa, objetivo)? Quais foram as pessoas envolvidas?
- 4- Você sabe alguma coisa sobre os espaços físicos que foram ocupados pelo NUME ao longo de sua história? Houve dificuldades, problemas em relação a esses espaços físicos?
- 5- Qual a sua opinião sobre a preservação da história e memória da FURG?
- 6 O que você pensa sobre o papel do NUME hoje?
- 7 Você sabe como o acervo agregou-se ao NUME?
- 8 Você saberia algo sobre os critérios de seleção para escolhas das exposições do NUME?
- 9 Você tem ou saberia de algum documento, fotografia sobre a criação e história do NUME?
- 10 Você sabe de outras pessoas que também participaram da criação do NUME e que poderiam vir a acrescentar a pesquisa?
- 11 Você gostaria de dizer algo sobre o tema que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores?

Apêndice B- Roteiro para entrevista Chefia da Coordenação do Arquivo Geral FURG

- 1- Qual o seu nome completo, cargo que ocupa na FURG e quando foi seu ingresso?
- 2- Qual a sua opinião sobre a preservação da história e memória da FURG?
- 3- Está se estabelecendo alguma relação entre o Arquivo Geral e o NUME em relação à custódia dos acervos? Se sim de que forma?
- 5- Você gostaria de dizer algo sobre o tema que não tenha sido contemplado nas perguntas anteriores?

Apêndice C- Carta de cessão**CARTA DE CESSÃO**

(local e data)

Eu,

(nome, estado civil, documento de identidade), declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em __/__/__ para a pesquisadora doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas Tatiane Vedoin Viero para usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data para a elaboração e publicação de sua tese e/ou artigos em periódicos e eventos.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.

Assinatura do Depoente

Anexos

**Anexo A- Regimento do Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos-
NUME**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE
SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS
SUPERIORES

RESOLUÇÃO Nº 028/2002 CONSELHO UNIVERSITÁRIO EM 06 DE DEZEMBRO
DE 2002

Dispõe sobre o Regimento do Núcleo de
Memória "Eng.º Francisco Martins Bastos".

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, na qualidade de Presidente do CONSELHO UNIVERSITÁRIO, tendo em vista decisão deste Conselho tomada em reunião do dia 06 de dezembro de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento do Núcleo de Memória "Eng.º Francisco Martins Bastos", conforme documento em anexo.

Art. 2º - A presente RESOLUÇÃO entra em vigor nesta data.

SECRETARIA GERAL DOS CONSELHOS
SUPERIORES

EM 06 DE DEZEMBRO DE 2002.

CARLOS RODOLFO BRANDÃO
HARTMANN PRESIDENTE DO CONSUN

(a via original encontra-se assinada)

REGIMENTO DO NÚCLEO DE MEMÓRIA "ENG. FRANCISCO MARTINS BASTOS"

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1.º - O Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos – NUME foi instituído pela portaria Fundação Universidade Federal do Rio Grande n.º 0508/99, de 17.12.1999, como órgão ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PROACE.

Art. 2º - O NUME tem por objetivo principal resgatar, preservar e divulgar a história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, construindo uma visão coerente do desenvolvimento da Instituição.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3.º - Compõem o Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos servidores ativos e aposentados da FURG, membros da comunidade acadêmica e da comunidade extra- universidade, em especial integrantes da Fundação Cidade do Rio Grande e do complexo de museus da cidade do Rio Grande.

Parágrafo único – Para integrar o NUME é necessário ser apresentado por membro do NUME, com o preenchimento de ficha cadastral que será assinada pelo Presidente.

Art. 4.º - Compõem a administração do NUME:

I. o Presidente e Vice-Presidente; a Comissão Executiva, integrada por membros do NUME, em número de até 20 (vinte), dos quais, no mínimo, 3 (três) servidores ativos; a Comissão Consultora, integrada por membros do NUME, em número de até 20 (vinte).

§ 1.º - O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos pela Comissão Executiva, entre os servidores ativos e aposentados, integrantes do NUME, com mandato 2 (dois) anos.

§ 2.º - Os membros da Comissão Executiva e da Comissão Consultora serão escolhidos, na última reunião ordinária do ano das referidas Comissões, entre os integrantes do NUME, levando-se em consideração principalmente a participação, interesse e experiência em atividades ligadas ao NUME, podendo ser reconduzidos.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º - Compete ao NUME:

- I. estimular uma política de preservação e de registro do passado que permaneça como referência sobre o cotidiano da FURG;
- II. fornecer subsídios para se compreender as preocupações atuais da

Universidade brasileira, definindo o próprio papel da FURG neste processo;

III. estabelecer mecanismos que permitam levar informações relevantes da história da FURG para universitários e para a comunidade em geral;

IV. facilitar o diálogo com a comunidade na qual a FURG está inserida, incentivando a integração social da Instituição;

V. manter uma exposição atualizada da história da FURG (Museu Histórico do NUME);

VI. promover a integração entre servidores ativos e aposentados, estudantes e a comunidade em geral;

VII. atribuir o diploma de "Amigo do NUME", prêmio honorífico outorgado pelo NUME a pessoas que tenham desempenhado atividades relevantes ligadas ao resgate da história da FURG.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 6º - Compete ao Presidente do NUME:

I. convocar e presidir as reuniões das Comissões Executiva e Consultora e as mesas- redondas;

II. Determinar atividades aos membros das comissões integrantes do NUME;

III. decidir questões em casos imprevistos e de urgência;

IV. promover e incentivar projetos que atinjam o objetivo do NUME, em consonância com a filosofia e política da FURG;

V. apresentar proposta justificada para atribuição do diploma de "Amigo do NUME".

Parágrafo único: O Presidente, no caso de impedimento, será substituído pelo Vice-Presidente.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO
EXECUTIVA

Art. 7º - Compete aos membros da Comissão Executiva:

- I. comparecer às reuniões e mesas-redondas promovidas;
- II. representar os interesses do NUME junto à Instituição e à comunidade em geral;
- III. divulgar as idéias, o trabalho e as propostas do NUME;
- IV. incentivar o desenvolvimento do "Programa Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos" e pronunciar-se sobre projetos que correspondam ao objetivo do NUME, em consonância com a filosofia e política da FURG;
- V. aprovar a concessão do diploma de "Amigo do NUME".

Parágrafo único – A falta, sem justificativa, de membro da Comissão Executiva a três reuniões consecutivas ou a cinco reuniões alternadas no ano civil, implicará no seu afastamento da referida Comissão e na sua substituição.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO
CONSULTORA

Art. 8º - Compete aos membros da Comissão Consultora:

- I. comparecer às reuniões convocadas e mesas-redondas promovidas;
- II. promover mesas-redondas sobre a história da FURG;
- III. implementar projetos que correspondam ao objetivo do NUME, em consonância com a filosofia e política da FURG;
- IV. apresentar proposta justificada para atribuir o diploma de "Amigo do NUME".

Parágrafo único – A falta, sem justificativa, de membro da Comissão Consultora a três reuniões consecutivas ou a cinco reuniões alternadas no ano civil, implicará no seu afastamento da referida Comissão e na sua substituição.

CAPÍTULO VII

DO APOIO FINANCEIRO

Art. 9º - Além do apoio da PROACE, o NUME contará com o apoio financeiro de contribuições da comunidade em geral e, em especial, dos ex-estudantes da FURG.

CAPÍTULO VIII

DO APOIO OPERACIONAL

Art. 10 - O NUME contará com o apoio operacional dos membros da Comissão Executiva, que se encarregarão de:

- I. providenciar a convocação para reuniões e mesas-redondas;
- II. preparar o material necessário à realização das reuniões e mesas-redondas;
- III. manter protocolo e arquivo das decisões e correspondências enviadas ao NUME;
- IV. coletar, indexar, organizar e preservar o material histórico da FURG doado para o NUME;
- V. executar tarefas determinadas pelo NUME.

§ 1º - Para execução das tarefas previstas nos incisos IV e V, o NUME contará com o apoio de bolsistas e estagiários.

§ 2º – O estágio no NUME está destinado a estudantes da FURG e poderá ser realizado dentro de duas modalidades:

- a. estágio voluntário (extracurricular), sob orientação de um membro do NUME e prévia aprovação da Comissão Executiva.
- b. estágio curricular, solicitado pelo professor responsável do estágio com um semestre de antecedência, sob orientação do professor responsável e prévia aprovação da Comissão Executiva.

CAPÍTULO IX

DO ACERVO E DAS RECEITAS

Art. 11 - O acervo histórico do NUME, bem como suas instalações integram o patrimônio da FURG, não podendo ser alienados a qualquer título.

Art. 12 - As receitas provenientes de doações e contribuições financeiras auferidas pelo NUME, a qualquer título, somente poderão ser destinadas à consecução dos fins do NUME previstos no art. 5º deste Regimento.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - As reuniões ordinárias e mesas-redondas serão realizadas na primeira semana de cada mês, na sala de reuniões do NUME.

Parágrafo Único – Para as reuniões serão convocados os membros da Comissão Executiva, e para as mesas-redondas serão convocados os membros das Comissões Executiva e Consultora e convidados integrantes da comunidade universitária e geral.

Art. 14 - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente ou pela maioria dos membros da Comissão Executiva, com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

Art. 15 - O material pertencente aos arquivos do NUME poderá ser consultado somente nas instalações do mesmo, devendo a pessoa interessada preencher ficha para consulta de material, indicando a finalidade da consulta e explicitando o compromisso de fornecer um retorno sobre a atividade desenvolvida a partir da consulta.

Art. 16 - O NUME manterá em funcionamento o seu Museu Histórico, o qual permanecerá aberto para visitação em horário estabelecido pela Comissão Executiva.

Parágrafo único – O atendimento aos interessados será prestado na medida da disponibilidade dos membros das comissões referidas no art. 4º, sem obrigatoriedade de horário.

Art. 17 - Os casos omissos no presente regimento serão decididos em reunião da Comissão Executiva.

Art. 18 - Este regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário.

Anexo B- Resolução 030/83 do CODEP

www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=delibera/codep/03083.html

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE
CONSELHO DEPARTAMENTAL
RESOLUÇÃO Nº 030/83

Dispõe sobre Normas para arquivamento de documentos".

O Reitor da Universidade do Rio Grande, na qualidade de Presidente do Conselho Departamental, da Universidade do Rio Grande, no uso das suas atribuições e, de acordo com a decisão do CONSELHO DEPARTAMENTAL, em reunião realizada no dia 19 de agosto de 1983, nesta data,

R E S O L V E :

Art. 1º - Colocar em vigor a "Norma para Arquivamento de Documentos", conforme texto em anexo.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade, em 29 de agosto de 1983.

Prof. Fernando Lopes Pedone

PRESIDENTE DO CODEP

(a via original encontra-se assinada)

"NORMA PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS"

NORMAS GERAIS

- 1 Não encaminhar ao arquivo retrospectivo duplicata de documentos, tais como ofícios circulares, memorandos, cartas, etc.
- 2 Não encaminhar ao arquivo retrospectivo papéis usados para simples comunicação, aviso, solicitação, informação, etc.
- 3 O arquivo retrospectivo deverá selecionar toda a documentação a ser arquivada verificando a possibilidade de já possuir documento semelhante. Em caso de constar a duplicidade poderá eliminar o documento, de comum acordo com o setor que o remeteu.

3

II DOCUMENTOS DA REITORIA

1 DOCUMENTOS QUE DEVEM SER PASSADOS AO ARQUIVO RETROSPECTIVO

A. Uma via de toda a documentação que gerou normas para a administração da Universidade, tais como: atas de reuniões, atos executivos, resoluções, portarias, ofícios ou ofício circular.

- Documentos originais ou cópia que caracterize mudanças na estrutura da Universidade ou de seu quadro de pessoal docente, técnico ou administrativo.
- Citações ou laureais que sejam concedidas à Universidade por entidades públicas ou privadas.

2 DOCUMENTOS QUE PODEM SER ELIMINDADOS

Correspondência externa ou interna, que vise simples comunicação ou informação de eventos ou ocorrências, que não tragam influência a estrutura da Universidade e de seu quadro de pessoal.

III DOCUMENTOS DA SUB-REITORIA DE ENSINO E PESQUISA (SREP)

1 ÁREA DE ENSINO

A. Deverá ser preservada toda a documentação que caracteriza a passagem do aluno por esta Universidade e, que influenciou em sua aprovação.

- A documentação referente aos alunos formados ou que se afastam da Universidade será concentrada na Divisão de Registro Acadêmico,(DRA) pelo tempo que for viável passando a seguir ao arquivo retrospectivo da Universidade. Ao passar esta documentação ao arquivo retrospectivo poderão ser eliminados os documentos que:

estejam em duplicata;

não caracterize a entrada do aluno na Universidade, assim como a sua formatura e, não influencie diretamente no seu Currículo Escolar.

A. Deverão ser arquivados todos os documentos que formarem os processos para implantação, reformulação ou fechamento de Cursos na Universidade.

2 DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

A. Só deverão passar ao arquivo retrospectivo documentos originais ou cópias, que representem alterações na estrutura da SREP, dos Departamentos ou das Comissões de Cursos.

- Toda a documentação relativa a pessoal administrativo deverá ser enviado à Divisão de Pessoal da SRA, ao invés do arquivo retrospectivo.
- Documentação relativa a professores deverá ser enviada ao arquivo retrospectivo, desde que não tenha duplicata na Divisão de Pessoal e que represente documento para o Currículo do professor ou para história da Universidade.

IV DOCUMENTOS DA SUB-REITORIA ADMINISTRATIVA (SRA)

1 DOCUMENTAÇÃO DA ÁREA DE PESSOAL

A. Deverá ser preservada por tempo indeterminado a documentação pessoal de cada funcionário, podendo ser passada ao arquivo retrospectivo, após o desligamento do mesmo.

- Poderão ser eliminados todos os documentos que apresentem duplicatas que não caracterize alteração na folha de trabalho do funcionário ou que já tenha vencido o seu prazo de carência segundo a legislação.

2 ÁREA ADMINISTRATIVA

Deverão ser passados ao arquivo retrospectivo todos os documentos originais, ou cópias que caracterizem mudança na estrutura da Universidade ou de seu quadro de pessoal docente, técnico ou administrativo e que não tenham sido arquivados pelo Gabinete da Reitoria.

V DOCUMENTOS DA SUB-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A Deverá ser arquivada toda a documentação que demonstre a evolução física da Universidade sendo esta passada ao arquivo retrospectivo somente quando for julgada desnecessária ao setor.

B Poderão ser eliminadas todas as duplicatas de documentos que possuam originais copiativos.

VI DOCUMENTAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS

1 DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AOS ALUNOS

A PROVAS E/OU TAREFAS

Considerando o grande número de alunos, as dificuldades de organizar adequadamente esta matéria e a não existência de lei ou norma que determine o encaminhamento que deverá ser dado as provas e/ou tarefas escritas fica estabelecido o seguinte procedimento:

a. que sejam feitas com rigor as anotações nas planilhas finais onde constam a avaliação e a freqüência dos alunos, não sendo admitido rasuras ou emendas, bem

como sejam recolhidas as assinaturas dos alunos nas atas de presença durante a realização das respectivas provas e/ou tarefas.

b. após a realização de cada prova e/ou tarefa, os professores entregarão as notas na Secretaria do Departamento num prazo máximo de 10(dez) dias, quando se tratar de notas parciais e até 5(cinco) dias quando se tratar de notas de exames e/ou tarefas finais.

c. o resultado e/ou nota de cada prova e/ou tarefa será publicado pelo Departamento até 10(dez) dias após a realização da prova e/ou tarefa, quando se tratar de prova e/ou tarefa correspondente a nota parcial, e, até 5 (cinco) dias após a realização quando se tratar de exames e/ou tarefas finais. Quando uma prova e/ou tarefa for marcada para os últimos 9 (nove) dias letivo o resultado e/ou nota será publicado até 4 (quatro) dias após o término do período letivo.

d. após a publicação do resultado e/ou nota a prova e/ou tarefa escrita ficará à disposição do aluno para ser examinada com o professor da disciplina ou com outro professor que trabalhe na mesma matéria. Caso não haja concordância de parte do aluno, este poderá pedir revisão de prova e/ou tarefa escrita, conforme a Resolução nº 031/81 de 13.10.81 do COEPE. Após este prazo a prova e/ou tarefa escrita não será mais passível de exame nem individualmente, nem por comparação.

e. após transcorridos os prazos para recursos, os professores devolverão as provas e/ou tarefas escritas aos alunos até o final do semestre letivo.

f. as provas e/ou tarefas escritas que não forem desenvolvidas serão entregues a Secretaria do Departamento no início do semestre seguinte, ficando as mesmas a disposição dos alunos pelo prazo de (seis) meses.

g. o Departamento poderá enviar ao arquivo retrospectivo provas e/ou tarefas dos alunos nas seguintes hipóteses:

provas e/ou tarefas que foram julgados pelos professores do Departamento como de grande criatividade ou inovar em termos de técnica ou conteúdo ou que sirva para futuras avaliações da técnica de ensino usada no momento; trabalho de pesquisa que o Departamento julgue que poderá contribuir para a formação da História da Instituição da Região do Estado ou do País.

B OUTROS DOCUMENTOS RELATIVOS AOS ALUNOS

Devemos arquivar toda a documentação que caracterize a passagem do aluno no Departamento, guardando-se apenas uma via de cada documento, eliminando-se as duplicatas, ou aqueles que já estejam arquivados na DRA. Em caso de dúvida quanto à necessidade de arquivar um determinado documento, consultar a DRA.

C DOCUMENTOS QUE DEVEM SER ENVIADOS AO ARQUIVO RETROSPECTIVO APÓS A CONCLUSÃO DOS SEMESTRES.

- a. todas as atas de presença das provas e/ou tarefas, ficarão arquivadas por tempo indeterminado;
- b. cadernos de chamada poderão ser eliminados depois de um prazo de 5(cinco) anos;
- c. pedidos de Regime Domiciliar (RED) e outros documentos que evidenciem a presença e a aprovação de um aluno em condições especiais, ficarão arquivados por tempo indeterminado;
- d. atas relativas a seleção de alunos para Bolsa Trabalho ou Monitoria quando em forma de documento original, ficarão arquivadas por tempo indeterminado.

C DOCUMENTOS QUE PODEM SER ELIMINADOS APÓS A CONCLUSÃO DOS SEMESTRES

Solicitação de 2ª chamada de 1ª e 2ª Revisão.

2 DOCUMENTOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA NO DEPARTAMENTO A DOCUMENTOS RELATIVOS AOS PROFESSORES

a. Documentação de caráter particular - Toda a documentação que diga respeito a um professor deverá ficar arquivado no Departamento em pasta individual. Esta pasta poderá acompanhar o mesmo em caso de transferência para outro Departamento. Em caso de afastamento esta documentação será enviada ao arquivo retrospectivo, onde ficará a disposição para consulta. Para evitar duplicatas, antes enviar esta documentação ao arquivo retrospectivo podemos consultar a Divisão de Pessoal e, eliminar os documentos que ali já se encontram arquivados. Estas documentações deverão ser arquivadas por tempo indeterminado.

b. Documentos de Caráter Geral - Toda a documentação que diga respeito a um grupo de professores ou a todos os professores do Departamento deverá ser arquivada em uma pasta específica, que ficará junto com as pastas individuais dos professores. No caso de transferência interna do professor, ou afastamento, será anexada à sua pasta individual uma cópia dos documentos que lhe digam respeito.

c. Boletins de Efetividade - Tratando-se de documento que tem seu original arquivado da Divisão de Pessoal poderá ser eliminado ao final de cada ano.

d. Cadernos de ponto - serão conservados por 2 (dois) anos podendo ser após eliminados.

B DOCUMENTOS EM GERAL DO DEPARTAMENTO

a. Documentos que devem ser arquivados no Departamento, para uso do mesmo, mas não devem ser enviados ao arquivo retrospectivo;

Cópias de Atos Executivos;

•

Cópias de Atas dos Conselhos Universitário, Departamental e Ensino, Pesquisa e Extensão;

Termos de empréstimo de equipamento ou material;

Atas das reuniões do Departamento e seu Colegiado;

Cópias de Resoluções;

Planos de Atividades e Orçamento do Departamento;

Programa das diversas disciplinas;

Oferta de disciplinas;

Solicitação das Comissões de Curso sobre oferta de disciplinas;

Relação de disciplinas ofertadas com seus respectivos professores.

a. Documentos que podem ser eliminados após 2(dois) anos;

Pedidos de Material;

Notas de Fornecimento; Listagem de equipamentos fornecida anualmente pelo patrimônio;

Convocações para reuniões;

Solicitação de serviços internos;

Solicitações de salas para realização de provas;

Cópias de ofícios circulares de caráter informativo distribuídos pela Reitoria e Sub-Reitorias;

Correspondência externa de caráter informativo;

•
Cópias de ofícios que tenham caráter informativo;

Documentos diversos após uma rigorosa triagem podem ser eliminados ou passado a "C".

a. Documentos que podem ser enviados ao arquivo retrospectivo:

Correspondências recebidas da Reitoria e Sub-Reitoria Administrativa, Ensino e Pesquisa e Planejamento e Desenvolvimento que se dirijam especificamente ao Departamento (originais) que caracterize mudanças na estrutura do Departamento ou em seu quadro de pessoal;

Correspondência externa recebida ou enviada que tenham repercussão no Departamento, em seu quadro de pessoal, expansão ou entrada de recursos; Cópia de ofício enviado às Sub-Reitorias ou ao Gabinete do Reitor que trate sobre situação de funcionários e professores ou que proponham alterações no quadro de pessoal ou na estrutura do Departamento.

VII DOCUMENTOS DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL (CTI)

Serão usados os mesmos critérios adotados para os Departamentos.

VIII DOCUMENTOS GERADOS ATÉ 1983

a. o material que se encontra no atual arquivo retrospectivo deverá ser organizado e selecionado, conforme o aprovado pelo CONSELHO DEPARTAMENTAL (CODEP), Ata n.027/83 de 15.04.83;

b. todos os documentos considerados úteis deverão ser convenientemente catalogados e arquivados;

c. todos os documentos que não apresentem valor prático ou

d. histórico poderão ser eliminados;

e. cadernos de chamada só poderão ser eliminados quando forem verificadas que todas as informações neles existentes, tanto em relação a docente como a discente, já foram repassados a outros documentos que permaneçam arquivados.

O material que se encontra no atual arquivo retrospectivo deverá ser organizado e selecionado, conforme o aprovado pelo CONSELHO DEPARTAMENTAL (CODEP), Ata n.027/83 de 15.04.83;

Todos os documentos considerados úteis deverão ser convenientemente catalogados e arquivados;

Todos os documentos que não apresentem valor prático ou histórico poderão ser eliminados;

Cadernos de chamada só poderão ser eliminados quando forem verificadas que todas as informações neles existentes, tanto em relação a docente como a discente, já foram repassados a outros documentos que permaneçam arquivados.

Anexo C- Programação do Dia do Servidor

17/10/2017

FURG Mail :: DIA DO SERVIDOR

Assunto **DIA DO SERVIDOR**
 De Sistemas FURG <sistemas@furg.br>
 Data 11-10-2017 16:00



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Uma Universidade voltada para os ecossistemas costeiros e oceânicos

DIA DO SERVIDOR

DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

Com o objetivo de comemorar o dia do servidor público durante a semana de 23 à 27 de outubro serão realizadas algumas atividades, conforme programação:

PROGRAMAÇÃO

Dia 23/10 (segunda - feira):

Atividade: Visita ao Navio Ciências do Mar I e Navio Atlântico Sul

Turno: tarde horário: 14h

Inscrições: PROEXC

Responsável pela atividade: PROEXC

Inscrições de 11/10 a 17/10 pelo SINSC Número de vagas: 24

Atividade: Ritmos

Objetivos:

- Integrar os servidores da FURG através de uma atividade coletiva que combine movimentos ritmados em bases coreografadas;
- Estimular a prática corporal como um fator importante na condução da própria vida;
- provocar que os participantes identifiquem o Centro Esportivo da FURG como local privilegiado para realização de diferentes práticas corporais.

Turno: manhã horário: 10h45 às 12h

Turno: tarde horário: 16h45 às 18h

Inscrições:

Local: Centro Esportivo

Responsável pela atividade: Docente Gustavo Freitas - IE

Inscrições de 11/10 a 17/10 pela página da PROGEP Número de vagas: 30

Dia 25/10 (quarta - feira):

Atividade: Visita ao Museu Oceanográfico

Turno: tarde horário: 14h

Inscrições: PROEXC

Responsável pela atividade: PROEXC

Inscrições de 11/10 a 17/10 pelo SINSC Número de vagas: 24

Atividade: Caminhada orientada junto aos participantes do Projeto Correndo pela FURG.

Objetivos:

- Orientar sobre a importância do exercício físico e qualidade de vida;
 - Oportunizar a realização de exercício físico orientado aos servidores da universidade;
 - Promover saúde, lazer e interação entre os participantes.
- Antes de iniciar a caminhada será realizada uma conversa com as professoras do projeto sobre a importância do exercício físico e qualidade de vida.

Percurso: 5Km percorrendo todo Campus Carreiros com saída do Centro Esportivo (bolha)

Turno: manhã Horário: 11h às 12h

Turno: tarde Horário: 16h30min às 17h30min

Inscrições: Serão realizadas no local e no horário do evento

Os participantes deverão levar seu squeeze ou garrafa com água.

Responsável pela atividade: PROGEP, Profª Angela Milach, Profª Carla Gautério.

Dia 26/10

Atividade: Visita ao Eco Museu da Picada

Turno: tarde horário: 14h

https://webmail.furg.br/?_task=mail&_safe=0&_uid=687&_mbox=Trash&_action=print&_extwin=1

1/2

17/10/2017

FURG Mail :: DIA DO SERVIDOR

Inscrições: PROEXC

Responsável pela atividade: PROEXC

Inscrições de 11/10 a 17/10 pelo SINSC Número de vagas: 24

Dia 27/10

Atividade: Confraternização

- Apresentação do "Banco de Talentos" e "Bandexc"

Responsável: PROGEP e PROEXC

- Exposição de fotos "Sobre os fazeres dos servidores da FURG" (Foto Clube Rio Grande)

Responsável: Domingos Savio Zabet Dias

- Mateada (serão fornecidas erva-mate e água quente, pedimos que os servidores levem sua bomba, cuia e térmica).

Responsável: PROGEP

- Bolo "Retalho"

Responsável: Servidores da FURG

- Fotografia (nome a ser definido)

Responsável: SECOM

Turno: tarde Horário: 14h

Local: CIDECSul

- Organização do espaço do evento - CIDECS

Responsáveis: Gerson Siqueira Fonseca - PROEXC

Equipe Marcenaria - PROINFRA

Equipe CIDECS

Atenciosamente,

Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

E-mail enviado de forma automática pelo sistema da Universidade, favor NÃO RESPONDER.

Você está recebendo esse e-mail porque está cadastrado nos sistemas da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Desenvolvido e mantido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI FURG

Universidade Federal do Rio Grande - FURGAv. Itália km 8, Bairro Carreiros, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil, CEP: 96203-900
Telefone para contato +55 (53) 3233-6500

_Para informações de contato com outros câmpus acesse o site

www.furg.br